



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO -PROGRAD**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE

**ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS - ODEERE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E**

**CONTEMPORANEIDADE- PPGREC**

**ELISANGELA DA SILVA PINDOBEIRA**

**ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: EXPERIÊNCIAS  
DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA NOS ANOS  
FINAIS.**

**JEQUIÉ/BA  
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE**  
**- PPGREC**

ELISANGELA DA SILVA PINDOBEIRA

**ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA NOS ANOS FINAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Relações Étnicas e Contemporaneidade (Mestrado Acadêmico Interdisciplinar da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB).

**Linha de Pesquisa 1:** Etnicidade, Memória e Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. Itamar Pereira de Aguiar

**JEQUIÉ/BA**  
**2023**

P648e Pindobeira, Elisangela da Silva.  
Ensino de história, cultura afro-brasileira e africana: experiências de  
professores em uma escola no município de Amargosa nos anos finais /  
Elisangela da Silva Pindobeira.- Jequié, 2023.  
121f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação do Prof. Dr. Itamar Pereira de  
Aguilar)

**ELISANGELA DA SILVA PINDOBEIRA**

**ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA NOS ANOS FINAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e Educação  
**Orientador: Prof. Dr. Itamar Pereira de Aguiar**

**Aprovada em:** 15 de junho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Itamar Pereira de Aguiar  
Examinadora Externa

Presidente da banca/Orientador (UESB)



Profa. Dra. Sandra Célia Coelho G. da Silva (UNEB)



Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana (UESB)

Examinador Interno



Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza (UESB)

Coordenador em exercício do PPGREC

**JEQUIÉ**

**2023**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho para todos aqueles que fizeram parte de seu desenvolvimento, me apoiando, dando forças nas horas de dificuldades, pois com a ajuda e dedicação de cada um deles este foi concretizado.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais Maricelia e Elio, que sempre mostraram que as dificuldades da vida só nos fazem crescer. Obrigado por estarem ao meu lado durante a realização de mais esse sonho que é nosso. Além de sempre me incentivar a estudar. Amo vocês!

Agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. Itamar Pereira de Aguiar, um exemplo de ser humano generoso, companheiro e crítico, levou esse trabalho com muita dedicação e respeito. Muito obrigado por compartilhar momentos tão enriquecedores durante esse processo que para mi foi desafiador.

Agradeço aos Professores Dra. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva, Dr. José Valdir Jesus de Santana, componentes da banca examinadora, pelo interesse, colaboração e disponibilidade

Agradeço a todos os professores, as professoras e as coordenadoras pedagógicas que participaram da pesquisa, permitindo a sua realização.

Agradecer ao PPGREC pela oportunidade em contribuir com a minha formação além de possibilitar uma formação de qualidade e público.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001-Portaria CAPES 206/2018.”

A todos que de uma forma ou outra colaboraram para a realização deste trabalho.

**GRATIDÃO!**

## LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Formação acadêmica dos professores .....	16
Quadro 2 –Dimensões e questões orientadoras gestão.....	20
Quadro 3 – Dimensões e questões orientadoras professores. ....	21
Figura 4 – Mapa de Amargosa. ....	25
Figura 5 – Estrutura das categorias gestão.....	56
Figura 6 – Estrutura das categorias professores.....	57

## RESUMO

O estudo intitulado “Ensino de História , Cultura afro-brasileira e Africana: experiências de professores em uma escola no município de Amargosa-Ba nos anos finais,” integrante da linha de pesquisa etnicidade, memória e educação do Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, apresenta a seguinte questão de pesquisa: Como os professores dos anos finais da escola de uma rede municipal de Amargosa-BA têm desenvolvido, em suas práticas, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana proposto pela Lei 10.639/03? Nessa direção, o objetivo geral foi analisar as práticas desenvolvidas por professores dos anos finais de uma escola no município de Amargosa-Ba acerca do ensino de história, cultura afro-brasileira e africana, visando a aplicação da Lei 10.639/03. Objetivos específicos foram: a) Investigar a abordagem acerca da diversidade étnico-racial contida no currículo da instituição escolar em relação à formação e capacitação dos professores ;b) Verificar a importância que os professores atribuem ao ensino de história, cultura afro-brasileira e africana proposto na lei 10.639/03;c) Observar as atividades desenvolvidas pela instituição da escola frente a aplicação da lei 10.639/03. A pesquisa utilizou como suporte teórico, as obras dos autores: Geertz (1989 e 1997), Bogdan e Biklen (1994), Szymanski (2011), Creswell (2014), Minayo (2016), Munanga ( 2008), Gomes(2008), Flick (2019) e outros que teorizam sobre o tema. A presente pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil que aprovou sob o parecer N° : 5.481.018, sendo aprovada no dia 21 de junho de 2022, pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP. Após a aprovação do CEP da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia iniciamos a coleta dos dados. O desenvolvimento metodológico se constituiu de uma abordagem qualitativa é uma abordagem metodológica que busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Segundo Denzin e Lincoln (2018) .Os instrumentos utilizados para a produção de informações foram a entrevista semiestruturada e o Questionário de Associação Livre; o procedimento de análise e interpretação dos dados. Os participantes da pesquisa foram dois gestores e seis professores da escola. O estudo evidenciou que que a abordagem acerca da diversidade étnico-racial contida no currículo da instituição por nos pesquisada em relação à formação e capacitação dos professores ainda é insuficiente. No entanto, é importante destacar que os professores reconhecem a importância do ensino desses temas para a



formação de seus alunos e, em muitos casos, buscam se capacitar e aprimorar suas práticas docentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, Cultura afro-brasileira e africana.

## **ABSTRACT**

The study entitled "Teaching History, Afro-Brazilian and African Culture: Experiences of Teachers in a School in the Municipality of Amargosa-Bahia in the Final Years," part of the ethnicity, memory, and education research line of the Postgraduate Program in Ethnic Relations and Contemporaneity, presents the following research question: How have teachers in the final years of a municipal school in Amargosa-Bahia developed the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture proposed by Law 10.639/03 in their practices? In this direction, the general objective was to analyze the practices developed by teachers in the final years of a school in the municipality of Amargosa-Bahia regarding the teaching of history, Afro-Brazilian and African culture, aiming at the application of Law 10.639/03. Specific objectives were: a) to investigate the approach to ethnic-racial diversity in the school curriculum regarding teacher training; b) to verify the importance that teachers attribute to the teaching of history, Afro-Brazilian and African culture proposed in Law 10.639/03; c) to observe the activities developed by the school institution in relation to the application of Law 10.639/03. The research used as theoretical support the works of authors such as Geertz (1989 and 1997), Bogdan and Biklen (1994), Szymanski (2011), Creswell (2014), Minayo (2016), Munanga (2008), Gomes (2008), Flick (2019), and others who theorize on the subject. This research was submitted to the Brazil Platform, which approved it under opinion number 5.481.018, being approved on June 21, 2022, by the Research Ethics Committee (CEP). After the approval of the CEP of the State University of Southwest Bahia, we began data collection. The methodological development consisted of a qualitative approach, a methodological approach that seeks to understand the complexity of social phenomena from the perspective of the subjects involved. According to Denzin and Lincoln (2018), the instruments used to gather information were semi-structured interviews and the Free Association Questionnaire, as well as data analysis and interpretation procedures. The participants in the

research were two managers and six teachers from the school. The study showed that the approach to ethnic-racial diversity in the curriculum of the institution being researched in relation to teacher training is still insufficient. However, it is important to highlight that teachers recognize the importance of teaching these topics for the education of their students and, in many cases, seek to enhance their teaching practices through professional development.

**KEYWORDS:** History, Afro-Brazilian and African culture.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 INSTRUMENTOS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS:.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS .....</b>	<b>18</b>
<b>2 CONHECENDO A ESCOLA E O MUNICÍPIO DE AMARGOSA .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 CONHECENDO O MUNICÍPIO DE AMARGOSA .....</b>	<b>24</b>
<b>3 CONHECENDO E REFLETINDO A LEI 10.639/03 .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1 CONHECENDO O PPP DA ESCOLA.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA LEI 10.639/03.....</b>	<b>40</b>
<b>4 CONTEXTO DA PESQUISA E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>51</b>
<b>4.1 ANÁLISE E RESULTADOS .....</b>	<b>53</b>
<b>4.2 GESTORES E A LEI 10.639/03 .....</b>	<b>53</b>
<b>4.3 PROFESSORES E A LEI 10.639/09 .....</b>	<b>78</b>
<b>4.4 FORMAÇÕES DE PROFESSORES E A LEI 10.639/09.....</b>	<b>92</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO NA PLATAFORMA BRASIL.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO B- AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE A-TERMO LIVRE ESCLARECIDO .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTÃO .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE C– ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORES .....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

O ensino de História tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, pois possibilita a compreensão do mundo em que vivemos e as transformações ocorridas na sociedade ao longo do tempo. No entanto, a história ensinada nas escolas muitas vezes é eurocêntrica e excludente, deixando de lado as contribuições de outros povos, como os africanos, indígenas e afrodescendentes. Nesse sentido, a Lei 10.639/03 surge como um importante marco legal para a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, visando à promoção de uma educação antirracista e plural.

Para desenvolver e aprofundar teoricamente as questões pertinentes ao assunto, apresento uma breve análise histórica do caminho percorrido na minha experiência de vida como estudante e, posteriormente, como professora. Enquanto estudante, sou egressa da escola pública desde o ensino fundamental I até o ensino médio. O ensino fundamental I e II foram estudados sempre na localidade onde morava, um lugarejo chamado Tartaruga, situado no município de Milagres, Bahia. Esse lugar sempre me fez questionar a forma como éramos vistos, pois, tratando-se de uma escola rural, não tínhamos a valorização de nossas culturas. Era ensinado apenas o que estava nos livros, e até então, a cultura negra era apresentada somente em eventos específicos, como o tradicional desfile, onde escolhiam a menina negra mais bonita, sem aprofundamento em outros aspectos da cultura negra.

Os elementos que serão apresentados nesta pesquisa começaram a se moldar partir da experiência como professora, que provocou em mim uma inquietação e acarretou outros questionamentos de cunho mais abrangentes, que foram fundamentais para a elaboração da questão norteadora da pesquisa. Nesse sentido, este trabalho, além de ser resultado dessas inquietações e experiências como professora de uma escola situada em Amargosa - Bahia, é também fruto das observações sobre as práticas pedagógicas referentes ao ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, sua legitimação no espaço escolar e a forma como vem sendo operacionalizada em sala de aula. Tais observações permitiram e permitem constatar as dificuldades enfrentadas pelos professores para realizar um trabalho docente no sentido de atender às demandas da Lei 10.639/03, que versa sobre o Ensino de História e da Cultura Africana.

Amargosa é uma cidade que se encontra localizada na Mesorregião do Centro-Sul baiano do Vale do Jequiariá. Como qualquer outro município do estado brasileiro, a cidade apresenta problemas sociais e educacionais, agravados pela falta de melhores ofertas de políticas de educação pública e de projetos que contemplem, no interior da unidade de ensino, considerações para com a diversidade étnico-racial e cultural.

A escola lócus deste estudo atende uma população majoritariamente constituída de pessoas negras ou de origem negra. Portanto, verifica-se a necessidade de capacitação para um dos protagonistas do conhecimento no universo escolar, o professor, propondo ações concretas, plausíveis, para serem efetivada.

Até o presente, salvo algumas exceções, o ensino de história no espaço escolar tem se pautado no modelo orientado pela ideologia do branqueamento. Nesse contexto, nos livros didáticos adotados um dos recursos de apoio utilizado pelo professor em sala de aula no processo de ensino aprendizagem, predominam conteúdos de visão europeia, fundada no pressuposto da superioridade do cristianismo como crença do mundo ocidental. Além disso, os livros didáticos tratam determinados fatos e processos históricos a partir de várias perspectivas que apresentam o negro de forma pejorativa, invisibilizando suas contribuições na construção e formação da sociedade brasileira. Isso representa um problema,

visto que após a década de 1980, autores de diferentes posições passaram a elaborar reflexões no âmbito educacional, criticando, sobretudo, a forma como tradicionalmente vinham sendo tratadas as diferenças, na medida em que elas eram sublimadas pelo conceito da igualdade. (SANTANA, 2009, p. 51).

A autora supracitada prossegue explicando que esses autores alertam que a educação fundada no pressuposto da igualdade e da inclusão sublimou as diferenças e, ao fazê-lo, acabou por nortear os currículos e as orientações escolares, valendo-se de uma concepção branca e europeia da cultura.

Enquanto tema educacional e pedagógico, a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, quando pautada, ainda é disseminada em sala de aula seguindo o curso de um projeto, de uma produção historiográfica que privilegia os status do saber europeia. Nesse contexto, pensar em um ensino que contemple os sujeitos e grupos que ao longo do tempo foram excluídas do centro das discussões históricas, sem reconhecimento da diversidade de sua cultura, é uma necessidade urgente na educação brasileira contemporânea, que visa romper com valores, especialmente na

educação, atravessados pelo neocolonialismo. Tais percalços desenham um axioma, visto que a Lei 10.639/03 completou vinte anos em vigor, ainda assim, sempre lembrada e literalmente constituída - leia-se lida-, como um grande desafio de implementação enfrentado pelo professor.

Em se tomando como referência a educação com vistas à cultura africana e afro-brasileira dos anos pós escravidão até os dias atuais, bem como, a implementação da Lei 10.639/03 - fruto de um conjunto de demandas sociais, observa-se que o Ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana continua sendo objeto de discussões, pois, embora durante esse percurso tenham havido mudanças e até algumas conquistas, ainda se faz necessário grande investimento para que possa melhorá-la. Nesse contexto, tem destaque a compreensão dos docentes, tendo em vista a formação para a transformação, frente às questões raciais, tornando possível a mediação e modificação de conteúdo e metodologias de acordo com o nível de ensino, bem como, a realidade dos educandos.

Trata-se de uma necessária prospecção sobre como os valores referenciais africanos são pensados, representados, legitimados e incorporados nas práticas pedagógicas. Isso também nos remete a repensar criticamente como são caracterizadas as experiências e propostas de ensino desenvolvido no espaço escolar. Além disso, espera-se que o estudo contribua para formação do conhecimento docente acerca do ensino de história, visto que, “reconhecer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais que a compõem”(CANEN, 2021, p. 1). Ademais, o conhecimento sobre as questões da história e cultura afro-brasileira e africana, sobretudo o reconhecimento do valor político e estratégico da Lei 10.639/03 e, suas diretrizes no espaço escolar, implica na mobilização dos saberes e práticas docentes no cotidiano escolar.

A partir destes estudos, buscaremos criar outras possibilidades visando analisar as rupturas e/ou permanências socioculturais de determinadas experiências sociais. No contexto vivenciado nessa escola, além de ser docente atuante na unidade de ensino onde a pesquisa será desenvolvida. Surge a necessidade de debater sobre a relevância da formação docente para a qualidade do ensino de História na Educação Básica, devido à escassez da contemplação não só das temáticas, mas, da própria efetivação da Lei 10.639/03. É dessa perspectiva que esse estudo se justifica, posto

que sua execução abre possibilidades para novas e enriquecedoras análises dos sujeitos que constituem o espaço escolar, contribuindo, assim, para a produção do conhecimento histórico, local e regional.

O tema está presente na minha atuação como professora e dialoga de maneira intrínseca com a minha identidade profissional negra. De modo semelhante, decorre de sentidos e significados na minha história de vida. Sendo assim, considero a importância da memória, que permite valorizar a identidade negra para reconhecer os espaços sociopolíticos e socioculturais da luta contra o racismo e a opressão.

Outro fato marcante durante minha trajetória como estudante no ensino médio, foi ter que sair de Tartaruga para estudar em Milagres, onde tínhamos que pegar o ônibus e percorrer uma zona rural chamada Gameleira, gastando horas nesse trajeto todos os dias. Além disso, precisava sair de casa cedo e voltava tarde da noite. Os colegas do colégio estadual cultivavam preconceitos contra os estudantes da zona rural, considerando-se superiores por serem da cidade e, muitas vezes, utilizavam "brincadeiras" que nos deixavam envergonhados. Minha trajetória escolar foi marcada pela ausência de discussões na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais.

A Lei nº 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Importa-nos ressaltar que a referida lei foi alterada pela Lei nº 11.645/2008, ampliando a perspectiva da temática para contemplar a "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Destacamos que a mesma modifica, mas, não revoga a Lei nº 10.639/2003.

A partir desse contexto temos a seguinte questão de pesquisa, como os professores de uma escola de anos finais de Amargosa têm desenvolvido, em suas práticas, o ensino de história, cultura afro-brasileira e africana proposto pela Lei 10.639/03?

Isto posto, esta dissertação tem por objetivo geral analisar as práticas desenvolvidas por professores dos anos finais de uma escola no município de Amargosa, acerca do ensino de história, cultura afro-brasileira e africana, visando a aplicação da Lei 10.639/03.

Como objetivos específicos, elencamos:

- Investigar a abordagem acerca da diversidade étnico-racial contida no currículo da instituição escolar em relação à formação e capacitação dos professores.
- Verificar a importância que os professores atribuem ao ensino de história, cultura afro-brasileira e africana proposto na lei 10.639/03;
- Observar as atividades desenvolvidas pela instituição da escola frente a aplicação da lei 10.639/03.

Esta pesquisa remete ao reconhecimento de que os estudos sobre o negro e sua valorização no Brasil ganharam força no contexto educacional, a partir do momento em que a Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o trabalho com questões e conteúdos referentes a História, a Cultura Afro-brasileira e Africana, mas também, pelo fato de que ainda se tem pouco conhecimento das práticas docentes efetivamente implementadas nas escolas, das condições encontradas para a efetivação dessas práticas e seu impacto no cotidiano das escolas, diretamente relacionadas à aprendizagem e, ao desempenho e postura dos profissionais na educação. A partir desse estudo, espera-se contribuir para o fortalecimento do ensino antirracista nas escolas e a promoção da equidade racial na educação.

## **1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS**

Este trabalho está pautado em uma abordagem de pesquisa qualitativa e nele foi utilizado como metodologia o universo empírico, constituído pelo cotidiano escolar de uma escola da rede municipal de Amargosa, na Bahia.

Para analisar as experiências e práticas dos professores que lecionam nos anos finais, buscou-se contato direto com as fontes: o Projeto Político Pedagógico (PPP) da respectiva unidade de ensino, bem como, os relatos de experiências dos professores e da gestão escolar. Ademais, lançar mão e ampliar as leituras bibliográficas e do referencial teórico que embasam a discussão e a compreensão da temática em estudo. Sendo assim, outras discussões, tanto do ponto de vista teórico quanto do metodológico, serão incorporadas ao processo de pesquisa e reflexão sobre a temática a ser pesquisada, com aporte teórico de autores como Geertz (1989 e 1997)



e outros que publicaram obras sobre os conceitos de etnia, etnicidade, relações éticas e demais temas caros à esta pesquisa.

A presente pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil que, a aprovou sob o parecer N°: 5.481.018, no dia 21 de junho de 2022, pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP. Após a aprovação do CEP da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, iniciamos a coleta dos dados.

Os procedimentos metodológicos adotados para essa pesquisa são os seguintes: a) estudo teórico a respeito da Lei nº 10.639/2003, bem como, o Parecer CNE/CP nº 003/2004. Do mesmo modo, a leitura das temáticas: história e cultura africana e afro-brasileira e relações étnico-raciais, nos documentos legais e nas obras dos autores e trabalhos que discutem essa temática.

## **1.1. PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Para selecionar as participantes deste estudo, empregaremos como critérios de inclusão: professores que lecionam na escola, atuam e coordenação que aceitaram, voluntariamente, responder às entrevistas após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Será critério de exclusão deste estudo a recusa em participar e/ou em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Com base nesse processo foi realizada: a) entrevista semiestruturada com professoras, professores que lecionam na escola b) entrevista semiestruturada com a direção e coordenador pedagógico da escola que concederam as entrevistas. Desse modo, foram realizadas as entrevistas com dois profissionais da equipe gestora (coordenador pedagógico e direção) e seis professores (as) que atuam na escola, perfazendo um total de oito entrevistas reflexivas (SZYMANSKI, 2011), em concordância com o roteiro proposto. As entrevistas foram realizadas e seu registro foi gravado para posterior transcrição. Os participantes estão cientes do objetivo da pesquisa, uma vez que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as suas identidades foram ocultadas.

Do mesmo modo, foi apresentada a proposta da pesquisa, através da Carta de Apresentação para os participantes. Em vista disso, a análise ocorre a partir dos relatos de experiências dos professores ,coordenação e gestão. Após a coleta dos dados, estes serão classificados de forma sistemática através de seleção (análise dos

dados), codificação (técnica operacional de categorização) e tabulação (disposição dos dados visando à verificação das inter-relações das variáveis). Esta classificação possibilita maior clareza e organização na última etapa desta pesquisa, que é a interpretação dos resultados e a elaboração do texto dissertativo.

Para a organização desta dissertação, a produção dos dados foi organizada em alguns momentos, conforme descrição abaixo: 1) Realização do primeiro contato com a direção, para entrega do termo e para que a gestão permitisse a realização de nossa pesquisa na escola, bem como, a explicação da mesma. 2) Nesse encontro levantamos vários dados atuais acerca das quantidades de alunos matriculados e do Projeto Político Pedagógico, assim como, o contato dos professores que lecionam na escola; 3) Contato com os possíveis colaboradores da pesquisa em momentos de coordenação, no entanto nem todos os professores faziam parte, pois a coordenação é dividida por horários distintos. Desse modo realizei a apresentação e explicação sobre a pesquisa; 4) Conversa com os professores que aceitaram colaborar. Realização de entrevista narrativa de forma individual.

As entrevistas foram organizadas em duas fases: 1ª- A coleta do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE assinados pelos professores; 2ª – Agendamento das entrevistas no dia e horário combinado com cada um dos professores, todas as entrevistas foram gravadas e realizada as transcrições. Teve professores que aceitaram, inicialmente, mas desistiu quando a entrevista foi agendada.

A seguir, apresentamos num quadro informações básicas relacionadas à formação dos docentes e, após acordo prévio, para preservar a identidade dos professores, seus nomes foram substituídos por sobrenomes.

**QUADRO 1 – Formação Acadêmica da gestão e docentes**

<b>Participante</b>	<b>Graduação</b>	<b>Pós-graduação</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>
Ferreira	Pedagogia	Pedagogia Histórico crítica		
Gonzales	Pedagogia/História	Política do Planejamento pedagógico/currículo didática e avaliação		
Guerra	Pedagogia		-	
Cavaleiro	Geografia	Metodologia do Ensino Superior		

Barbosa	Ciências		Educação do campo	
Salvador	Educação Física	História e cultura afro		
Lima	História	Educação Especial		
Prazeres	Matemática	Ensino da Matemática	Matemática Pura	

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações fornecidas pelos participantes no ano de 2023.

## 1.2. INSTRUMENTOS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS:

A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais, a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Segundo Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa é uma forma de investigação que busca compreender o mundo social a partir da perspectiva dos participantes, envolvendo a coleta de dados em ambientes naturais e o uso de técnicas como entrevistas, observações e análise de documentos.

Para Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é adequada para investigar fenômenos complexos e pouco conhecidos, que exigem um aprofundamento na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa permite que o pesquisador obtenha dados ricos e detalhados sobre a experiência dos participantes e sobre a dinâmica social em que essas experiências ocorrem.

Um aspecto fundamental da pesquisa qualitativa é a importância dada à subjetividade dos participantes. Para Flick (2019), a pesquisa qualitativa busca compreender as interpretações e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos a partir de sua própria perspectiva, evitando assim que o pesquisador imponha suas próprias interpretações sobre os dados coletados.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é uma abordagem que valoriza a participação dos sujeitos envolvidos, permitindo que eles sejam ouvidos e compreendidos a partir de sua própria perspectiva. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa tem como objetivo, recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver uma compreensão mais profunda e contextualizada do fenômeno em estudo.

Como instrumento de coleta de dados optar-se-á por utilizar entrevistas semiestruturadas, visando obter dados a serem analisados a luz dos referenciais

teóricos. Tais metodologias contribuirão para o enriquecimento da investigação, possibilitando aprofundamento dos conhecimentos a respeito do objeto de estudo. Serão entrevistados os professores que lecionam na escola, nas séries finais; a partir dos relatos serão analisados os fundamentos que ancoram as suas representações docentes em torno das questões de história e cultura étnico-racial, afro-brasileira e africana no cotidiano escolar.

Segundo Lüdtk & André (1986 apud Canen, 2001, p. 03), a abordagem qualitativa constitui o caminho para a realização da pesquisa, como aquela que envolve a obtenção de dados descritivos por meio de contato do pesquisador com a situação estudada. Por sua vez, o estudo etnográfico, como afirma Spindler & Spindler, (1992) e André (1997 apud Canen, 2001, p. 03), destaca-se como modalidade de estudo de caso que conta com determinadas características específicas, dentre as quais, realça o interesse em compreender os significados culturais atribuídos pelos sujeitos à sua realidade.

A escolha da entrevista semiestruturada como instrumento de pesquisa baseou-se em Bogdan e Biklen (1994, p. 134), os quais defendem que o objetivo da pesquisa é coletar dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao pesquisador desenvolver uma compreensão intuitiva sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. Além disso, concordamos com Minayo (2016), sobre a importância da fala como reveladora de condições de vida, expressão de sistemas de valores e crenças. Uma das vantagens de se utilizar a entrevista semiestruturada é que ela oferece aos participantes a possibilidade de expressar suas respostas de acordo com sua perspectiva pessoal, sem estar completamente restrito às questões previamente elaboradas.

Para a elaboração e tratamento dos dados obtidos por meio dos instrumentos da coleta, será realizada a categorização, a fim de aproveitar ao máximo os dados obtidos; isso oportunizou a obtenção dos materiais ricos em detalhes para a nossa análise, o que será abordado na seção seguinte.

### **1.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS**

Essa fase do tratamento e análise do material diz respeito aos procedimentos utilizados para enaltecer, discernir, decifrar as evidências empíricas, observando com

outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo (MINAYO, 2016). Então, após a fase da coleta, os dados foram analisados partindo do específico para o geral, característica própria da pesquisa de cunho qualitativo.

A análise de conteúdo (AC), é uma técnica de pesquisa qualitativa que tem sido amplamente utilizada em várias áreas, incluindo psicologia, ciências sociais e educação. De acordo com Krippendorff (2018), a AC é uma abordagem sistemática e objetiva para a identificação, categorização e avaliação de temas, padrões e significados subjacentes no conteúdo de dados qualitativos.

A AC é um processo que envolve várias etapas, desde a seleção dos dados até a interpretação dos resultados. A seleção de dados refere-se à escolha dos dados relevantes para a pesquisa, enquanto a codificação envolve a identificação de unidades de significado no conteúdo dos dados. A categorização é o processo de organização dessas unidades em categorias, e a interpretação envolve a análise dos temas e padrões subjacentes nas categorias (BARDIN, 2011).

A técnica de análise de conteúdo é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para interpretar o significado atribuído pelos participantes a um determinado tema. Utilizaremos a análise de conteúdo para compreender como os professores percebem a implementação da Lei 10.639.03, no PPP da escola.

De acordo com Minayo (2016), a análise de conteúdo é uma técnica que permite a inferência a partir das falas dos participantes. Isso significa que, por meio da análise de conteúdo, podemos buscar interpretar os sentidos atribuídos pelos professores sobre a Lei 10.639/03. Além disso, a técnica permite identificar a frequência e a similaridade das expressões correspondentes ou não, bem como, levar em consideração o contexto em que essas expressões aparecem.

Utilizamos a análise dos conteúdos para categorizar as respostas da gestão e dos professores em relação implementação da Lei 10.639.03, no PPP da escola. Identificamos diversas categorias, como a importância da interação entre professor e aluno, a utilização de recursos tecnológicos e a necessidade de atualização constante sobre a temática.

A análise de conteúdo foi fundamental para entendermos como os professores percebem a implementação da Lei 10.639.03, no PPP da escola. Além disso, a técnica

permitiu uma análise mais profunda e detalhada das respostas dos participantes, possibilitando uma interpretação mais precisa dos sentidos atribuídos pelos gestores e professores. (BARDIN, 2011).

Para saber sobre a implementação da lei 10.639/03, no PPP da escola, analisamos o entendimento da gestão e dos professores sobre a referida atividade, com questionamentos do tipo: “Como a Lei 10.639/03 é contemplada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que você leciona?”; “ Como o PPP da escola define e aborda a questão da diversidade étnico-racial? ”; “ Como o PPP da escola define e aborda a questão da diversidade étnico-racial? ”, entre outras questões relacionadas às dimensões conceitual, prática, escopo ou análise por parte da gestão. E sobre as dimensões: história e cultura afro-brasileira e africana na educação, formação de professores e capacitação, impacto na identidade e autoestima dos alunos, perspectivas futuras e não Aplicabilidade da Lei por parte dos professores.

Abaixo, disponibilizamos o quadro contendo as questões orientadoras que nortearam as entrevistas realizadas. Estas perguntas foram fundamentais para conduzir o diálogo proposto e foram estruturadas considerando as dimensões abordadas na pesquisa em questão.

## QUADRO 2- Dimensões e questões orientadoras da gestão

DIMENSÃO	QUESTÕES ORIENTADORAS
Conceitual	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como a Lei 10.639/03 é contemplada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que você leciona?</li> <li>- Como o PPP da escola define e aborda a questão da diversidade étnico-racial?</li> <li>- Como o PPP da escola define e aborda a questão da diversidade étnico-racial?</li> <li>- De que forma os objetivos, metas e ações do PPP da escola, se relacionam com os princípios da Lei 10.639/03?</li> <li>- Como o PPP da escola pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação antirracista e inclusiva?</li> <li>-</li> </ul>
Prática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual é a importância do envolvimento dos professores, alunos e comunidade escolar na implementação da Lei 10.639/03?</li> <li>- De que forma a proposta pedagógica da escola estimula a reflexão sobre a história e cultura afro-brasileira e africana?</li> </ul>
Escopo ou âmbito de análise	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Que atividades, projetos ou iniciativas relacionadas à Lei 10.639/03, são desenvolvidos na escola?</li> <li>- Como a Lei 10.639/03 é contemplada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que você trabalha?"</li> <li>- Quais são as perspectivas futuras para a incorporação dos conteúdos e práticas relacionadas à Lei 10.639/03, no PPP da escola?</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base nas dimensões da gestão da escola. 2023

### QUADRO 3- Dimensões e questões orientadoras dos docentes

DIMENSÃO	QUESTÕES ORIENTADORAS
Temática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Você concorda com a obrigatoriedade do Ensino de História e da Cultura Africana? Justifique.</li> <li>- Você acha que o currículo da escola considera o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade afrodescendente? Justifique.</li> <li>- Você procura outros materiais que lhe servem no trabalho com os conteúdos dos componentes curriculares História e Cultura Afro-Brasileira? Quais?</li> <li>- Há algum material específico que você utiliza para trabalhar os conteúdos de História Cultura Afro-Brasileira?</li> <li>- Como você inclui a história e cultura afro-brasileira e africana em suas aulas?</li> <li>- Que materiais e recursos você utiliza para ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira e africana?</li> <li>- Quais são os principais desafios que você enfrenta ao ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira e africana?</li> <li>- Como você avalia se seus alunos estão compreendendo e aprendendo sobre a história e cultura afro-brasileira e africana?</li> <li>- Que impacto você acredita que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana tem sobre a identidade e autoestima dos alunos afrodescendentes?</li> <li>- Como você aborda a questão do racismo em suas aulas, especialmente no contexto da história e cultura afro-brasileira e africana?</li> <li>- Você já participou de algum tipo de formação ou capacitação relacionada ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana? Como essa formação ajudou em seu trabalho?</li> <li>- Em sua opinião, como o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e menos racista?</li> <li>- Qual é a sua visão para o futuro do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras?</li> </ul>
Epistemológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em seu curso de licenciatura houve alguma disciplina ou discussão sobre as relações étnico-raciais? Ou você buscou se aperfeiçoar sozinho?</li> <li>- Se não houvesse a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, você se sentiria motivado (a) a tratar esses componentes curriculares (História e Cultura Afro-Brasileira) em suas aulas? Por quê</li> </ul>
Metodológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais foram suas primeiras impressões no início da docência no ensino superior?</li> <li>- Descreva as atividades que você já desenvolveu baseadas na lei 10.639.</li> <li>- você sente alguma dificuldade em tratar dessa temática na sala de aula? Qual(is)?</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos professores 2023.

As classificações das perguntas em dimensões e categorias específicas visam organizar e sistematizar a análise de um determinado tema. Essa abordagem permite identificar diferentes aspectos abordados em cada pergunta e agrupá-las de acordo com suas semelhanças e diferenças.

Segundo Bordenave (1987), as dimensões da pesquisa são compostas pelas perspectivas conceitual, metodológica e prática, que são interdependentes e se complementam na realização do estudo. As categorias, por sua vez, são grupos de elementos que possuem características em comum e que podem ser utilizadas para classificar as perguntas em um estudo.

Neste caso, as perguntas relacionadas à Lei 10.639/03, foram classificadas nas dimensões conceitual e prática e nas categorias de princípios e conceitos, atores e participação, impacto e benefícios, e atividades e projetos. Essas classificações

permitem uma análise mais profunda e organizada do tema, possibilitando uma compreensão mais ampla e detalhada das questões abordadas. Assim, a utilização dessas abordagens pode ajudar a melhorar a qualidade da pesquisa e a sua aplicabilidade, contribuindo para um melhor entendimento do assunto em questão.

## **2. CONHECENDO A ESCOLA E O MUNICÍPIO DE AMARGOSA**

Neste capítulo, faremos uma breve apresentação da escola pesquisada, ainda nesta parte do trabalho, também, situamos o município de Amargosa -Bahia.

A escola pesquisada está situada no Loteamento Parque dos Pássaros S/N, bairro Catiara, no perímetro urbano da cidade de Amargosa. O prédio no qual a escola funciona é de propriedade do município e se caracteriza pela boa estrutura que se enquadra nos padrões mínimos exigidos pelo Ministério da Educação. A instituição foi criada em 17 de junho de 2000, através do ato de criação nº. 06/2000, com o nome de Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães Júnior, com o objetivo de atender a demanda de alunos nas séries finais do Ensino Fundamental.

Em 2007, passou a funcionar na Escola Municipal Monsenhor José de Almeida no bairro de São José, devido ao fato de o município ter cedido o espaço de origem da escola, para que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e, assim, pudesse instalar-se no município até a construção do seu prédio próprio. Durante esta sessão, a escola teve seu nome alterado passando a se chamar Escola Municipal Professora Dinorah Lemos da Silva, através do decreto municipal nº. 04/2008. A patrona da escola, a educadora Dinorah Lemos da Silva, carinhosamente conhecida como tia Didi, foi uma mulher que dedicou sua vida à causa da educação no município, ela nasceu aos 06 de julho de 1912 e se formou em 1940.

Nesse contexto social, o bairro no qual a escola está situada possui muitos moradores desempregados, outros com trabalhos temporários, outros trabalhadores autônomos e, alguns funcionários públicos. Muitos jovens deste bairro não apresentam perspectivas de mobilidade social, por estarem em um ambiente de alta vulnerabilidade, como: acesso facilitado às drogas ilícitas, álcool, tabaco, e alto índice de violência, bem como, por sofrerem estigmas de pertencimento ao lugar. Mesmo assim, alguns desses jovens ainda sonham e se realizam. Embora existam ações direcionadas para a aplicabilidade de políticas públicas voltadas à reparação



das desigualdades, essas ainda são insuficientes para superação da exclusão que vivência essa comunidade.

O espaço vivencial da escola é tratado por uma boa parte dos alunos como irrelevante, que não tem uma relação intrínseca com eles e pelo fato de ser pública não tem valor, desta forma esta escola possui uma parcela significativa de alunos que não concebem este espaço como seu, como ambiente de promoção social, levando-os desta forma, ao fracasso escolar.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a escola Dinorah Lemos prima por uma educação democrática fundamentada na formação global do homem, pois é preciso ter em mente que não basta formar apenas para o trabalho ou sobrevivência, como parece entender, os que veem à escola apenas como instrumento para preparar o indivíduo a servir no mercado de trabalho, ou para ingressar na Universidade. Se a escola deve preparar o indivíduo para alguma coisa, deve ser para própria vida e, esta deve ser entendida como o viver com qualidade de vida no usufruto dos bens criados socialmente pela humanidade.

A primeira condição para que a educação seja o meio de propiciar a comunicação e inovação é se apresentar enquanto relação humana dialógica e democrática; como forma de garantir as condições de sujeito tanto do educador quanto do educando. Pois, a educação se constitui como um bem inestimável e deve estar embasada segundo conceitos como os definidos em relatório da UNESCO, nos quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver com os outros e aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e poder com autonomia, se posicionar.

O verdadeiro objetivo da educação deveria ser o cultivo da personalidade individual com base no respeito pela humanidade. E para que a escola consiga educar para a vida é preciso dar exemplo, exercitando a ética, a solidariedade, o diálogo e o respeito em suas ações cotidianas.

Atualmente a escola funciona em ensino integral, atendendo alunos do sexto ao nono ano. Tem capacidade para trezentos e dez alunos, no entanto no ano de 2023, estão matriculados duzentos e sessenta e nove alunos, a escola conta hoje com trinta e sete funcionários ativos em regime de processo seletivo, terceirizados e efetivos.

A escola possui dez salas sendo distribuídas da seguinte forma: sala de aulas, sala de vídeo, sala de informática, sala de professores, biblioteca, além de uma cozinha, dispensa, área de limpeza, pátio, depósito de material de limpeza, dois banheiros para funcionários e o dos alunos.

A escola tem por missão juntamente com a colaboração familiar, formar sujeitos capazes de promover pensamento crítico e, dessa forma, garantir a construção de uma identidade que tenha por base uma educação de qualidade.

Respeito, compromisso, companheirismo e pontualidade são alguns dos valores que de fundamental importância ao ambiente social da escola, esses valores são essenciais para a garantia de uma educação de qualidade. Dessa forma, a escola pretende se tornar um local de referência que tenha por objetivo principal, promover uma educação de qualidade que tenha compromisso com a formação dos educandos.

A instituição tem buscado estabelecer vínculos com a comunidade local, para que assim, tenha maior participação da mesma no ambiente escolar, dessa forma a escola visa contar com uma maior contribuição dos familiares no que desrespeito a vida escolar dos educandos, e, assim, almeja reduzir por exemplo, os índices de indisciplina por parte dos educandos, que ainda são considerados elevados, mas que já foram reduzidos quando comparados a índices anteriores.

O bairro Catiara, onde está localizado a escola Dinorah Lemos da Silva, é um bairro carente de políticas públicas que atenda as vulnerabilidades presentes no local, dentre elas está a facilitação do acesso às drogas e a violência. Apesar de não ser suficiente, a escola em questão, é de suma importância para o local, pois é através dela que haverá um fortalecimento da perspectiva de futuro dos educandos.

## **2.1. CONHECENDO O MUNICÍPIO DE AMARGOSA**

Segundo o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (2022), a cidade de Amargosa está localizada na Mesorregião do Centro-Sul Baiano, na Microrregião de Jequié, e território de identidade do Vale do Jequiriçá. Tem uma população estimada pelo IBGE em 2021 de 36.522 pessoas, com elevação de 396 metros, área de 435.932 km<sup>2</sup>, altitude de 400 metros e densidade de 84,9 hab./km<sup>2</sup>. Quanto ao clima varia entre, úmido, úmido-subúmido, subúmido-semiárido e semiárido.

Em 19 de junho de 1891, aconteceu o ato de criação que elevou a Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa, à categoria de cidade, passando a se chamar apenas Amargosa. O nome desta cidade teve origem na caça das pombas de carne amarga que faziam parte da fauna local, onde havia uma tribo indígena de nome “Baitinga” cujos índios atraídos pela caça na região, costumavam convidar seus companheiros usando a expressão “vamos às amargosas?”.

Amargosa é um município que se destaca pela beleza, apelidada de Cidade Jardim, tendo as praças Lourival Monte, do Bosque e do Cristo, hoje Iraci Silva, como destaque. Também é sede da Diocese que leva o mesmo nome da cidade, que abrange paróquias de várias regiões da Bahia. Tem como um de seus mais ilustres personagens Pedro Calmon, professor, político, historiador biógrafo, ensaísta e orador, que foi muito importante para o desenvolvimento da cidade, nomeando também um colégio estadual. De acordo com censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a cidade tem aproximadamente 37.631 habitantes. Atualmente, sua importância regional, se verifica pela relevância política (sede da 29ª Região Administrativa do Estado), por ser conhecida internacionalmente pela festa de São João e pelo crescimento econômico e educacional, principalmente, depois da implantação do Centro de Formação de Professores da UFRB, em 2006. O Centro de Formação de Professores da UFRB ajuda a ratificar a vocação histórica da cidade na formação de professores, registrada desde a atuação do Ginásio Santa Bernadete (Sacramentinas) e do Seminário Menor da Imaculada Conceição, no século XX (GALVÃO, 2014).

Na área comercial, a cidade é um importante polo da região, o Vale do Jequiriçá, tendo estabelecimentos diversos, atraindo visitantes de toda região e Estado da Bahia. O município ganhou o primeiro Shopping Center Valle. As principais vias de Acesso a Cidade são a BA 026, que liga o município as cidades de Elísio Medrado, São Miguel das Matas, Varzedo, e Santo Antônio de Jesus, e BR 101. Outra rodovia estadual que dá acesso ao município é a BA 046, que liga Amargosa a cidade de Milagres e que também dá acesso a BR-116. Existe ainda a BA 540, trecho Amargosa/Mutuípe.

Figura4. Localização geográfica do município de Amargosa/Ba



Fonte: Google maps.

### 3. CONHECENDO E REFLETINDO A LEI 10.639/03

A Lei 10.639/03, foi criada em 9 de janeiro de 2003, com o objetivo de incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. A lei é fruto da luta do movimento negro e de outros setores da sociedade que buscavam a valorização da cultura afrodescendente e a promoção da igualdade racial no Brasil.

Com a Lei 10.639/03, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, passou a ser obrigatório nas escolas de todo o país, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Além disso, a lei também estabeleceu a inclusão da temática nas disciplinas de educação artística e literatura brasileira.

A implementação da Lei 10.639/03, ainda é um desafio para o sistema educacional brasileiro, visto que muitas escolas ainda não incorporaram a temática de forma adequada em seus currículos e práticas pedagógicas. No entanto, a lei é um importante marco na luta contra o racismo e na valorização da diversidade cultural em nosso país.

Através da Lei 10.639/03, a história e cultura afrodescendente deixaram de ser tratadas de forma marginalizada nos livros didáticos e nas salas de aula, passando a ser reconhecidas como parte integrante e fundamental da história e cultura brasileira. A lei é um importante instrumento de promoção da igualdade racial e de valorização da diversidade cultural em nosso país. Ela, também, estimula o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, bem como, a produção de materiais didáticos que contemplem a temática.

Isso contribui para a formação de uma sociedade mais consciente e crítica em relação às questões raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

É importante destacar que na referida lei não se trata de uma política de cotas ou de ações afirmativas, mas sim, de uma política de inclusão e valorização da diversidade cultural. Por meio do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, busca combater o racismo que ainda é presente em nossa sociedade.

Desde a sua criação, a Lei 10.639/03, tem sido alvo de debates e críticas por parte de setores conservadores da sociedade brasileira, os quais alegam que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana pode gerar divisões e conflitos entre diferentes grupos étnicos. No entanto, é importante ressaltar que a lei não tem como objetivo promover a divisão, mas sim, a inclusão e a valorização da diversidade cultural. Além disso, também, enfrenta desafios em relação à sua implementação. Muitas escolas ainda não possuem um currículo que contemple a temática, e muitos professores não estão capacitados para trabalhar com o tema em sala de aula. Isso mostra que ainda há um longo caminho a percorrer para que a lei seja efetivamente implementada em todas as escolas do país.

Outro avanço importante é a formação de professores para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. A capacitação docente é fundamental para que os educadores possam abordar de maneira adequada e contextualizada esses conteúdos. Para Santos (2016), pesquisadora e professora, a formação dos professores deve ir além do conhecimento teórico, incluindo a reflexão crítica sobre os próprios preconceitos e a construção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial.

Além disso, a Lei 10.639/03, estimulou a produção de materiais didáticos atualizados e inclusivos, Gonzalez (1984), importante pensadora negra brasileira, defendia a necessidade de materiais didáticos que contemplassem a pluralidade cultural e étnica do Brasil, e a lei contribuiu para a ampliação dessa produção. No entanto, é preciso garantir a qualidade e a disseminação desses materiais, bem como, a sua adaptação às diferentes realidades regionais e contextos escolares.

Apesar dos avanços, a Lei 10.639/03, ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais deles é a resistência de alguns setores da sociedade em relação à sua implementação. Nesse sentido, Munanga (2012), ressalta a importância de uma ampla discussão e conscientização sobre a relevância do ensino da história e cultura

afro-brasileira e africana, combatendo estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade.

Além disso, é fundamental enfrentar o desafio da falta de representatividade e diversidade no corpo docente. A presença de professores negros e negras é fundamental para que os estudantes tenham referências e identifiquem-se com seus educadores. Segundo Gonçalves e Silva (2009), pesquisadora e educadora, a presença de professores negros nas salas de aula é importante para combater o racismo estrutural e promover uma educação mais igualitária.

Outro desafio é a necessidade de ampliar a participação da comunidade escolar e a articulação entre escola, família e comunidade no processo de implementação da supracitada lei. É importante criar espaços de diálogo e envolver os diferentes atores na construção de uma educação antirracista e inclusiva. Nesse sentido, Gomes (2008), socióloga e educadora, destaca a importância do protagonismo das comunidades negras e afrodescendentes na defesa e efetivação de políticas educacionais antirracistas.

Além dos desafios mencionados, é necessário garantir a continuidade e aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a educação antirracista. Isso envolve a revisão constante dos currículos, a atualização dos materiais didáticos, a promoção de eventos e atividades que valorizem a diversidade étnico-racial, a implementação de políticas de ações afirmativas e a promoção da equidade racial no acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior.

A Lei 10.639/03, representou um avanço significativo no sentido de valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana na educação brasileira. Os avanços envolvem a inclusão curricular, a formação de professores e a produção de materiais didáticos. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a resistência à implementação da lei, a falta de materiais adequados, a formação insuficiente dos professores e a ausência de representatividade no corpo docente. É fundamental promover um amplo debate, investir na formação docente, desenvolver materiais inclusivos e fortalecer a participação da comunidade escolar, para que a Lei seja efetivamente implementada e promova uma educação antirracista e igualitária.

Por fim, é importante destacar que a Lei 10.639/03, é uma conquista histórica para a luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial. Ela representa um avanço importante na valorização da diversidade cultural e na construção de uma

sociedade mais justa e igualitária. Cabe a todos nós, como cidadãos e educadores, contribuir para a sua efetiva implementação e cumprimento de seus objetivos.

Apesar dos desafios, é possível observar avanços na implementação da Lei 10.639/03. Em muitas escolas, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana já é uma realidade, e muitos professores têm se empenhado em abordar a temática de forma criativa e inovadora. Além disso, a lei tem contribuído para a promoção do diálogo e do respeito entre diferentes grupos étnicos.

No entanto, é importante ressaltar que ainda há muito a ser feito para que a Lei 10.639/03 cumpra plenamente seus objetivos. É preciso garantir que todas as escolas do país contemplem a temática, e que os professores estejam devidamente capacitados para trabalhar com o tema em sala de aula. Além disso, é necessário promover a discussão sobre a temática em outros espaços além da escola, como a família e a comunidade.

No entanto, para que seus objetivos sejam plenamente alcançados, é preciso que todos os setores da sociedade brasileira se mobilizem em prol da sua implementação e cumprimento. A obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas tem sido fundamental para ampliar o conhecimento sobre a rica contribuição desses povos para a formação da sociedade brasileira.

A Lei 10.639/03, que completa vinte anos desde a sua criação, representa um marco importante na luta pela valorização da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras. Ao longo desse período, essa legislação tem proporcionado avanços significativos, mas também, enfrentado desafios que demandam atenção e mobilização. Neste texto, discutiremos os avanços e desafios da Lei 10.639/03, com base em contribuições de autores renomados no campo da educação antirracista.

Desde sua criação, a lei tem sido objeto de intensos debates e resistência por parte de alguns setores da sociedade que se opõem a sua implementação. No entanto, a crescente mobilização de movimentos sociais, acadêmicos e educadores tem ajudado a ampliar a compreensão sobre a importância da lei e a pressionar por sua efetivação.

Em suma, a lei 10.639/03 representa um importante passo para a construção de uma educação, que valorize e respeite a diversidade étnico-racial do Brasil. Embora ainda haja muito a ser feito para sua efetivação, é importante celebrar suas conquistas e continuar lutando por uma educação mais inclusiva e democrática.

Em 2019, a lei passou por uma importante atualização, com a inclusão da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, não apenas no Ensino Fundamental.

É importante destacar que a lei 10.639/03, também, influenciou outras políticas públicas relacionadas à temática étnico-racial, como a implementação das cotas raciais em universidades e concursos públicos. Além disso, a lei contribuiu para o fortalecimento de movimentos sociais e culturais, como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Hip Hop, que reivindicam a valorização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira e suas contribuições para a formação da identidade nacional.

Em um país com a história de violência e opressão contra a população negra e indígena como o Brasil, é imprescindível que o ensino da história e cultura desses povos seja valorizado e reconhecido como uma forma de combater o racismo e construir uma sociedade mais justa e igualitária .

Em resumo, a Lei 10.639/03, representa um importante avanço no reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira. Suas atualizações e modificações buscam garantir sua implementação efetiva nas escolas e tornar o ensino mais inclusivo e representativo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e plural.

A escola, sendo um espaço de encontro das diferenças étnico-raciais e culturais, torna-se um instrumento eficaz na construção das narrativas históricas, por isso, objetiva-se que ela valorize as diferenças sem diluí-las. Assim, a educação escolar assume um papel relevante ao inserir o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no processo de ensino-aprendizagem, principalmente, por permitir aos discentes reconhecer-se como sujeitos históricos responsáveis pela construção de um referencial de pertencimento.

Assim sendo, “a inserção de temas referentes às culturas africanas e afro-brasileiras em nossos currículos permitirá maior compreensão de seus modos de funcionamento, bem como as influências que exerceram e continuam a exercer sobre



nossa sociedade. ” (PEREIRA, 2007, p. 52). Portanto, as questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira devem ser trabalhadas no cotidiano escolar em consonância com os conteúdos programáticos, e não apenas em datas específicas de forma folclorizada.

A diversidade [que] só é revelada em datas especiais ou comemorativas (a exemplo do dia do índio, dia da Consciência Negra, dia da Mulher etc.), tende a deixar de ser a exceção para ser um fato reconhecido pela sua inserção na dinâmica de nossa história e de nossa realidade social. O que se espera, portanto, é um investimento contínuo em pesquisas que ofereçam suporte a práticas educacionais que privilegiem o diálogo entre as múltiplas identidades e valores, que compõem a teia social. (PEREIRA, 2007).

Dentro desta problemática existem muitos objetos de discussões no âmbito educacional, entre os quais se insere a proposta do projeto aqui apresentado que se orienta pelas seguintes indagações: a quais conhecimentos históricos os professores atribuem a história e cultura africanas? Quais dificuldades os professores têm em desenvolver práticas em torno da história e cultura negra? Como é trabalhada a história e cultura negra no espaço escolar? De que maneira seria possível a inclusão de políticas públicas educacionais para o ensino de história e cultura africana frente a (des) contextualização da educação básica no contexto escolar?

Essas e outras questões já apontadas são importantes para pensar o processo e o contexto no sentido de compreender não apenas as particularidades locais, mas, sim, a visão de mundo compartilhada por todos os sujeitos que falam no espaço escolar. É importante pesquisar a história de vida dos profissionais a partir da análise das experiências vivenciadas na escola e da compreensão do contexto histórico, colocando em destaque as dificuldades em trabalhar questões relacionadas à cultura afro.

Vale destacar, também, que existe uma carência de investigações que busquem responder as questões e sua relevância social como condição indispensável à qualidade de ensino e aprendizagem. A prática educativa no espaço escolar, especialmente na educação básica, necessita de um olhar mais cuidadoso, humano e realista diante dos desafios que a circunda.

Compreende-se que a formação do cidadão crítico, reflexivo e pesquisador, é uma das maiores conquistas a serem colocadas em prática para enfrentar as

demandas da educação, sobretudo porque, estes foram temas centrais na discussão e aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nesse sentido, a própria diretriz ratifica essa perspectiva ao apontar que:

A educação constitui-se um dos princípios ativos e mecanismo de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (DCN, 2005, p.7).

É necessário, portanto, problematizar a importância da história da educação na formação humana, com ênfase na educação étnico-racial, na promoção da igualdade de oportunidades e na afirmação da identidade que vem sendo pauta de discussões por pesquisadores, visando a superação dos resquícios de um secular sistema educacional brasileiro de caráter discriminatório e preconceituoso.

Na busca por superar tais impasses, é interessante ressaltar as diversas abordagens historiográficas referentes à educação escolar e às práticas docentes desenvolvidas em sala de aula, as quais trazem uma gama de orientações inovadoras com diversas discussões e novas propostas de ensino da história. Assim, é importante ter um novo olhar para se pensar e fazer políticas públicas educacionais voltadas para a educação pautada na diversidade étnico-racial, o que demonstra um grande avanço na educação, porém com a necessidade de desenvolver práxis que coloque tais discussões e novas narrativas em ação.

A nossa busca por observar e discutir o modo como estão e se estão contidas nos conteúdos, temáticas, datas, projeto, dentre outros, voltados para a educação das relações étnicas raciais, parte do pressuposto de pensar a relação entre a teoria (o Currículo do sistema escolar) e a prática docente observada no contexto e na escolar, a luz também da percepção da pesquisadora, como conhecedora da realidade escolar em apreço. Tal busca não está alicerçada apenas em pensar a execução do currículo, mas, se o olhar voltado para ele e o próprio documento é atualizado, se dialoga com as necessidades e contextos de dentro e de fora da escola.

Com a perspectiva de atender aos desafios postos pelas orientações e normas vigentes, é preciso olhar de perto a escola, seus sujeitos, suas complexidades e rotinas fazendo as indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e sua

organização interna. Torna-se fundamental, com essa discussão, permitir que todos os envolvidos se questionem e busquem novas possibilidades sobre currículo: o que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa? (GOMES, 2017).

Esse olhar mais afunilado que pensa a realidade escolar, passa a considerar aspectos por vezes marginalizados ou estereotipados, os quais, por sua vez, fazem parte da estrutura que compõe a formação (extra) curricular do aluno enquanto sujeito, sendo a cultura, a religião, a linguagem, os movimentos sociais, políticos, artísticos, dentre outros. Todos esses aspectos são essenciais para a construção da identidade cultural, “[...] aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘sentimento’ de pertencimento’ as culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. (HALL, 2006, p. 8).

Valorizar e problematizar o fazer pedagógico do professor é uma necessidade constante, pois desdobra sua prática na constante busca pelo aprender e pelo (des) construir de novos conhecimentos, especialmente, mediando o processo de ensino e aprendizagem a partir da bagagem do aluno, tornando-o participativo e autônomo no processo educativo e na sua formação social.

Por isso, pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

[...]. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade. (FREIRE, 2004, p. 17).

Assim sendo, o desenvolvimento das pesquisas que levam as discussões acerca do aprendizado relacionado aos conteúdos que dizem respeito à formação social, cultural, política e racial, precisa considerar a formação do professor em conjunto com os documentos normativos da própria escola, os quais espelham, quase sempre, a sua prática. Inúmeras são as demandas e necessidades a serem incorporadas ao ambiente escolar. Em meio a essas demandas, estão as questões das relações étnico-raciais que desafiam os educadores brasileiros que atuam nas redes de ensino, seja da esfera municipal ou estadual. Experiências fundamentadas na Lei 10.639//03, já estão sendo desenvolvidas e defendidas por alguns professores da rede municipal de ensino no Brasil, especialmente, com as pesquisas acadêmicas voltadas às suas práxis, as quais reivindicam uma atualização e aprimoramento das práticas docentes dos sistemas de ensino.

Desse modo, pensar na significação do currículo e da lei descrita acima no cotidiano escolar remete-nos ao trabalho desenvolvido, a nível de exemplo, em uma escola da rede municipal da cidade de João Pessoa (LOPES et al, 2012), por integrantes do grupo de estudo e pesquisa em Políticas Curriculares (GEPPC) da UFPB. Esta pesquisa se faz relevante, por ter contribuído para reflexão/discussão acerca da temática das relações étnicas com os profissionais da educação. No ensejo, os pesquisadores buscaram observar como era trabalhada em sala de aula a temática da cultura e história da África e dos afro-brasileiros pelos professores do 5º ano do ensino fundamental I. Por fim, constatou-se que ainda existem certos tabus a serem superados - e que alguns professores fazem de conta que trabalham ou simplesmente não trabalham a temática. Além desses aspectos, depararam-se com situações que lhes causaram estranhamento, tais como a falta de informação, formação e o não conhecimento da Lei 10.639/03, por parte dos educadores que tinham mais de 20 anos atuando em sala de aula.

Pesquisas sobre a realidade em escolas da rede municipal de unidades de ensino do Vale do Jequiriçá espelhando-se uma realidade macro em nível de Brasil -, apontam para um quadro bastante semelhante. Dados foram encontrados pelos pesquisadores da UFRB no que se refere a políticas educacionais e curriculares desenvolvidas nas escolas públicas acerca de fatores que tornam o trabalho de lecionar história e cultura afro-brasileira e sua aceitação no ambiente escolar. Essas questões eram vistas como desinteressantes para alguns dos profissionais da

educação, aspectos que fazem com que a realidade encontrada atualmente na maioria das escolas esteja distante do ideal. (GIUGLIANI, 2013); (GOMES & SILVA, 2020).

A Lei nº 10.639 foi promulgada no ano de 2003 e passou a vigorar na mesma data. Portanto, sua vigência foi estabelecida há vinte anos, cabe problematizar acerca dos desafios e das possibilidades do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na escola básica, com isso estudos como o de Paula e Guimarães (2013), Piva (2020), Silva e Vitorino (2021), destacam a necessidade de políticas afirmativas de combate ao racismo para o fortalecimento da identidade e de direitos. Nos estudos foi possível perceber que os autores revelam que há tensões políticas, pois a lei traz diferentes identidades, histórias, memórias, cultura e a diversidade.

Portanto, esta pesquisa situa-se na temática Identidade, História e Cultura Negra em uma perspectiva de investigação sobre as representações e experiências vivenciadas no espaço escolar pelos professores. Trata-se de uma reflexão sobre a forma como é trabalhado pedagogicamente o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em sala de aula, buscando dar atenção especial aos problemas em relação às experiências dos professores, tendo em vista a desarticulação dos valores civilizatórios entre o discurso e a ação acerca das questões que envolvem o ensino de História e Cultura Negra no espaço escolar.

Não resta dúvida de que a lei foi estabelecida, sobretudo, porque havia, e ainda há, apesar de várias mudanças na educação, ausência de temas relacionados aos estudos da história e cultura negra e africanas nos currículos escolares, questões que nos obrigam a refletir sobre as lacunas em torno dos estudos existentes sobre reconhecimento e a valorização do negro e suas culturas na produção historiográfica brasileira, assim como, das abordagens que devem ser priorizadas na prática docente, bem como, o costume dos sujeitos no espaço escolar.

Assim sendo, a Lei 10.639/2003, se faz um instrumento de grande valia, tendo em vista a mudança de mentalidade e postura, bem como a transformação dos professores dentro e fora do ambiente escolar. Nesse mesmo sentido, “outro aspecto importante a ser destacado nesta lei é em relação à formação de atitudes éticas, premissa fundamental para uma educação das relações étnico- raciais. Assim, a lei não se resume apenas à exigência da inclusão de conteúdos nos currículos escolares. ” (OLIVEIRA, 2010, p. 136). Desta maneira, cabe aos profissionais da educação trazerem uma proposta inovadora, buscando produzir material em parceria,

junto ao trabalho estabelecido, mas, com uma visão específica para o ensino de história e cultura afro-brasileira.

É nessa perspectiva que esta pesquisa investigará abordagem acerca da diversidade étnico-racial contida no currículo da instituição escolar, além de conteúdos, experiências e práticas docentes, proporcionando análise e reflexões sobre a valorização local/regional, com o intuito de promover conhecimentos que dão forma e sentidos à história e cultura africanas e afro-brasileiras, possibilitando a construção de práticas que privilegiem o diálogo entre as diversas identidades e valores dos diferentes atores que compõem o espaço escolar onde a pesquisa será desenvolvida.

### **3.1. CONHECENDO O PPP DA ESCOLA**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que define a identidade da escola, sua proposta pedagógica e seus objetivos educacionais. É uma ferramenta importante para a gestão escolar e para a construção de uma educação democrática e participativa. Neste trabalho discutiremos a importância do PPP da escola com base em obras dos que se dedicaram a essa temática.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola desempenha um papel fundamental na organização e direcionamento das práticas educacionais. É por meio desse documento que a escola estabelece seus princípios, objetivos e ações, refletindo sua identidade e visão de educação. No entanto, é importante reconhecer que muitas escolas ainda possuem PPPs desatualizados como é o caso da escola pesquisada, pois, o mesmo se encontra desatualizado desde 2019.

A Lei 10.639/03, representa um avanço significativo para a promoção da igualdade racial e valorização da diversidade étnico-cultural no contexto educacional. No entanto, para que essa lei seja efetivamente implementada, é imprescindível que as escolas tenham seus PPPs atualizados e alinhados com as diretrizes estabelecidas.

Uma das reformulações necessárias é a inclusão explícita dos princípios e objetivos relacionados à valorização da cultura afro-brasileira e africana, bem como, o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial. É fundamental que o PPP

reflita o compromisso da escola em construir uma educação antirracista, que valorize e respeite todas as etnias e culturas presentes em nossa sociedade.

Outra reformulação necessária é a revisão dos materiais didáticos utilizados pela escola. O PPP deve estabelecer critérios para a seleção de materiais que sejam atualizados, inclusivos e livres de estereótipos raciais. É importante que os materiais utilizados estejam em conformidade com as diretrizes da Lei 10.639/03, promovendo uma representação adequada e valorização da cultura afro-brasileira e africana.

Para garantir a efetivação da Lei 10.639/03, o PPP também deve contemplar a formação continuada dos professores. Os educadores precisam receber capacitação específica sobre a temática afro-brasileira, a fim de que estejam preparados para abordar esses conteúdos de forma adequada e reflexiva. O PPP deve estabelecer estratégias de formação que promovam a conscientização, o conhecimento e a desconstrução de preconceitos e estereótipos raciais por parte dos educadores.

A reformulação do PPP é um passo necessário para garantir a implementação efetiva da Lei 10.639/03. A inclusão da temática da cultura afro-brasileira e africana no PPP, a seleção de materiais didáticos adequados, a formação dos professores e o engajamento da comunidade escolar são fundamentais para construir uma educação antirracista, plural e igualitária. Ao levar em consideração as contribuições de autores renomados no campo da educação antirracista, é possível embasar e enriquecer as ações propostas no PPP, promovendo uma transformação significativa na educação brasileira.

O PPP da escola é um instrumento fundamental na formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo ele, a escola deve estar comprometida com a formação de indivíduos críticos e conscientes, capazes de transformar a realidade social em que vivem. Nesse sentido, o PPP deve ser elaborado de forma democrática e participativa, envolvendo toda a comunidade escolar.

O autor que defende a importância do PPP é Paulo Freire. Para ele, o PPP é um instrumento fundamental na construção de uma educação mais libertadora e transformadora. Segundo Freire (2011), o PPP deve estar baseado em uma concepção crítica e dialógica de educação, que valorize a participação dos alunos, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento.

Para Gadotti (1988), o PPP é uma ferramenta importante na construção de uma educação contextualizada e comprometida com a realidade dos alunos. Segundo ele, o PPP deve ser elaborado a partir da análise das demandas e necessidades da comunidade escolar, levando em conta as especificidades locais e regionais.

Outro autor que se dedica à temática do PPP é Libâneo. Para ele, o PPP é um instrumento fundamental na construção de uma escola democrática e participativa, que valorize a formação integral dos alunos e a construção coletiva do conhecimento. Segundo Libâneo (1994), o PPP deve estar baseado em uma concepção crítica e dialógica de educação, que valorize a diversidade e a pluralidade cultural.

Em suma, a importância do PPP da escola é fundamental para a construção de uma educação democrática, participativa e inclusiva. É necessário que o PPP esteja baseado em uma concepção crítica e contextualizada de educação, que valorize a diversidade e a pluralidade cultural, e que envolva toda a comunidade escolar na sua elaboração e implementação. Os autores supramencionados contribuem para essa reflexão e para a construção de uma escola comprometida com a formação integral dos alunos e com a transformação da realidade social em que vivem.

Além disso, é importante destacar que o PPP não deve ser visto como um documento estático, mas sim, como um processo contínuo de reflexão e avaliação da prática pedagógica da escola. O PPP deve ser revisado e atualizado regularmente, levando em conta as mudanças sociais, culturais e econômicas que afetam a realidade da escola e da comunidade.

Para garantir a implementação do PPP na prática pedagógica da escola, é fundamental que haja uma gestão escolar democrática e participativa. É preciso envolver todos os atores da comunidade escolar - professores, alunos, pais, funcionários - na construção e avaliação do PPP, garantindo a representatividade e a diversidade de vozes e opiniões.

Outra questão importante a ser considerada é a formação dos professores para a elaboração e implementação do PPP. Os professores devem ser capacitados para compreender sua importância para conhecer as etapas do processo de elaboração e para refletir criticamente sobre a sua prática pedagógica.

Em resumo, a elaboração e implementação do PPP da escola é um processo complexo e desafiador, que exige a participação ativa e comprometida de toda a



comunidade escolar. No entanto, é uma ferramenta fundamental para a construção de uma educação que valorize a formação integral dos alunos e, a construção coletiva do conhecimento. Entre os autores que discutem a importância do Projeto Político-Pedagógico da escola, podemos destacar Demerval Saviani, que ressalta a importância da dimensão política e da dimensão pedagógica na construção do projeto. Segundo Saviani, o PPP deve estar baseado em uma visão crítica da sociedade e da educação, e deve ter como objetivo a construção de uma escola democrática e participativa.

Mencionamos, também, as contribuições de Antônio Nóvoa, que destaca a importância da reflexão crítica sobre a prática pedagógica e sobre a construção do PPP. Segundo Nóvoa (2009), o PPP deve ser entendido como um processo de construção coletiva do conhecimento, que envolve a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a valorização das experiências e saberes dos diferentes atores da comunidade escolar.

Conforme Silva (2003), o Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta fundamental da gestão educacional, que representa um documento teórico-prático elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que reflete os fundamentos políticos e filosóficos em que a escola acredita. O PPP concentra propostas de ação que serão implementadas ao longo de um determinado período de tempo e é considerado político por conceder à escola o papel de formadora de cidadãos críticos e responsáveis, que contribuirão para a construção de uma nova sociedade. Além disso, ele é pedagógico, pois define e organiza as atividades necessárias no processo de ensino-aprendizagem.

A história do PPP e do planejamento no Brasil estão intimamente ligados à Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, que introduziu a gestão democrática e proporcionou a elaboração de projeto aberto e flexível, adaptado às necessidades e realidades de cada unidade escolar. O PPP deve considerar as especificidades culturais, ideológicas, históricas e políticas da escola, sem negar o que já foi estabelecido, projetando mudanças que busquem o aprimoramento constante.

Assim, a participação ativa de professores, funcionários, alunos e suas famílias, bem como, a comunidade em geral, é fundamental para a construção de um PPP efetivo e que atenda às necessidades de cada escola. A inserção dos temas Diversidade, História e Cultura Afro-brasileira no PPP, deve dialogar com a realidade

do território social em que a escola está inserida, através de um diálogo constante com a comunidade escolar. Dessa forma, ele pode ser uma ferramenta poderosa para promover a inclusão, a diversidade e a equidade na educação brasileira.

### **3.2. PRATICAS PEDAGOGICAS DA LEI 10.639/03**

Durante séculos, o modelo de educação implantado no Brasil foi profundamente europeizado, herdado da colonização e escravização de africanos, afro-brasileiros e indígenas. Esse modelo manteve a diversidade cultural distante dos eixos temáticos dialógicos, evidenciando a homogeneização de conhecimentos que se situavam no padrão elitizado. No entanto, mesmo marginalizadas, essas culturas do ser, do saber do viver e do fazer não foram apagadas, permanecendo vivas tanto nas memórias quanto nos fazeres dos grupos étnico-raciais, resistindo diante da segregação e se ressignificando os espaços de resistência que naturalmente foram surgindo.

Petronília Beatriz Gonçalves e Silva é uma das principais referências quando se trata de educação e relações étnicas. Em seu livro "Cultura Negra e Educação", a autora discute a importância de incluir a história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar e de promover uma educação antirracista. Para Petronília, é fundamental que a escola seja um espaço que valorize a diversidade e que promova o respeito e a valorização da cultura afro-brasileira.

Uma das práticas pedagógicas propostas por Petronília é a valorização da história e da cultura afro-brasileira, com o objetivo de desconstruir estereótipos e preconceitos e promover a valorização da diversidade cultural. Além disso, a autora destaca a importância de dar voz aos estudantes negros, permitindo que eles compartilhem suas vivências e contribuam para a construção de uma escola mais inclusiva (SILVA, 2006).

Outra pesquisadora e militante do movimento negro que também tem contribuições importantes para a discussão das relações étnicas e educação é (Silva, 2003), em seu livro "Educação, cultura e identidade negra", a autora discute a importância de valorizar a cultura e a identidade negra na escola e destaca a necessidade de uma educação antirracista. Uma das práticas pedagógicas propostas por Ana Célia é a valorização da cultura negra, por meio da inclusão de conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira e da promoção de atividades que

valorizem a identidade negra. Além disso, a autora destaca a importância de que os professores estejam preparados para lidar com o racismo e a discriminação na sala de aula, promovendo um ambiente seguro e inclusivo para todos os alunos. (SILVA,2003)

Nilma Lino Gomes é outra referência importante quando se trata de relações étnicas e educação. A autora destaca a importância de uma educação antirracista e defende que a escola deve ser um espaço que promova o respeito à diversidade e a valorização da cultura afro-brasileira e das demais culturas presentes na sociedade brasileira. Tendo como uma das práticas pedagógicas propostas por Gomes (2011), a formação de professores e profissionais da educação para lidar com a diversidade étnico-racial. Para a autora, é fundamental que os profissionais da educação compreendam a importância da diversidade e que estejam preparados para lidar com as diferentes culturas presentes na sala de aula (GOMES,2011).

Com base nas obras das supracitadas podemos citar estudos que corroboram apontando existir, poucos avanços, de modo prático, desde a sua implementação (BAKKE, 2011; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2021; CARDOSO; PINHEIRO, 2021, NOBREGA, 2019). Diante dessas e de tantas outras, pautamos a necessidade de discussão das questões étnico-raciais nos espaços educacionais com o intuito de trabalharmos o ensino pautado na necessidade de discussão de uma educação antirracista em várias perspectivas (OLIVEIRA, 2015).

Nas últimas décadas, os afrodescendentes têm sido vítimas de tratamento discriminatório ,buscam a inclusão social e o reconhecimento de sua identidade. Assim, a demanda por ações de valorização étnico raciais tem sido gradualmente instalada em agenda de políticas sociais. As primeiras respostas vieram rapidamente com marcos de países latino americanos que, têm incorporado orientações para punir práticas discriminatórias e, para exigir o pleno exercício dos direitos visando coibir práticas discriminatórias no âmbito da sociedade, inclusive nas escolas.

Na educação, o racismo é muitas vezes um mecanismo invisível e que acabam influenciando nas práticas escolares diárias, que em muitos casos, são o resultado de agentes, representações negativas de certos grupos sociais. Um olhar mais atento sobre o que acontece nas escolas na atualidade, demonstra que as práticas racistas geram a interrupção de percursos educativos, exposição diária a abusos e isolamentos. Estas circunstâncias afetam o processo ensino aprendizagem, pois, mais

uma vez, a desigualdade e diversidade aparecem como desafios inseparáveis dentro das escolas.

Embora seja esperado, a educação constitui um mecanismo de quebra das desigualdades sociais, hoje nos sistemas de ensino no Brasil, as práticas educacionais existentes contribuem para reproduzir e aprofundar as desigualdades existentes. As desigualdades estão enraizadas em práticas discriminatórias que levam à implantação de preconceito ou estigmas em relação à identidade étnica e racial.

A discriminação racial se distingue do racismo, conforme se configura numa prática, a ação de exclusão, restrição ou preferência que impede, restringe ou dificulta o acesso igualitário de determinados grupos em razão da cor. Sendo assim, existe no Brasil uma invisibilidade da discriminação racial, justamente pelo fato de os brasileiros, em sua grande maioria, atribuírem à discriminação de classe, a situação de bens material aos negros. “Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”. (HALL, 2004, p. 59). Enfatiza a importância da cultura nacional na criação de um senso de pertencimento coletivo, superando as diferenças individuais e promovendo uma identidade compartilhada. No entanto, vale ressaltar que essa perspectiva, também, pode levantar questões sobre inclusão e igualdade, uma vez que algumas identidades podem ser marginalizadas ou excluídas nesse processo de unificação cultural.

De acordo com as Nações Unidas (Convenção da ONU/1966), a discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito, anular, ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública.

A Convenção Internacional sobre a abolição de todas as formas de discriminação racial aparece no contexto do processo de multiplicação de direitos à luz Internacional Bil of Rights (conjunto da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e dos dois Pactos de 1966 – Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais).

Para Lusci e Araújo (2005), o racismo é uma expressão mais ampla que abrange, além do preconceito, hostilidade, discriminação, segregação e outras ações negativas manifestadas em relação a um grupo racial/étnico. Ele se manifesta basicamente em três níveis: individual, institucional e cultural. Individual, quando um membro de um grupo se sente superior a outro de grupo diverso. Institucional, quando as instituições como o Estado, as igrejas, empresas, partidos políticos, escolas, limitam o acesso de determinado grupo de pessoas, como os negros. Cultural, quando uma determinada herança cultural é anunciada como sendo superior a outra.

Discriminar significa separar, classificar, distinguir uma coisa da outra, permitindo distinções e comparações que ajudam compreender o ambiente que nos rodeia; exemplo é a capacidade de discriminar entre o perigo de uma que não é, ou entre situações formais e recreativas que exigem comportamentos diferentes. Mas, há outra definição de discriminação quando se trata de dar um tratamento inferior a uma pessoa ou grupo, por razões, parte de sua identidade individual e/ou social. Sant Ana (2005), afirma que racismo é a teoria ou ideia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras.

No Brasil, o que se verifica é que existe um racismo camuflado que está presente em todos os níveis sociais, econômicos e culturais. Por isso, longe de resolver sozinho o longo e demorado processo de transformação de nossas estruturas mentais herdadas do mito de democracia racial e, conseqüentemente, dos mecanismos racistas que, sutil, consciente ou inconscientemente, marcaram a nossa própria educação e formação, é oferecer e discutir alguns subsídios que possam ajudar no desenvolvimento do processo de transformação de nossas cabeças. (MUNANGA, 2008).

Conforme se verifica, as práticas do racismo existente, contribuem para aumentar as diferenças sociais, bem como para promover as desigualdades e o acesso aos direitos. A Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, contudo, ainda que exista a legislação vigente, as práticas racistas apresentam raízes históricas profundas baseados na ideia de superioridade da raça branca.

Em seu estudo sobre racismo no ambiente escolar, Nascimento (2010), lembra que o preconceito racial se constitui em um grave problema existente nos dias atuais, presente em toda a sociedade, de um modo geral e, conseqüentemente, o espaço educativo não está ausente desse processo, algo que existe desde há muito tempo. Nesse sentido, apresento uma afirmação que corrobora com a realidade supracitada nos seus pensamentos onde trás o grande desafio da educação. (MUNANGA, 2008).

Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica afirmar biologicamente, não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã dizer perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos/as possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Como educadores, devemos saber que apesar de a lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si, o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade. (MUNANGA, 2008).

Para assegurar o cumprimento dos direitos do povo negro, ações educativas no campo dos direitos humanos foram sendo criadas ao longo dos anos, incluindo a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação e Intolerâncias Correlatas realizada em Durban em 2001.

A Constituição Federal de 1988, considerada a Constituição cidadã, determina: Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Portanto, a Constituição ao tornar o racismo um crime inafiançável, também, garantiu o respeito aos direitos humanos. Direitos Humanos (RH), são inerentes a todas as pessoas, sem distinções arbitrárias de qualquer tipo, e sua função é a dignidade humana. Eles são universais a todos, sem distinção. Eles são inalienáveis: ninguém pode ser privado deles; eles são indivisíveis e interdependentes; eles devem ser respeitados na íntegra, uma vez que todos os direitos são indispensáveis para proteger dignidade humana.

As interações entre as pessoas são determinadas, pelo modo como é construída a relação com o outro. Este relacionamento é construído por meio de pensamentos, crenças, sentimentos e emoções. De acordo com Hall (1997), a identidade é um movimento discursivo, formado culturalmente, mediante circunstâncias históricas e pessoais que levam o sujeito a assumir determinadas posições. Conforme este autor, a identidade é resultado de um processo de representações e consequentes, identificações que permitem ao indivíduo apropriar-se de significados e posicionar-se no interior dos discursos.

A origem do preconceito e discriminação racial são construídos sobre as pessoas ou situações. Os preconceitos são julgamentos ou opiniões que são emitidos sobre algo ou alguém, sem informação ou conhecimento suficientemente comprovada, não pode ser verdade. Sempre envolvem uma avaliação, favorável ou desfavorável, sobre pessoas, situações ou coisas, e ocorrem no nível dos sentimentos e emoções.

Quando a avaliação é desfavorável, ou seja, quando há um viés negativo, expressões de discriminação manifestam-se através de sentimentos de vergonha, medo, rejeição, desprezo, e outros, no entanto, o viés positivo, também, pode levar a ações discriminatórias, quando envolvem sentimentos que resultem em atitudes paternalistas que dificultam o desenvolvimento e autonomia do outro, por exemplo. A discriminação ocorre como resultado de estereótipos e preconceitos e resultando em um tratamento hostil e excludente de uma pessoa ou grupo.

Segundo Munanga (2008), preconceito é produto das culturas humanas, essa maneira de relacionar o preconceito com a ignorância das pessoas, põe o peso mais nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade. Além disso, projeta a sua superação apenas no domínio da razão, o que deixaria pensar, ao extremo, que nos países onde a educação é mais desenvolvida o racismo se tornaria um fenômeno raro. (MUNANGA, 2008).

Existem várias categorias de discriminação arbitrária, social e culturalmente construídos, que contribuem para a desigualdade e a exclusão social. Eles manifestam quando uma pessoa, grupo ou instituição, expressam permanentemente opiniões, ações ou promove atitudes de segregação em função da raça (racismo), sexo (sexíssimo), orientação sexual (homofobia) identidade de gênero (transfobia), classe (classismo), nacionalidade (xenofobia) ou de outra forma, sob o estereótipo

de que há grupo superior aos outros por causa dessas características dos grupos humanos.

Dado que a discriminação é uma atitude aprendida e no espaço escolar é produzida e reproduzida esta aprendizagem, é também responsabilidade do sistema de ensino, como um todo, tomar as medidas que irão gerar experiências formativas que apontam no sentido de relações inclusivas e respeitadas, que salvaguardam a dignidade das pessoas.

Neste sentido Cardoso (2005), afirma que o racismo presente na sociedade precisa ser superado e que a escola possui papel crucial neste processo, pois, se torna necessário que a educação tenha qualidade, esteja a serviço para abrir os espíritos, buscando o respeito e a promoção do respeito às diferenças culturais. A educação de qualidade deve visar, também, fortalecer nos corações e mentes de todos os brasileiros o ideal da igualdade de oportunidades.

O referido autor Moura (2005), salienta que uma das formas de combater o racismo no espaço escolar é promover práticas pedagógicas que valorizem as matrizes culturais, diversificadas, que fazem parte da formação da identidade do povo brasileiro, permitindo aos alunos respeitar os valores positivos que emergem do confronto das diferenças culturais e étnico raciais. De acordo com o referido autor, a escola deve possibilitar a superação da visão discriminatória de grupos sociais, com base em sua origem étnica, suas crenças religiosas ou suas práticas culturais, pois assim a escola poderá, levando em consideração as diferenças étnicas de seus alunos, reconhecer de forma integral, os valores culturais que carregam consigo para integrá-los à educação formal. O direito à diferença de grupos que, por força da inércia da herança histórica, ou pela pura força do preconceito, são quase sempre considerados “inferiores”, ou “naturalmente” subalternos.

Neste sentido, se observa que a função social da escola é promover a formação do cidadão crítico, reconhecendo que a essência humana perpassa particularidades culturais entre os povos.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (GOMES, 2003, p. 77).



Nesta direção, compreende-se a importância de valorizar a cultura negra africana, para a educação, visando construir imagem positiva de outros povos. No caso da educação brasileira, é de fundamental importância, uma vez que a cultura afro, indígena, brasileira faz parte de nossa formação política, social e econômica.

Nunes (2011), realizou um estudo para analisar a problemática do ensino da cultura de base africana nas escolas brasileiras. A autora demonstra que prevalece na educação brasileira uma ideologia racista e discriminatória que nega a participação do povo na constituição da cultura nacional.

Sobre a inserção do ensino da cultura popular brasileira nas escolas, Nunes (2011), ainda salienta que: Nessa discussão, insere-se a importância da construção coletiva do Projeto Pedagógico da escola que deve incorporar esta perspectiva. Este não pode ser alheio às relações de superioridade e inferioridade historicamente construídas na sociedade brasileira. O diálogo, a troca de experiências, o debate, aliado ao esforço de cada um, individualmente, pode significar o pontapé inicial para o questionamento sobre as relações desiguais perpetuadas no nosso país. Para a superação das desigualdades raciais há a necessidade de construção de práticas, projetos e estratégias de combate ao racismo.

O estudo da cultura nas escolas contribui para fortalecer os processos de construção da nacional cultural histórica. No caso específico da educação escolar, o que se observa é que o racismo permeia práticas educativas, fazendo sobressair a cultura branca sobre as demais culturas, inclusive a negra africana. Por esta razão é preciso enfatizar o debate sobre a importância de inserir o ensino da cultura negra na educação escolar, como tarefa necessária para construir a identidade de nosso país.

Na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos 26A e 79B, pode-se ler e analisar: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira; § 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil; § 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79-B. O calendário

escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’” (BRASIL, 2003).

Em 2003, com a promulgação da Lei 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação CNE aprovou o parecer CNE/CP3/2004, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, incluindo a formação de docentes e o preparo dos gestores para atuar com a temática.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. (BRASIL, 2004).

Em face ao exposto, verifica-se que a escola deve adotar uma postura inclusiva, trabalhando com a diversidade étnica racial, que é um dos elementos constituintes da nação brasileira. Uma escola inclusiva é aquela que está preparada para responder à diversidade de interesses, costumes, sensibilidades, capacidades e as características de todos os membros da comunidade educativa, em especial os alunos, formando um espaço de proteção em que todos se sintam bem-vindos e valorizados como sujeitos únicos e individuais.

A escola voltada para a valorização da diversidade cultural, traça metas de inclusão educacional, para eliminar todas as formas de exclusão social resultante de atitudes e respostas para a diversidade social, cultural e natural. Ao contrário da integração escolar, em que os alunos têm de se adaptar a um sistema que já está definido, a inclusão na educação implica que a escola modifique sua estrutura e transforme o ensino e aprendizagem para a diversidade. É isto que garante a igualdade de oportunidades e compreende a educação como um direito relacionado com o acesso, permanência, participação e realização de todos os alunos, com especial ênfase para aqueles que, por razões diferentes, estão excluídos ou em risco de serem marginalizados.

O objetivo da escola, frente às práticas de discriminação racial, é fornecer amplo espectro, aprendizagem com igualdade de tratamento para todas as pessoas, porque há com maior ou menor proximidade ou formalidade, envolvendo diferentes formas de se relacionar, mas de reconhecer e garantir, para cada um dos direitos e oportunidades iguais.

Neste sentido a educação inclusiva aborda duas tarefas simultâneas: a primeira, para implementar práticas e estratégias inclusivas e, a segunda, para erradicar expressões de discriminação racial que se reproduzem no espaço escolar. Em relação a isso, Ribeiro (2012), afirma que o preconceito racial na escola contribui relevantemente na disseminação do preconceito. O espaço escolar, muitas vezes, se torna um local de estereótipos das vítimas dos preconceitos e discriminações.

Para Pimentel et al (2014), o racismo na escola ainda é um desafio a ser superado. Na visão destes autores o racismo é muito presente dentro das escolas e muitas vezes leva os alunos ao fracasso e à evasão escolar. Mesmo com a promulgação da lei nº 12.288 de julho de 2010, que garante à população negra, a efetivação da igualdade de oportunidades e trata da igualdade racial, os atos de discriminação, preconceito e racismo bem como demais formas de intolerância que ocorrem no cotidiano escolar.

Segundo Ortiz (2005), a prática do racismo no ambiente escolar é prejudicial para toda a comunidade escolar, pois, gera conflitos e desunião. Quando não há atitude por parte dos dirigentes da escola e dos professores, frente a situações preconceituosas entre os alunos, ocorre o reforço dos estereótipos e preconceitos.

A promoção de uma educação que estabelece a conflitualidade de conhecimentos ou uma “pedagogia das ausências”. Santos (2006), nos possibilita experimentar uma reflexão coletiva para enfrentar aspectos conflitivos e tensões que se apresentam nas relações entre intencionalidade da Lei 10.639/03 e a formação docente que, por longos anos, apreenderam concepções, visões de mundo e enfoques eurocêntricos, não somente por meio da escrita, mas também, por meio de imagens, hipertextos, fotografias, charges, desenhos e áudios-visuais.

Conforme expõe Silva Junior et al (2012), a gestão de um ambiente educativo que tem como objetivo educar para a igualdade racial não é tarefa de uma pessoa só. As Secretarias de Educação dos municípios, por meio de suas equipes técnicas, os gestores das unidades educativas, diretores, coordenadores pedagógicos, os professores e equipe de apoio, as famílias e a comunidade precisam se unir com o objetivo de transformar a situação de discriminação existente nos ambientes escolares.

Para Pimentel et al (2014), a escola é um ambiente no qual pode-se estimular a diversidade cultural brasileira e promover o respeito a todas às diferenças

decorrentes da pluralidade, pois, no espaço escolar convivem crianças de diversas etnias, classes sociais, crenças e culturas distintas. Desta forma os educadores poderão direcionar o aprendizado ao respeito mútuo e o convívio democrático com a diferença.

As atividades inclusivas na escola, práticas de ensino, abordagens, estratégias, métodos, materiais e formas de interação entre os alunos, visando educar para as relações étnico-raciais, buscando refletir sobre a diversidade do povo brasileiro. A escola pode promover o combate ao racismo adotando práticas de cultura, políticas e práticas para lidar com a diversidade dos alunos e suas famílias, tendo em vista alcançar a aprendizagem e a participação de todos estudantes, independentemente, das suas condições. Desta forma a escola inclusiva, permite que professores alunos e comunidade educativa em geral, se sintam confortáveis com a diversidade e não as percebam como um problema, mas como um desafio e uma oportunidade para enriquecer as formas de ensino e aprendizagem.

Assim, supomos ficou demonstrado que a escola é um ambiente no qual se pode estimular a diversidade cultural brasileira e promover o respeito a todas às diferenças decorrentes da pluralidade, pois, no espaço escolar convivem crianças de diversas etnias, classes sociais, crenças e culturas distintas. A escola pode promover o combate ao racismo adotando práticas de cultura, políticas e práticas para lidar com a diversidade de seus alunos e suas famílias, tendo em vista alcançar a aprendizagem e a participação de todos estudantes, independentemente, das suas condições, experiências, costumes e crenças.

Como Ribeiro (2019), aponta em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, a educação apresentada nos ambientes formais é toda pautada na perspectiva do branco, que tem no eurocentrismo o modelo a ser seguido, em detrimento de outras referências. A história contada nos livros didáticos e, portanto, na escola formal, não favorece o conhecimento do ponto de vista que valorize as diferentes etnias na formação da identidade do povo brasileiro.

[...] o papel do professor é fundamental para a compreensão de como as relações raça-raça se desenvolvem nos espaços escolares e, portanto, para a construção de experiências pedagógicas que possam enfrentar o racismo e a discriminação racial existentes nos espaços escolares e na sociedade em geral. (SANTANA; SANTOS; FERREIRA, 2016, p. 7).

O Brasil é uma nação que sobreviveu por mais de três séculos às custas dos empregos de negros escravizados. Do ponto de vista histórico, 130 anos se passaram desde a abolição da escravatura. Traços e preconceitos da sociedade escravista ainda são fortes.

A criação da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa, localizada em Salvador – BA, em 2018, é tributária às disputas educacionais realizadas pelo Movimento Negro no Brasil. A Escola, enquanto proposição político epistemológica, surge das inquietações de educadores quanto as práticas pedagógicas, realizadas nas escolas em que suas filhas e filhos estudariam. Podemos destacar uma escola que vem dando certo, sendo pautada na educação antirracista e tem o seu currículo discutido e implementado nessa escola.

#### **4. CONTEXTO DA PESQUISA E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

A análise dos instrumentos de pesquisa possibilitou responder e tecer discussões acerca da nossa questão norteadora, a saber: “pesquisar as práticas desenvolvidas por professores dos anos finais da rede de Amargosa- acerca do ensino de história, cultura afro-brasileira e africana, visando a aplicação da Lei 10.639/03?”. A partir da condução de etapas já estabelecidas e propostas por Bardin (2002), bem como das contribuições de Amado, Costa e Crusoé (2017) acerca da Análise de Conteúdo, os dados coletados no contexto investigativo foram analisados da seguinte forma:

Etapa 1: Pré-Análise - Nesta etapa, é feita uma organização do material coletado durante a pesquisa. A leitura cuidadosa do material gerado, com atenção para o tom de voz e as pausas durante as entrevistas, pode revelar informações valiosas que ficam ocultas nas falas dos entrevistados. O material é então separado e organizado para ser utilizado na análise de dados.

Etapa 2: Exploração do Material - Nesta etapa, os dados são categorizados de acordo com temas previamente estabelecidos. A partir da transcrição integral dos áudios, as falas e respostas dos entrevistados são agrupadas por assunto. Essa categorização é uma forma de organizar e simplificar o material, facilitando a análise.

Etapa 3: Tratamento dos Resultados e Interpretações - Nesta etapa, as categorias estabelecidas na etapa anterior são organizadas e analisadas. É utilizado

um procedimento aberto, no qual o sistema de categorias é construído a partir da análise dos dados, sem a imposição prévia de uma estrutura teórica. A análise qualitativa dos dados é feita através da articulação das categorias estabelecidas a partir do tema estudado. Essa fase permite uma compreensão mais profunda dos saberes presentes nas representações sociais e das práticas desenvolvidas pelos entrevistados. A seguir, apresentamos a composição do sistema de categorias, desenvolvido com base nas áreas temáticas.

#### QUADRO 5- ESTRUTURA DAS CATEGORIAS

ÁREA TEMÁTICA	CATEGORIA	NOTA EXPLICATIVA
Inclusão e Diversidade Étnico-Racial	Educação e Conscientização sobre a Lei 10.639/03	A análise dessa categoria nos permitiu analisar a Lei 10.639/03 e suas diretrizes para promover a inclusão e a diversidade étnico-racial na educação. É necessário integrar esses princípios no PPP da escola e estabelecer objetivos e metas para o desenvolvimento de uma educação antirracista e inclusiva.
Implementação da lei	Inclusão e diversidade étnico racial	A análise dessas categorias nos permitiu identificar como os gestores fazem para garantir que a Lei 10.639/03 seja implementada na escola,.
Implementação da Lei 10.639/03 na Educação	Atividades e iniciativas relacionadas à Lei 10.639/03	As escolas devem realizar atividades, projetos e iniciativas que abordem a diversidade étnico-racial, a história, a cultura afro-brasileira e africana.

#### QUADRO 6 -Estrutura das categorias

ÁREA TEMÁTICA	CATEGORIA	NOTA EXPLICATIVA
Reflexão sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Educação e Cultura Afro-Brasileira e Africana	A análise dessa categoria nos permitiu abordar a importância do ensino da história, da cultura afro-brasileira e africana na escola. As questões envolvem desde a forma como os conteúdos são trabalhados em sala de aula até o impacto desse ensino na autoestima dos alunos e na construção de uma sociedade mais igualitária e menos racista.

Formação e capacitação do professor	Formações e Capacitações sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	A análise dessas categorias nos permitiu identificar como as formações e capacitações sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana podem impactar no trabalho do professor em sala de aula. Quais são as principais contribuições e desafios encontrados nessas formações.
Políticas Públicas de Educação	Tema: A importância da implementação das políticas públicas de educação na promoção da equidade racial	A análise dessas categorias nos permitiu que as políticas públicas de educação têm um papel fundamental na promoção da equidade racial e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É importante discutir a efetividade dessas políticas e sua aplicação nas escolas e universidades.

Durante o processo de análise, buscamos alguns teóricos nos quais nos apoiáramos para interpretar os indicadores das falas. Decidimos utilizar a frase como unidade de registro das falas das participantes e, durante toda a análise, estas foram sendo apresentadas e interpretadas. No que se refere as próximas seções e subseções deste trabalho, estão organizadas conforme a lógica das áreas temáticas definidas.

#### 4.1. ANALISE E RESULTADOS

##### GESTORES E A LEI 10.639/03

Destacando a importância dos gestores educacionais como mediadores da implementação de projetos interdisciplinares, embasados na educação em direitos humanos e no respeito às diversidades culturais, em parceria com a comunidade escolar. É preciso ressaltar que a efetividade desses projetos varia de instituição para instituição, podendo ocorrer de forma superficial sem a devida participação da comunidade escolar, ou de maneira isolada pelos docentes. Por outro lado, há instituições que não cumprem a lei e não realizam projetos ou atividades educacionais voltadas para a temática, alegando diversos fatores.

Nesse sentido analisaremos o PPP da escola e buscaremos utilizá-lo como uma fonte complementar para ajudar nas interpretações das perguntas dos gestores sobre a Lei 10.639/03 na escola. Nesse sentido falam sobre suas trajetórias, bem como, sobre os saberes que mobilizam no exercício de sua profissão.

Moscovici (2003), aponta que o meio em que o indivíduo está inserido tem grande influência na elaboração de suas representações. Nessa linha de pensamento, esta subseção desvela a relação dos docentes com a educação durante a trajetória de vida, as influências e as motivações iniciais para atuarem como professores. Os relatos apontam que os participantes tiveram, desde cedo, relacionados com a Educação, principalmente, no que se refere ao meio familiar.

Ao abordar a Lei nº 10.639/2003 e a Pedagogia Antirracista, é importante compreender que, historicamente, pesquisadores da educação têm se preocupado em analisar outras categorias que, em conjunto com a classe social, trabalho, gênero e cultura, possam explicar a complexidade das relações estabelecidas na escola e na sociedade. De acordo com Gomes (1997), essa preocupação também se estende à reflexão sobre a raça e educação, uma vez que é necessário reconhecer a centralidade da raça nas ações do dia a dia, ou seja, na prática educativa. Nesse sentido, busca-se compreender melhor a questão racial que permeia a construção da sociedade brasileira desde a época da colonização até os dias atuais.

Sobre a Lei 10.639/03 e a importância de seu conhecimento para os professores. Conforme declara Munanga:

[...]. Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17).

Concordo com Munanga (2005) e diversos outros autores quando afirmam que a educação pode proporcionar essas oportunidades e que a aprendizagem não se limita apenas ao ambiente escolar, mas também ocorre em outras instituições, como a família, associações, organizações e outros grupos. No entanto, a escola ainda é o principal meio de acesso para as famílias enviarem seus filhos para adquirirem esses conhecimentos.

Com a entrevistada Gonzalles destaca: *“Eu acho que a gente, esse ano que passou agora, 2022, a gente deveria discutir e refazer o PPP. Só que não foi discutido, não só na gestão da Dinorah, no tempo direito, mas não foi discutido. Um dos meus poderes de luta é justamente isso, não é eu focar mais na questão da lei, até pela questão também dessa ausência do silenciamento que se tem nos nossos*



*currículos, apesar de termos algumas coisas pinceladas sobre a lei. Eu acho meio que ainda bem raso [...]. Acho que precisa mais dar ênfase e chamar atenção para os docentes que estão lá na escola da de se trabalhar de forma interdisciplinar. ”*

Na fala da entrevistada fica evidenciado que, a realidade ainda se mantém em discutir as questões da lei apenas em momentos distintos, pois além de ser em momentos pontuais, não se mantém a discussão durante o restante do ano letivo. No entanto, observa-se um descontentamento por parte da entrevistada. Ficou explícito nas falas da professora que há um grande envolvimento com a sua profissão.

Além disso o entrevistado Ferreira acrescenta em sua fala: *“Ela é pensada dentro do projeto crítico pedagógico como uma proposição que perpassa as disciplinas, ou seja, não é vista apenas como um objeto de ensino, apenas de história, mas deve ser uma discussão e o PPP faz menção a isso, eu creio que continua, mesmo após a revisão, dizendo que a questão negra, a questão indígena e a questão afro ou negro, a questão da etnia em si, ela precisa ser trabalhada em todos os âmbitos e todos os componentes curriculares. Claro que ao passar dos anos a escola tem dado enfoque para um trabalho mais direcionado tendo em vista a celebração do 20 ou 21 de novembro? ”.*

Em muitas escolas se comemora o “Dia da Consciência Negra”, no dia 20 de novembro. Onde acontece diversas atividades. Passada a data, não se fala mais no assunto, volta-se ao conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula e acaba aí. Não é essa a proposta, a “História da Cultura Afro-Brasileira” precisa ser trabalhada de forma integral. A lei 10639/2003 torna obrigatória a temática no âmbito de todo o currículo, ou seja, de forma ampla e não de maneira esporádica em eventos.

Ferreira (Gestor) ainda comenta: *“Claro que ao passar dos anos a escola tem dado enfoque para um trabalho mais direcionado tendo em vista a celebração do 20 ou 21 de novembro? 20 de novembro. 20 de novembro, não é? Então você tem um mês que aí você trabalha. E aí língua portuguesa e história são os carro-chefe dessa discussão, seja no trabalho de paradidáticos, seja na orientação de resgate, de valorização, que é o grande desafio da escola por estar inserido numa comunidade enormemente pobre, eu diria que na sua essência uma comunidade negra, de pessoas pretas de fato, então o enfoque é justamente dessa valorização a partir desse conceito de que todos são capazes. ”*

Ainda na fala de Ferreira ele comenta sobre a questão da representatividade dos alunos também. *“Então, a minha ideia, enquanto coordenador, é justamente essa, é que essa discussão, partindo de um professor como você, uma professora negra, professora mulher, tá, da base de classe teoricamente pobre, possa favorecer que eles percebam que é possível chegar em outros lugares”*.

Então, essa é a reflexão, e eu digo sempre isso, vocês são o reflexo em tempo real da comunidade que a gente tem: "Os estudantes negros precisam de referências positivas, isto é, de modelos que possam inspirá-los, identificando-se com suas trajetórias e, assim, adquirindo autoconfiança e estímulo para seguir em frente." (GOMES, 2009, p. 106).

A fala em questão sugere a importância de uma representatividade diversa na educação como forma de inspirar e motivar estudantes a acreditar em suas próprias possibilidades e alcançar objetivos além do que é esperado socialmente. Além disso, a fala também enfatiza a importância da discussão sobre diversidade na sala de aula, tendo em vista a formação de indivíduos conscientes e críticos.

Ao analisarmos as trajetórias dos participantes no âmbito da Educação étnico racial, pudemos observar que demonstram diferentes concepções, visto que a relação de cada um com a Educação Étnico racial, partiu de pontos diferentes, no entanto, essas trajetórias se atravessam, já que todos os relatos convergem quanto a presença da lei no PPP da escola.

Gonzalles (Gestor) destaca que acontece reformulação de tempos em tempos, por parte da secretaria de educação no PPP das escolas. em suas falas diz: *“Eu não sei como é que está agora nessa nova reformulação que ocorreu por orientação da Secretaria de Educação, mas a questão da diversidade étnica está justamente perpassando para aquilo que eu disse anteriormente, que é atribuir não só o trabalho às duas disciplinas, língua portuguesa e história, mas prever com que todos possam trabalhar ao longo do ano. Não com enfoque para a data comemorativa ou celebrativa do 20 de novembro, não é. A questão da consciência negra, mas de reabilitação, de valorização diária, todos os dias, no conceito de que o negro ele pode, ele é capaz e ele deve estar em todos os lugares. ”*

Quando ao silenciamento da proposta da escola, as Diretrizes também possibilitam autonomia aos estabelecimentos de ensino, aos gestores, coordenadores

pedagógicos e professores no que se refere aos conteúdos de ensino, projetos e atividades a serem desenvolvidos na escola.

Gonzalles (Gestor) destaca que: *“Só que não foi discutido, não só na gestão da Dinorah, no tempo direito, mas não foi discutido. Um dos meus poderes de luta é justamente isso, não é eu focar mais na questão da lei, até pela questão também dessa ausência do silenciamento que se tem nos nossos currículos, apesar de termos algumas coisas pinceladas sobre a lei”*. Nesse aspecto percebemos que a gestão tem um descontentamento quanto a essa não aplicabilidade da lei no contexto da escola.

A respeito do combate ao racismo, Lopes (2005) enfatiza que alunos e professores devem se organizar em comunidades de aprendizagem, trocando e construindo novos saberes, no intuito de desmistificar situações de discriminação e racismo.

A entrevistada Gonzales (Gestor): *“Eu acho meio que ainda bem raso. Acho que precisa mais dar ênfase e chamar atenção para os docentes que estão lá na escola da importância de se trabalhar de forma interdisciplinar. A diversidade, como dizem, é muita coisa. É muito ampla. Então, se foca em quê? Uma das coisas que [...]. Autodeclaração é coisa simples, que a gente sente dificuldade para os meninos se reconheçam na própria matrícula. Auto declaração é algo simples. Começa por aí. A questão da auto declaração que os meninos não sabem, com a minha cor, não sabem. E eu acho que a questão da diversidade não é de forma muito ampla. Temos a diversidade na escola. Como é que é trabalhada? Isso aí não tem clareza, muita clareza. Não dá muita ênfase ao PPP”*.

A gestora ressalta a questão da auto declaração como um ponto importante para que os alunos se reconheçam em sua própria matrícula. Ela menciona que a auto declaração é algo simples, mas destaca a dificuldade que alguns alunos têm em se identificar corretamente. Isso indica a importância de um trabalho educativo que promova a consciência e o reconhecimento da identidade racial dos estudantes.

A entrevistada também critica a falta de clareza e ênfase dada ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) no contexto da diversidade. Ela destaca a necessidade de uma abordagem mais precisa e direcionada ao trabalho com a diversidade na escola, sugerindo que o PPP pode desempenhar um papel fundamental nesse sentido.

No geral, a fala de Gonzales revela a preocupação com a superficialidade da abordagem da diversidade nas escolas e a importância de uma visão mais ampla e integrada. Ela destaca a necessidade de trabalhar a auto declaração dos alunos e promover uma clareza maior no trabalho com a diversidade, enfatizando a importância do PPP nesse processo. Essa análise aponta para a necessidade de aprimorar as práticas educacionais e fortalecer a conscientização sobre a diversidade, tanto entre os docentes quanto entre os alunos.

Já o gestor Ferreira (Gestor) destaca que: *“Veja, se o projeto político - pedagógico não considera a formação étnica e cultural da comunidade que atende, é sinal de que o PPP é apenas uma cópia e uma colagem de um outro documento. Eu compreendo que o projeto político - pedagógico precisa retratar a consciência de classe, de comunidade, de origem em que a escola está inserida. Por isso que o grande enfoque do projeto político - pedagógico no que tange essa dimensão é fazer com que haja uma identificação de todos os atores que nesse espaço atuam. Não só os professores, mas os alunos, a família, os professores, os funcionários e os gestores”*.

Na fala apresentada, o gestor destaca a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) retratar a formação étnica e cultural da comunidade que a escola atende. Ele ressalta que, caso o PPP não leve em consideração essa dimensão, pode indicar que o documento é apenas uma cópia de outro sem a devida adaptação à realidade local.

O gestor argumenta que o PPP deve refletir a consciência de classe, comunidade e origem da escola em questão. Ele enfatiza que é essencial que o PPP foque nessa dimensão para promover a identificação de todos os envolvidos no ambiente escolar, incluindo não apenas os professores, mas também os alunos, as famílias, os funcionários e os gestores.

Essa análise ressalta a importância do PPP como um instrumento que deve refletir a realidade da comunidade e estabelecer uma identificação entre os atores envolvidos na escola. Destaca-se a necessidade de um PPP que seja autêntico, sensível à diversidade cultural e étnica, e que promova uma participação efetiva de todos os envolvidos na construção de uma educação contextualizada e inclusiva.

Conforme Gomes (2011) destaca, abordar os saberes identitários é uma maneira de promover discussões sobre raça e cor no Brasil, o que tem impulsionado

ações afirmativas. Nesse contexto, a utilização das categorias de cor (preto, branco, pardo, amarelo e indígena) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ganha destaque em diversas esferas públicas, como em pesquisas educacionais, critérios de seleção nos vestibulares, censo da educação básica, entre outras. É possível afirmar que a auto declaração étnico-racial se tornou parte do cotidiano dos brasileiros e brasileiras, inclusive da classe média, que muitas vezes evita reconhecer as desigualdades raciais presentes na sociedade.

Ferreira (Gestor) destaca que quanto a discussão sobre as questões de racismo e discriminação racial o PPP da escola: *“Não contempla. Por mais que exista no PPP, não adianta a gente ter um documento na escola que eu digo que trata da questão da diversidade e da questão racial de forma bem rasa. E não se é discutido. Existe a lei 10.069. Não adianta botar a lei. Pode ser a qual for. Lei 10.069 de barra 2003. Não adianta colocar lá. Se você não vai buscar estudos, discussões a respeito da questão racial. A ponto de a gente ouvir pessoas profissionais dizerem no mês de novembro, somos todos iguais. Que igualdade é essa que eu coloco na cabeça dos alunos se somos todos iguais, se o aluno que sai de lá da Catiara não pode ir até o bosque pela questão das drogas por ser abordado o tempo todo? Que tipo de igualdade é essa que uma pessoa branca usa essa questão de somos todos iguais ou não somos todos iguais? E isso deve ser discutido justamente na própria escola. Deve ser discutido na própria escola. Então, não abarca isso aí a questão racial”*.

O gestor destaca a importância de buscar estudos e promover discussões sobre a questão racial, em contraste com afirmações superficiais de igualdade, que não refletem a realidade vivenciada pelos alunos. Ele questiona a noção de igualdade quando há situações em que os alunos são afetados por problemas sociais, como o envolvimento com drogas, que impedem seu acesso a determinados espaços públicos.

Além de enfatizar a necessidade de discutir a questão racial dentro da própria escola, apontando que o PPP atual não contempla essa abordagem de forma adequada.

Essa análise ressalta a crítica em relação à superficialidade com que a questão da diversidade e racialidade é tratada no PPP. Ele defende a importância de ir além de uma mera menção à lei e promover discussões e estudos mais aprofundados sobre o tema. Destaca, também, a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível

à realidade vivenciada pelos alunos, a fim de promover uma educação mais justa e igualitária.

Gonzales (Gestor) em sua fala destaca que os alunos não se reconhecem como negros na escola, pois a prática pedagógica ainda é pouco discutida por parte dos professores, ao trazer a seguinte resposta: *“Os meninos e meninas não se reconhecem. Quando tivemos o 20 de novembro, o 20 de novembro eram algumas atividades principalmente desenvolvidas pelo pessoal da turma da tarde, especificamente, porque a gente tinha aquele momento solene para aquilo. Eles pintavam, não sei se essas questões que estou falando aqui, mas é assim que eu me lembro de coisas. Eles pintavam algumas imagens de mulheres africanas e falavam assim, Joss, eu estou pintando aqui para uma homenagem. As meninas não se percebiam, mas me percebiam. Então, quando a gente fala aqui, bate na tela para dizer que a representatividade importa, importa sim. Joss, e qual a tua religião? Tu parece que é de Oxum. Então, já cria um link para discutir as questões da religiosidade matriz africana também. Coisas que não são discutidas, ninguém fala na escola. Então, invisibiliza a questão racial de qualquer forma, porque a questão das religiões matiz africanas não são discutidas nas escolas. Se a gente puxa alguma coisa nesse sentido, há um bico, faz um bico, e Deus é mais. Sabe, Jesus Cristo tem poder. Tem um monte de coisa. Então, é invisível. A questão racial é invisibilizada”*. Com isso podemos observar o descontentamento por parte da gestão.

A fala da gestora ressalta a falta de reconhecimento e identificação dos meninos e meninas com sua própria cultura e ancestralidade. Ela menciona a celebração do 20 de novembro, data em que se comemora o Dia da Consciência Negra, e relata que as atividades realizadas nessa ocasião eram principalmente desenvolvidas pelos estudantes da turma da tarde, deixando implícito que nem todos os alunos participavam dessa celebração.

Destaca a importância da representatividade, mencionando o exemplo de uma aluna que a reconheceu como uma figura associada à religião de Oxum, o que possibilitou abrir espaço para discutir questões relacionadas à religiosidade de matriz africana. No entanto, ela lamenta que esses temas não sejam discutidos nas escolas, invisibilizando, assim, a questão racial como um todo.

A análise dessa fala evidencia a falta de abordagem da diversidade racial e cultural nas escolas. A entrevistada aponta que a ausência de discussões sobre as

religiões de matriz africana e a pouca visibilidade dada à questão racial, contribuem para a invisibilidade e marginalização desses temas. Isso reforça a importância de promover uma educação que valorize e respeite a diversidade étnica e cultural, estimulando o reconhecimento, a representatividade e a valorização das diversas identidades presentes na comunidade escolar.

Apesar de estarmos caminhando nesse processo, é comum que o povo brasileiro se auto intitule como não racista em virtude da mestiçagem. No entanto, é importante reconhecer que o que predomina no país é o racismo velado, tanto em nível individual quanto institucional e estrutural.

Pensar nessa discussão e observar no contexto em que a escola está localizada, que de certa forma sofre discriminação por parte da sociedade amargosense por estar localizado em um local periférico da cidade. Ainda há um longo caminho a ser percorrido para efetivar a Lei 10.639/03 como uma ação de política afirmativa significativa, capaz de transformar a sociedade e combater as desigualdades socioeducacionais. Apesar da inclusão da temática étnico-racial na educação básica e no currículo ser um importante passo para garantir uma educação que supere o racismo e as desigualdades por ele geradas, ainda é necessário superar a resistência e o silenciamento dessas questões no âmbito escolar.

Quando perguntados sobre de que forma os objetivos, metas e ações do PPP da escola se relacionam com os princípios da Lei 10.639/03? Ferreira (Gestor) responde: *“Nas metas e nas ações, a meta eu diria que deve estar lá focada, porque houve esse processo de reformulação, e eu acredito que a escola, a gestão já deve ter reformulado, mas o grande objetivo era propiciar justamente essa discussão, criando consciência de classe. Enquanto as ações são aquilo que a escola executa ao longo do ano, seja o trabalho com a questão do racismo, da conscientização, seja da exclusão, da escravidão, do bullying, e por aí se vai. Eu acho que aí são eventos e são ações pontuais, porque a gente trabalha dentro da perspectiva inclusiva, mas você acaba delimitando esses trabalhos em cada momento para não sufocar e não ficar apenas para um período, apenas um trimestre”*.

No entanto Gonzalles (Gestor) relata que: *“Eu já disse que não, contei. Isso não tem abordagem. Não tem abordagem da diversidade de forma mais ampla. Mas, não tem abordagem. Tem algo pincelado. O PPP vai fazer. Aí, fala da questão democrática. A gestão democrática, a gestão democrática, a gestão democrática.*

*Desde quando a gente invisibiliza essa diversidade, especificamente a questão racial da escola periférica, mais majoritariamente, negra. Isso. Deixa-me fazer a outra aqui”*. Com isso destaca em sua fala a importância de uma abordagem mais ampla e inclusiva da diversidade, especialmente em relação à questão racial, no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas periféricas. A gestão democrática é mencionada, mas, a falta de consideração da diversidade no PPP.

Na fala apresentada, o entrevistado expressa sua insatisfação em relação à abordagem da diversidade na escola. Ele afirma que não há uma abordagem adequada, apenas alguns aspectos superficiais são mencionados no Projeto Político-Pedagógico (PPP). Ele ressalta a importância da gestão democrática, mas questiona como é possível promover a diversidade quando a questão racial das escolas periféricas, que são majoritariamente negras, é invisibilizada.

Essa análise evidencia a crítica do entrevistado em relação à falta de uma abordagem abrangente da diversidade na escola. Ele argumenta que não basta apenas mencionar alguns aspectos, é necessário um trabalho mais profundo e significativo para promover a inclusão e o reconhecimento da diversidade étnica e racial. O entrevistado destaca a importância de abordar, especificamente, a questão racial nas escolas periféricas, onde a presença negra é predominante, a fim de combater a invisibilidade e promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

Essa análise reforça a necessidade de uma abordagem mais ampla e consistente da diversidade nas escolas, especialmente, no que diz respeito à questão racial. Destaca-se a importância de incluir essa discussão de forma significativa no PPP e em outras políticas educacionais, garantindo uma educação que valorize e respeite a diversidade em todas as suas dimensões.

Em seu relato, Ferreira (Gestor), também, trouxe à tona uma fala que sempre acontece em seu dia a dia na escola. *“Eles pintavam, não sei se essas questões que estou falando aqui, mas é assim que eu me lembro de coisas. Eles pintavam algumas imagens de mulheres africanas e falavam assim, Joss, eu estou pintando aqui para uma homenagem. As meninas não se percebiam, mas me percebiam. Então, quando a gente fala aqui, bate na tela para dizer que a representatividade importa, importa sim. Joss, e qual a tua religião? Tu pareces que é de Oxum. Então, já cria um link para discutir as questões da religiosidade matriz africana também. Coisas que não são discutidas, ninguém fala na escola. Então, invisibiliza a questão racial de*



*qualquer forma, porque a questão das religiões matiz africanas não são discutidas nas escolas. Se a gente puxa alguma coisa nesse sentido, há um bico, faz um bico, e Deus é mais. Sabe, Jesus Cristo tem poder. Tem um monte de coisa. Então, é invisível. A questão racial é invisibilizada.* ”. Nesse contexto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana destacam a importância de se discutir a formação da identidade negra em nosso país.

O gestor destaca sua experiência em que os alunos pintavam imagens de mulheres africanas como uma forma de homenagem. Ele ressalta que, embora tenha se sentido representado, as meninas não tiveram a mesma percepção de identificação. Isso enfatiza a importância da representatividade na escola, indicando que quando se fala sobre o assunto, fica claro que ela importa. Também menciona a questão da religiosidade de matriz africana, citando a figura de Oxum e como isso poderia abrir espaço para discutir essa temática. No entanto, ele observa que essas questões não são discutidas nas escolas, invisibilizando, assim, a dimensão racial. Ele ressalta que, quando se tenta trazer esses temas à tona, há resistência ou desinteresse, com uma preferência por enfatizar outras religiões.

Essa análise destaca a importância da representatividade e da discussão das religiões de matriz africana no ambiente escolar. O entrevistado ressalta a invisibilidade da questão racial e aponta para a necessidade de promover um espaço onde esses assuntos sejam abordados de forma aberta e inclusiva. Isso reforça a importância de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial e religiosa, proporcionando um ambiente de respeito, reconhecimento e diálogo para todos os estudantes.

Compreender a complexidade do processo de construção da identidade negra é essencial para entender a discriminação racial que existe em nossa sociedade. A desvalorização da cultura de matriz africana e dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos são apenas algumas das formas que a sociedade usa para discriminar os negros.

[...]. É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. (BRASIL, 2004)

Assim como, é possível aprender o preconceito e a discriminação, é possível também aprender a não discriminar, a reconhecer a própria identidade de forma positiva e a respeitar o outro em suas diferenças. A escola tem uma influência significativa no desenvolvimento infantil, e por isso, é necessário que os professores estejam preparados para ajudar os alunos a construir uma identidade positiva e a combater a discriminação racial.

Quando perguntado pelas ações e metas do PPP, como se relaciona com a lei, a entrevistada Gonzales (Gestor) cometa: *“Só se relaciona mesmo na questão do [...]. Buscando as [...]. Alguns professores, utilizam práticas que puxam para a questão de discussão racial. Para que os alunos percebam que tem autores e autoras negras. Mas isso é mais [...]. Dá mais visibilidade no mês de novembro. Por isso que eu digo que é algo pontual. Esses objetivos são mais no mês de novembro. E nem todos os [...]. Nem todas as aulas, todas as áreas. Alguns cursos, outros não. Ou então que é mesmo como algo para apresentação e tal, mas é algo que deve ser trabalhado durante todo o ano, inclusive na literatura, principalmente na literatura. Uma das [...]. História, geografia, todas as aulas, na verdade. Mas tem que ser puxado para dizer quem são os pretos que estão até hoje lutando.”*

A fala em questão apresenta a percepção de que a representatividade na educação ainda é tratada de forma pontual e superficial, muitas vezes restringindo-se ao mês da Consciência Negra, ou a aulas específicas, ao invés de ser uma prática constante e presente em todas as áreas do conhecimento. Essa constatação corrobora com a ideia de que a educação ainda não se preocupa em garantir a representatividade de diferentes grupos étnicos e raciais de forma ampla e sistemática, o que pode impactar negativamente na formação da identidade e no desempenho escolar dos estudantes que não se veem representados na cultura escolar.

Assim, é fundamental que a escola se preocupe em incluir diferentes perspectivas culturais e étnicas nas práticas pedagógicas e nos conteúdos curriculares, a fim de garantir a representatividade e valorizar a diversidade. Além disso, é importante que os professores estejam preparados para lidar com essa temática, por meio de formação continuada e reflexão crítica sobre suas práticas pedagógicas.

Ainda nesse sentido Ferreira destaca que: *“Se tem [...]. Tem só uma discussão sobre a questão do 13 de maio. Porque [...]. Esquecem da data, na verdade. Deixam mais para o 20 de novembro justamente as atividades. No 20 de novembro, com [...]. Algumas discussões, com algum [...]. Vídeo que se passa, os filmes que são passados, a leitura. Mas mais para o 20 de novembro. Qual é a importância [...]. Existem alguns professores que pegam algumas literaturas para estar buscando antes, durante o ano. Mas são raros.”*

A fala apresenta uma preocupação em relação à falta de discussão sobre a história e a luta dos negros durante todo o ano letivo, sendo que muitas vezes a temática fica restrita ao mês de novembro, especificamente, no dia 20, Dia Nacional da Consciência Negra. Essa postura pode levar a uma invisibilização da história e cultura negra, o que pode contribuir para a perpetuação do racismo na sociedade e para a formação de uma identidade negativa nas crianças e jovens negros.

Ainda se tratando das metas e ações do PPP, o entrevistado Ferreira (Gestor) comenta: *“Nas metas e nas ações, a meta eu diria que deve estar lá focada, porque houve esse processo de reformulação, e eu acredito que a escola, a gestão já deve ter reformulado, mas o grande objetivo era propiciar justamente essa discussão, criando consciência de classe. Enquanto as ações são aquilo que a escola executa ao longo do ano, seja o trabalho com a questão do racismo, da conscientização, seja da exclusão, da escravidão, do bullying, e por aí se vai. Eu acho que aí são eventos e são ações pontuais, porque a gente trabalha dentro da perspectiva inclusiva, mas você acaba delimitando esses trabalhos em cada momento para não sufocar e não ficar apenas para um período, apenas um trimestre.”*

Na fala apresentada, destaca a importância de estabelecer metas claras e ações concretas no projeto político-pedagógico da escola. Além de mencionar que, embora a escola possa ter passado por um processo de reformulação, é fundamental que a discussão sobre a questão racial esteja presente nas metas, visando criar uma consciência de classe entre os estudantes.

A gestão também ressalta a importância das ações realizadas ao longo do ano letivo, que abordam temas como racismo, conscientização, exclusão, escravidão e bullying. Ela enfatiza que essas ações devem ser pontuais para evitar que se tornem sufocantes ou se restrinjam a apenas um período ou trimestre. Essa abordagem

permite trabalhar dentro de uma perspectiva inclusiva, abordando diferentes aspectos da diversidade de forma contínua e integrada.

Essa análise revela a necessidade de estabelecer metas claras no projeto político-pedagógico da escola, garantindo que a discussão sobre a questão racial seja priorizada. Além disso, ressalta a importância das ações realizadas ao longo do ano, abrangendo diversos temas relacionados à diversidade. Dessa forma, a escola cria um ambiente propício para a conscientização, o combate ao racismo e outras formas de exclusão, contribuindo para uma educação inclusiva e equitativa.

A fala do gestor sugere a importância de haver metas e ações focadas na discussão da questão racial na escola, com o objetivo de criar uma consciência de classe e trabalhar com perspectiva inclusiva ao longo do ano. A ideia de criar metas e ações é consistente com a proposta de política educacional de “inclusão social, diversidade e igualdade racial” apresentada pelo Ministério da Educação em 2009, que defende a inclusão da temática racial em todos os currículos e na formação de professores para promover a igualdade racial (BRASIL, 2009).

Além disso, a fala destaca a importância de não limitar o trabalho a eventos pontuais, como o mês da consciência negra, mas sim trabalhar com perspectiva inclusiva ao longo do ano, o que está de acordo com a proposta da Lei 10.639/03 que determina a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares de todo o país (BRASIL, 2003).

Por fim, é importante destacar que a fala também ressalta a importância de não sufocar os trabalhos com a temática racial, delimitando-os em cada momento para não os tornar apenas um período do ano. Essa abordagem pode ser justificada pelo fato de que a temática racial é complexa e pode gerar desconforto e resistência em alguns indivíduos. Portanto, é preciso ter cautela e planejar ações de forma cuidadosa e progressiva (GOMES, 2005).

Ferreira ainda destaca a importância de ter essas discussões em sala de aula. “Então, qual é a importância do professor? Se o professor não consegue discutir e levar nesse momento, é como se você pensasse que é em vão a nossa fé, é em vão o nosso trabalho, se ele não levar isso para a sala de aula. Mas eu creio que conhecendo a comunidade, conhecendo a escola, nossos professores, mesmo que não consiga atender a 100%, eles conseguem trabalhar. ”

Com isso é possível perceber a importância e o papel do professor na implementação das leis e políticas educacionais voltadas para a promoção da diversidade e inclusão nas escolas. Destaca-se a necessidade de os professores estarem engajados nesse processo e levarem essas discussões para a sala de aula, de forma a tornar a educação mais inclusiva e consciente.

Nesse sentido, Figueiredo (2016), afirma que, "o professor é um agente fundamental para a promoção da diversidade na escola, uma vez que é por meio de sua atuação que se pode criar um ambiente acolhedor e respeitoso, capaz de valorizar as diferenças culturais e as identidades de seus alunos".

A afirmação destacada ressalta o papel crucial do professor como agente de promoção da diversidade na escola. O professor desempenha um papel central na criação de um ambiente inclusivo, acolhedor e respeitoso, no qual as diferenças culturais e as identidades dos alunos são valorizadas.

Ao reconhecer e valorizar a diversidade presente na sala de aula, o professor contribui para a construção de um ambiente de aprendizado enriquecedor, no qual os alunos se sentem seguros e motivados a expressar suas experiências, perspectivas e conhecimentos. Além disso, o professor tem a oportunidade de ampliar os horizontes dos alunos, promovendo a compreensão mútua, o respeito e a valorização das diferentes culturas e origens étnicas.

Para efetivamente promover a diversidade, o professor precisa estar atento às suas próprias atitudes e práticas, buscando constantemente atualizar seus conhecimentos sobre questões relacionadas à diversidade cultural, étnica e racial. Isso envolve desenvolver uma consciência crítica, combater estereótipos e preconceitos, e adotar abordagens pedagógicas inclusivas que reflitam a diversidade da sociedade.

Além disso, o professor pode colaborar com outros profissionais da escola para desenvolver estratégias e programas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade. Isso pode incluir a realização de atividades curriculares que abordem temas relacionados à diversidade, a promoção de espaços de diálogo e reflexão, a valorização de materiais e recursos que representem diferentes culturas e etnias, e a implementação de políticas de combate ao racismo e à discriminação.

Em suma, o professor desempenha um papel essencial na promoção da diversidade na escola, sendo responsável por criar um ambiente educacional inclusivo, acolhedor e respeitoso. Sua atuação consciente e comprometida contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para viver em uma sociedade plural e multicultural.

Além disso, Gomes (2017), destaca a importância da formação continuada dos professores no que diz respeito às questões de diversidade e inclusão, afirmando que, "a formação de professores para a diversidade cultural, racial, étnica e de gênero, é fundamental para o fortalecimento da identidade dos estudantes e para a promoção da igualdade de oportunidades na escola".

Dessa forma, é fundamental que os professores estejam engajados nesse processo de promoção da diversidade e inclusão nas escolas, buscando a formação continuada e levando essas discussões para a sala de aula, para que possam contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ferreira (Gestor) acrescentou: *“A grande dificuldade nossa está em envolver a comunidade familiar, que é trazer pra essa escola, é acreditar no potencial, é valorizar os filhos que lá estão, que eu acho que esse é o grande desafio daquela escola e de qualquer outra escola. É perceber que por morar no bairro da Catiara, por morar num meio, eu diria que 90 % negro, é preciso eles acreditarem que existem possibilidades, pra além do caminho das drogas, da prostituição, do mercado informal, enfim, eles são capazes, eles podem. Claro que a gente sabe da questão das oportunidades, que são difíceis, sobretudo para os moradores da Catiara, para os jovens da Catiara, que dificulta, mas é acreditado, é possível que a gente consiga fazer diferente”*.

A gestão destaca a dificuldade de envolver a comunidade familiar na escola e fazer com que eles acreditem no potencial dos filhos que estudam lá. Ela menciona que o desafio é maior em bairros majoritariamente negros, onde as oportunidades são mais escassas e o mercado informal, a prostituição e as drogas são caminhos comuns para os jovens. No entanto, ela enfatiza a importância de acreditar nas possibilidades e no potencial dos alunos.

Essa fala destaca a relevância da participação da comunidade na escola e na formação dos alunos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 10% dos jovens entre 15 e 17 anos no Brasil estão fora

da escola, muitas vezes por falta de estímulo e envolvimento dos pais na educação. Portanto, é importante que a escola e os educadores trabalhem para envolver e valorizar a comunidade familiar na formação dos alunos, reconhecendo a sua importância e potencial.

Como destaca Paulo Freire, a educação deve ser libertadora e crítica, e a participação da comunidade é fundamental nesse processo. Segundo ele, "A educação não transforma o mundo. Ela transforma as pessoas. As pessoas transformam o mundo." (FREIRE, 1996). Portanto, é necessário que a escola e os educadores trabalhem para criar um ambiente acolhedor e inclusivo, que valorize a comunidade e os alunos, e que promova a participação e o engajamento dos pais e responsáveis na formação dos jovens.

Ferreira (Gestor) traz em uma das suas falas, a importância de uma educação antirracista: *“Não basta falar do racismo, é preciso ser antirracista. Esse é o desafio, porque a gente está impregnado, às vezes, inconscientemente, nos próprios negros. Fala de racismo, mas eles são racistas pra com eles mesmos. A partir do momento que você se defronta com o contexto da realidade que eles estão inserindo. Houve uma experiência que um dado, um aluno, ele disse pra mim que, professor, na sala de aula, alguém me chamou de macaco. Até aí, beleza, é um racismo de fato. Mas, o que mais me chama atenção é que vieram isso de pessoas como ele, negros também. Então, a gente fala de racismo, mas a gente mesmo está impregnado. Neles próprios a questão de ser antirracista pra com eles mesmos. Eu acho que esse é o maior desafio.”*

A fala destacada aponta para a complexidade e desafios da questão racial, especialmente, no contexto em que pessoas negras podem internalizar e reproduzir padrões racistas. O interlocutor ressalta que não basta apenas falar sobre o racismo, mas é necessário ser antirracista, tanto na forma como nos relacionamos com os outros, quanto na forma como nos relacionamos conosco mesmos.

A partir do relato de um aluno que foi chamado de macaco por colegas de sala, o interlocutor chama a atenção para o fato de que o racismo não se restringe a indivíduos de outras origens étnicas, mas também, pode ser perpetuado por pessoas negras. Isso demonstra a presença de ideias e comportamentos internalizados que reproduzem estereótipos e preconceitos raciais.

Essa reflexão levanta o desafio de combater o racismo não apenas no âmbito externo, mas também, no interior das comunidades e grupos racialmente marginalizados. É necessário promover uma conscientização coletiva sobre a importância de ser antirracista, reconhecendo e desconstruindo as ideias e atitudes racistas internalizadas.

Essa análise ressalta a necessidade de uma abordagem abrangente e profunda para combater o racismo, que vai além de simplesmente reconhecer sua existência. Envolve a desconstrução de estereótipos arraigados e a promoção de uma consciência crítica para que todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica, possam se tornar agentes de mudança e promover a igualdade racial em todos os aspectos da vida.

Nesse tocante, a fala destaca a importância de ser antirracista não apenas em discurso, mas também, nas atitudes e comportamentos diários, e ressalta que muitas vezes, mesmo entre negros, ainda há manifestações de racismo. Isso evidencia a complexidade do tema e a necessidade de conscientização e mudança cultural. Como bem apontado por Bento (2002), o racismo pode ser considerado um fenômeno que perpassa toda a sociedade e, por isso, exige uma luta constante e ampla para ser superado: "O racismo é, portanto, um fenômeno complexo e multifacetado, que requer uma abordagem crítica, que leve em conta sua dimensão estrutural e suas implicações sociais, políticas e culturais." (BENTO, 2002, p. 8). Além disso, a fala destaca a importância de se trabalhar essa temática na escola, onde muitas vezes ocorrem situações de discriminação racial.

O racismo não é uma questão de atitude individual, mas sim, de estruturas institucionais que perpetuam a desigualdade racial (SANTOS, 2016). Essa citação reforça a importância de ser antirracista não apenas nas atitudes individuais, mas também, na desconstrução das atitudes e sistemas que perpetuam a desigualdade racial. É necessário ir além do discurso e promover mudanças efetivas na sociedade. Ainda a entrevistada diz: *"E aí você pergunta, como é que o PPP pode contribuir? O PPP pode contribuir se ele tiver uma leitura real da comunidade onde ele está inserido. Porque o PPP é um documento, mas é um documento que, pelo menos, a cada dois anos eles são pensados pra pensar no seu quadro de ações, de movimentação. Mas é um movimento que precisa acontecer, eu não diria diariamente, mas sempre que possível, que for necessário. "*



Nessa fala, a gestão destaca a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) estar em consonância com a realidade da comunidade onde a escola está inserida e ser constantemente revisto e atualizado para que suas ações possam ser efetivadas. O PPP é visto como um documento vivo, que deve ser, constantemente, pensado e repensado de forma a manter a sua relevância e coerência com as necessidades e realidades da comunidade escolar.

De acordo com Gatti e Barreto (2009), o PPP é uma ferramenta fundamental para a gestão democrática da escola, pois, "reflete a identidade da escola, sua concepção de educação e sociedade, os objetivos e metas a serem alcançados e os procedimentos metodológicos e avaliativos que orientam sua prática pedagógica." (GATTI e BARRETO,2009, p. 53). Além disso, o PPP deve ser um documento que submetido, a constante diálogo com a comunidade escolar, de forma a garantir a participação democrática de todos os envolvidos na sua elaboração e revisão.

Ferreira avaliou que: *“Então, o PPP só vai conseguir ser esse reflexo do desenvolvimento de uma atividade, de uma escola, de uma instituição, de uma educação antirracista, se de fato ele estiver, eu diria que, imbuído por fazer, ou por permitir, ou por possibilitar enxergar ali que todos aqueles ali que fazem parte daquele espaço são capazes de modificar, de abstrair, ou quem sabe até de evoluir”*.

A fala destaca a importância do PPP (Projeto Político Pedagógico) como um documento que deve ser reflexo do desenvolvimento da escola e de uma educação antirracista. Para isso, é necessário que esteja imbuído do propósito de permitir e possibilitar a evolução de todos os envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, a construção do PPP não pode ser vista apenas como um processo burocrático, mas, como uma ferramenta fundamental para a implementação de uma educação antirracista e para a promoção da transformação social.

Nesse sentido, Oliveira e Tavares (2019), destacam que o PPP é um documento que deve ser elaborado coletivamente, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar. Segundo as autoras, o PPP deve estar alinhado com os objetivos da educação brasileira, que visam à formação de indivíduos críticos e reflexivos, capazes de atuar como agentes transformadores da sociedade. Para isso, é fundamental que contemple a diversidade cultural e racial, garantindo a promoção da igualdade e da valorização das diferenças.

As análises constatarem que à educação antirracista e à importância do engajamento da comunidade escolar nesse processo. Foi discutida a necessidade de ser antirracista e não apenas falar sobre o racismo, bem como, a importância do PPP (Projeto Político Pedagógico) para promover mudanças efetivas na instituição de ensino. Além disso, foi ressaltada a importância do papel do professor como agente de mudança e a necessidade de envolver a comunidade na valorização da educação como ferramenta de transformação social.

## **4.2. REFLETINDO A LEI 10.639/03**

A Lei 10.639/03, foi um marco importante para a promoção da igualdade racial na educação brasileira. Desde sua implementação, diversas atividades e iniciativas foram desenvolvidas com o objetivo de cumprir suas diretrizes. Entre elas, podemos destacar a inclusão de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares.

De acordo com Gomes (2007), é importante que esses conteúdos não sejam apenas inseridos, mas também discutidos de forma crítica e contextualizada. Nesse sentido, diversas escolas e instituições de ensino têm promovido atividades como rodas de conversa, debates, exposições e apresentações culturais, visando a reflexão e o diálogo sobre a temática da igualdade racial.

Além disso, a formação e capacitação de professores e gestores também é fundamental para a efetivação da Lei 10.639/03. Segundo Silva e Melo (2019), é necessário que os docentes sejam capacitados para trabalhar com a temática de forma interdisciplinar e que saibam lidar com situações de preconceito e discriminação racial no ambiente escolar.

Outra iniciativa importante é a realização de projetos de extensão e pesquisa, que buscam aprofundar o conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana e sua contribuição para a formação da sociedade brasileira. Segundo Santos e Cardoso (2014), esses projetos contribuem para a valorização da diversidade cultural e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, a implementação da Lei 10.639/03, demanda um conjunto de atividades e iniciativas que visam a inclusão e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar. Para que essas ações sejam efetivas, é

necessário o engajamento de todos os atores envolvidos na educação, desde gestores e professores até os estudantes e a comunidade em geral.

Quando perguntados sobre a implementação da lei e a sua importância, Gonçalves comenta: *“Se realmente fosse algo sabe, que funcionasse, eu acho que a comunidade seria bem mais feliz. A gente observa. E eu falo isso pela questão de hoje, da pessoa que eu sou hoje. Porque se fecha, se tranca. Os meninos são introspectivos, os meninos se acham inferiores. Os meninos são sempre, às vezes, alguns discursos são colocados para baixo. São [...]. Eles têm um certo medo de se assumir. Enquanto leem. Eles não querem se assumir. Porque a gente foi, nasceu assim. Põe-se no seu lugar. A frase que a gente ouvia muito, até hoje as pessoas colocam isso, põe-se no seu lugar. E uma das coisas que eu uso, que eu ouvi muito é, vai ela se aparecer.”*

A fala destacada, evidencia os impactos negativos do racismo na autoestima e no desenvolvimento dos indivíduos. O interlocutor menciona a falta de um ambiente acolhedor e inclusivo, no qual os meninos se sintam seguros para expressar suas identidades e potenciais.

A observação de que os meninos são introspectivos e se sentem inferiores revela o efeito prejudicial das mensagens e discursos discriminatórios que são direcionados a eles. Esses padrões sociais negativos influenciam sua autoimagem e confiança, levando-os a ter medo de se assumir e de se destacar.

Além disso, a referência à frase "põe-se no seu lugar" reflete a imposição de limites e estereótipos raciais que são frequentemente reforçados na sociedade. Essa expectativa de que as pessoas negras devem se contentar com uma posição de inferioridade restringe sua capacidade de se expressar e buscar seu pleno desenvolvimento.

É possível evidenciar a necessidade de criar um ambiente escolar e social que promova a autoafirmação, o respeito e a valorização da identidade e dos talentos de cada indivíduo, independentemente, de sua origem étnica. É fundamental romper com os padrões discriminatórios e oferecer suporte emocional e educacional para que os indivíduos se sintam seguros e encorajados a se expressar plenamente, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Essa fala aborda a questão da autoestima e autoconfiança de jovens negros em relação a sua identidade e potencialidades. A gestão menciona a falta de recursos efetivos para ajudar esses jovens a superarem essas barreiras psicológicas e sociais, o que leva a comunidade a não estar plenamente satisfeita e feliz. Ela também aponta a necessidade de desconstruir discursos que colocam os jovens negros em uma posição inferior e os encorajar a assumir sua identidade e acreditarem em si mesmos.

Uma citação que pode ser relacionada a essa fala é de Lélia Gonzalez, ativista negra brasileira, que afirma: "A autoestima é a única saída para os negros. Sem ela, não há possibilidade de sobrevivência." (GONZALEZ, 1988, p. 53). Essa citação ressalta a importância da autoestima na vida de indivíduos negros, especialmente, em um contexto de opressão racial.

Quando abordado a questão de aperfeiçoamento entre os professores e para a melhor implementação da lei, a entrevistada Gonzales (Gestão), faz um desabafo: *"E, assim, na gestão, eu me sentia, você sabe, isolada para trabalhar essa questão e estar puxando, porque é algo que deveria ser de rede. Eu falo sempre que na gestão que a gente tem municipal, infelizmente, há invisibilidade como parte da gestão no geral para a questão de estar discutindo isso aí. E eu digo sempre na minha sala onde eu quero que eu vá que o prefeito, ele é branco, tem os filhos brancos, ele não vai ter os filhos abordados pela polícia, mas eu sinto que eu posso ter uma das minhas preocupações quando o João Paulo sai daqui para a Universidade é sair, ser abordado pela polícia. É um constrangimento, é algo que a gente deve discutir"*.

A percepção da gestão sobre a falta de apoio e engajamento das instâncias de gestão, tanto municipal quanto em âmbito mais amplo, em relação à discussão e enfrentamento da questão racial. Ela expressa a sensação de isolamento ao lidar com essa questão e destaca a importância de um trabalho em rede para promover ações efetivas.

Ao mencionar a diferença de realidades entre o prefeito, que é branco e não enfrenta as mesmas situações de discriminação e abordagem policial, e o medo que ela tem em relação ao seu filho, João Paulo, ao sair de casa e ser abordado pela polícia, a entrevistada destaca as desigualdades e os desafios enfrentados por pessoas negras na sociedade.

A fala ressalta a importância de discutir abertamente essas questões, pois o constrangimento e a discriminação racial enfrentados no cotidiano precisam ser

abordados e debatidos para promover mudanças efetivas. A entrevistada traz à tona a necessidade de conscientização, sensibilização e ação por parte das autoridades e da sociedade como um todo para enfrentar o racismo e promover a igualdade de oportunidades.

A análise da entrevista revela a urgência de um engajamento maior das esferas de gestão e da sociedade em geral para combater o racismo e suas consequências. É necessário fortalecer as redes de apoio, promover políticas públicas efetivas e criar um ambiente inclusivo e igualitário, onde todos tenham a mesma dignidade, oportunidades e proteção independentemente de sua origem racial.

Além de abordar a falta de rede e visibilidade na gestão municipal para a discussão da questão étnico-racial. A gestão se sente isolada e afirma que essa é uma questão que deveria ser tratada em rede. Ela também destaca a importância da discussão desse tema, citando como exemplo a preocupação com a possibilidade de seu filho ser abordado pela polícia por causa da cor da sua pele.

Essa fala evidencia a necessidade de se discutir e implementar políticas públicas que promovam a igualdade racial e combatam o racismo institucional. Como afirma Ribeiro (2018), a implementação de políticas antirracistas requer a elaboração de ações afirmativas que promovam a igualdade de oportunidades entre negros e brancos, além disso, a autora ressalta a importância da participação da sociedade civil na elaboração e implementação dessas políticas, para que possam ser efetivas e eficazes.

Portanto, é fundamental que a questão étnico-racial seja pauta constante nas agendas políticas e que sejam desenvolvidas formações e capacitações para gestores e profissionais da educação, como forma de garantir a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo institucional. Como destaca Gomes (2012), a formação dos profissionais da educação deve ser pautada em uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as relações raciais, visando a superação do racismo e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido é preciso repensar a forma como o PPP está sendo operacionalizado na escola, sobre esta questão Ferreira (Gestor), traz uma importante contribuição, dizendo: *“Eu acho que o grande desafio é fazer com que os atores que constroem o projeto político-pedagógico, eles compreendam a funcionalidade. Esse é o primeiro passo. Por que a escola tem um projeto político-*

*pedagógico? Pra que serve esse projeto político-pedagógico? Então, esse é um conceito básico, se a partir daí a gente conseguir administrar isso, nós vamos entender que é possível criar, dentro do projeto político-pedagógico, incorporando a ele, os conteúdos que não devem ser práticas, aí eu estou falando de conteúdos disciplinares não, mas conteúdos que precisam ser abordados a partir da realidade em que ela está inserida”.*

A fala destacada apresenta a importância de compreender a funcionalidade do projeto político-pedagógico e como incorporar nele conteúdos que abordem a realidade em que a escola está inserida. A ideia central é de que o PPP não deve ser apenas um documento, mas sim uma ferramenta que possibilite a construção de uma educação contextualizada e que leve em conta as especificidades da comunidade escolar. É preciso, portanto, que os atores envolvidos na construção do PPP compreendam sua importância e finalidade para que possam utilizá-lo de forma efetiva.

Nesse sentido Gonzales (Gestor), também, traz contribuições a respeito do PPP da escola quando diz: *“Eu acho que deveria ser uma coisa de rede. Sabe! Minha perspectiva seria [...]. Eu como faço parte do Conselho de Igualdade Racial, uma das coisas que a gente está querendo cobrar da própria rede municipal é justamente isso, formação. Uma das coisas que deixam os professores também meio que inseguros é a falta de formação nessa perspectiva da Lei 10.000 69. Ela não é discutida. Não é discutida. A questão racial não é discutida no município. Então, minha perspectiva é que cresçam as formações, uma das coisas que a gente pode conseguir, eu acho que já é um documento fácil”.*

A gestão evidencia a necessidade de uma formação continuada para os profissionais da educação acerca da temática das relações étnico-raciais e da Lei 10.639/03. A falta de formação sobre essa temática pode gerar insegurança nos professores e, conseqüentemente, afetar a qualidade do ensino. Além disso, a fala destaca a importância de uma atuação em rede para o fortalecimento e implementação da Lei 10.639/03 nas escolas. Para isso, é necessário um comprometimento conjunto das redes de ensino, dos Conselhos de Igualdade Racial e de outros órgãos responsáveis pela promoção da igualdade racial.

A Escola Municipal Maria Felipa, localizada no bairro do Engenho Velho de Brotas, em Salvador, é um verdadeiro exemplo de como a Lei 10.639/03, que

estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, pode ser efetivamente colocada em prática.

Com uma proposta pedagógica que valoriza a cultura afro-brasileira e africana, a escola busca promover a equidade racial e o respeito à diversidade cultural entre seus estudantes. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, são explorados temas como a história da África, a resistência dos povos negros, a contribuição da cultura afro-brasileira para a formação da identidade nacional, entre outros aspectos relevantes.

A escola entende que o professor é um agente fundamental nesse processo de valorização da diversidade e criação de um ambiente acolhedor e respeitoso. Por isso, investe na formação continuada de seus docentes, proporcionando-lhes ferramentas pedagógicas e conhecimentos atualizados para abordar de forma adequada a temática racial em sala de aula.

Além disso, a Escola Municipal Maria Felipa promove diversas atividades extracurriculares que fortalecem a identidade negra e estimulam a valorização da cultura afro-brasileira. São realizadas apresentações de danças e músicas típicas, exposições de arte, debates e palestras com a participação de especialistas na área.

A supracitada também valoriza a participação ativa da comunidade escolar, envolvendo os pais, responsáveis e a comunidade local em suas ações. Essa integração é fundamental para o fortalecimento das ações voltadas à valorização da cultura afro-brasileira e africana, além de promover uma educação mais inclusiva e igualitária.

Ao colocar em prática os princípios e diretrizes da Lei 10.639/03, a Escola Municipal Maria Felipa mostra-se comprometida com a promoção da equidade racial e com a formação de cidadãos conscientes e respeitosos em relação à diversidade cultural. Seu trabalho exemplar serve como inspiração para outras instituições educacionais que desejam adotar práticas pedagógicas inclusivas e combater o racismo em nossa sociedade.

É por meio de iniciativas como essa que a educação se torna uma poderosa ferramenta de transformação social, possibilitando que crianças e jovens desenvolvam uma consciência crítica, respeito às diferenças e se tornem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Escola Municipal

Maria Felipa é um exemplo inspirador de como a educação pode ser um verdadeiro agente de mudança e empoderamento.

Em suma, a Escola Municipal Maria Felipa é um exemplo de como a Lei 10.639/03 pode ser implementada com sucesso, valorizando a cultura afro-brasileira e africana, promovendo a equidade racial e criando um ambiente inclusivo que respeita e valoriza a diversidade.

#### **4.3. PROFESSORES E A LEI 10.639/09**

A implementação de políticas públicas de educação na promoção da equidade racial é um tema cada vez mais presente nas discussões acadêmicas e políticas. A Lei 10.639/03, por exemplo, determina a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Além disso, a Lei de Cotas (Lei 12.711/12) reserva uma porcentagem de vagas nas universidades públicas para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Essas leis são exemplos de políticas públicas que têm como objetivo garantir a equidade racial na educação.

Apesar dessas políticas públicas representarem um avanço na promoção da equidade racial na educação, ainda há muito a ser feito. É importante que haja uma articulação entre governo, sociedade civil e instituições de ensino para a implementação dessas políticas e para a criação de novas medidas que possam promover a equidade racial. A educação é uma ferramenta poderosa na luta contra a desigualdade racial, e a implementação de políticas públicas é fundamental para garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades. Podemos observar nas falas que ainda tem muito a ser estudado para ser colocado em prática a lei.

Nesse sentido trago algumas falas dos professores que abordam sobre o currículo da escola e a lei. Lima (professora) em suas falas, se refere que: *“Não, não contempla de forma alguma. Não, eu acho que não. Acho que não, mas não é um problema só da dinâmica, é um problema, assim, de rede geral. Como você inclui a história e cultura afro-brasileira, já ficando em suas aulas? Se inclui, se não? Como eu incluo? Eu incluo, eu também estou deixando a visão um pouco, uma questão da cultura afro-brasileira”*.



Com isso, em contribuição, a professora Guerra também concorda que não há a aplicabilidade no currículo da escola : *“Eu acredito que ela entre em alguns momentos no currículo da básica eu não contemplo, acho que não contemplo mas quando ela vai lá para o ensino integral eu não conheço muito mas as poucas vezes que eu fui lá eu vi eles trabalhando as questões de capoeira, roda de samba eu vi que os alunos conseguem ter esse acesso a alguns estudos, mas eu não sei te informar na questão integral mas na parte da gente de educação básica eu não vi não eu acho que não contemple”*.

As falas dos professores destacam suas opiniões de que o estudo africano não é contemplado na sua totalidade. Ele ainda enfatiza que isso não é apenas um problema da dinâmica, mas, de falta da ação de uma rede geral.

No entanto, o indivíduo é questionado sobre como ele inclui a história e a cultura afro-brasileira em suas aulas, e ele responde que inclui, mas está deixando a visão um pouco de lado. Para embasar uma análise mais aprofundada sobre a inclusão do estudo africano na academia, seria necessário recorrer a autores e citações acadêmicas especializadas no assunto. A inclusão do estudo africano na academia tem sido objeto de debate há muitos anos, com acadêmicos defendendo a importância da inclusão da perspectiva africana nas disciplinas acadêmicas, especialmente nas áreas de história, sociologia, antropologia e literatura.

Autores como Stuart Hall, entre outros, argumentam que a inclusão do estudo africano é fundamental para uma compreensão mais completa e precisa da história e cultura global. Esses autores enfatizam que o estudo africano não deve ser considerado como um assunto separado, mas, como uma parte integrante de todas as áreas do conhecimento.

Em relação à inclusão da história e cultura afro-brasileira nas aulas, a Lei 10.639/03, tornou obrigatória a inclusão do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, o que indica a importância do tema para a educação brasileira. É importante que os professores incorporem essa perspectiva em suas aulas para uma educação mais inclusiva e diversa.

A fala da professora Pereira esclarece: *“Assim, mais ou menos. Não 100%, como deveria ser. Porque realmente, no geral, a própria secretaria, ela não diz que é empático, ele não tem. Principalmente dependendo da série. Entendi. Não. Eu acho que não. Porque a questão da cultura africana e afro-brasileira”*. Ambos

*concordam que não a inclusão de forma satisfatória e abrangente da lei na escola. Guerra comenta: “eu acredito que ela tente em alguns momentos no currículo da básica eu não contemplo, acho que não contemplo, mas quando ela vai lá para o ensino integral eu não conheço muito, mas as poucas vezes que eu fui lá eu vi eles trabalhando as questões de capoeira, roda de samba eu vi que os alunos conseguem ter esse acesso, acesso a alguns estudos, mas eu não sei te informar na questão integral, mas, na parte da gente de educação básica eu não vi não eu acho que não contemple.”*

Segundo a Lei 10.639/03, a inclusão da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares é obrigatória. Autores como Munanga (2005), defendem que essa inclusão é importante para a construção de uma identidade nacional mais diversa e para o combate ao racismo e à discriminação. Outros autores, como Pinto (2010), destacam que a inclusão da cultura africana e afro-brasileira também contribui para uma formação mais crítica e reflexiva, permitindo que os estudantes compreendam a história do Brasil sob uma perspectiva mais ampla e complexa. No entanto, a implementação da Lei 10.639/03, ainda enfrenta desafios, como a falta de capacitação de professores e a falta de recursos materiais e pedagógicos adequados (SANTOS, 2016).

Portanto, é importante que sejam criadas políticas públicas efetivas para a implementação da lei e para a promoção de uma educação mais inclusiva e diversa. Além disso, é necessário que os professores sejam capacitados e tenham acesso a materiais pedagógicos adequados para a inclusão da cultura africana e afro-brasileira nas aulas.

A questão da limitação da inclusão da cultura africana e afro-brasileira no ensino, que muitas vezes se restringe a datas comemorativas e não é integrada às disciplinas de forma mais abrangente. O professor Salvador traz em sua fala “*É, afro-brasileira. Pensando na cultura africana e afro-brasileira, eu acho que não. Fica muito reduzido as datas comemorativas, como 20 de novembro, né? Acho que é 13 de maio, se eu não estou enganado, né? Fica reduzido só essas datas aí, né? Esses dias pontuais. E não se organiza dentro das disciplinas da matemática, da história, da educação física, da geografia. Não se organiza para tratar esses conteúdos da cultura africana e afro-brasileira. Entendi*”.

Outro ponto importante é que a inclusão da cultura africana e afro-brasileira no ensino, também, contribui para o combate ao racismo e à discriminação, uma vez que ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos relacionados à população negra (MUNANGA, 2005).

Dessa forma, é fundamental que a inclusão da cultura africana e afro-brasileira no ensino seja mais abrangente e integrada às disciplinas, de modo a promover uma educação mais inclusiva e diversa. Para isso, é necessário que haja políticas públicas efetivas, capacitação de professores e disponibilização de materiais pedagógicos adequados (SANTOS, 2016).

O professor Salvador em suas falas afirma que: *“Concordo. Porque há muitos anos, né? Nós fomos, eu falo nós mesmo, foi nos passados assim, sabe? Como se tudo que foi feito em relação ao Brasil, que nos trouxe uma vida, nos trouxe, sabe? A minha concepção é essa, é como se os brancos que tivessem, foi isso que nos foi passado, como se os brancos, vamos dizer, o Brasil antigamente não existia sem os brancos. Então, eu concordo em mostrar que isso foi totalmente diferente”*.

A afirmação sobre a importância da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e indígena nas escolas encontra respaldo em diversas pesquisas e estudos acadêmicos. Segundo Fanon (1968), a exclusão das histórias e culturas dos povos africanos e indígenas nas escolas é uma forma de perpetuar o racismo e a discriminação, o que resulta em danos psicológicos para as pessoas negras e indígenas.

Além disso, a valorização da diversidade étnica e cultural brasileira é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, como defendido por Dussel (1997). A obrigatoriedade do ensino dessas temáticas contribui para a promoção do respeito à diversidade e para o combate ao racismo e à exclusão social. Portanto, é fundamental que as escolas cumpram a Lei 10.639, oferecendo aos alunos o acesso aos conhecimentos sobre a história e a cultura africana e indígena, e para isso é necessário que os professores sejam capacitados e os materiais didáticos adequados sejam produzidos, como destacado por Silva (2005).

Porque eu acho que falar da cultura, trabalhar essa formação na vida desses jovens, é de fundamental importância, porque falar desse ensino para a formação deles, para eles compreenderem até mesmo a cultura que estão inseridos, todo esse

processo histórico, sem trabalhar isso na escola, é como se o aluno não tivesse acesso a essa informação da sociedade.

E o professor Lima corrobora quando traz em sua fala que: *“A obrigatoriedade, sim, por conta de que se a gente ensina cultura europeia, se a gente ensina Europa, se a gente ensina Ásia, se a gente ensina as Américas, se a gente ensina história antiga, se a gente ensina história moderna, a gente também tem que ensinar a história da África, e se a gente ensina a história da África, a gente tem que ensinar a cultura africana também. Dessa forma fica evidenciado a necessidade da implementação da lei”*.

No tocante a esta questão o professor Guerra traz uma reflexão: *“Porque são nossas origens, nossa ancestralidade a gente fala muito do europeu nossa ancestralidade está baseada nessas três culturas do europeu, do indígena e do negro, africano, só que os livros são sempre pautados na cultura europeia e a gente nunca parou para falar sobre a africanidade, nunca falou sobre nossa ancestralidade africana, os alunos não tem oportunidade nem nós enquanto professores tivemos essa oportunidade, se a gente for procurar material a gente não consegue para dar aula e eu acho que foi importante por que a gente começa já a perceber umas pequenas mudanças, principalmente, nos livros didáticos, a gente já consegue ver umas pequenas mudanças e aí o aluno também começa a perceber, principalmente, nesse sentido do aluno conhecer a história é importante. Em seu curso de licenciatura, houve alguma disciplina ou discussão sobre as relações étnicas, raciais ou você buscou se aperfeiçoar sozinha? ”*.

Conforme destacado por Munanga (2005), a negação da africanidade na história do Brasil é um reflexo do racismo estrutural que ainda persiste na sociedade, e que é perpetuado pela falta de reconhecimento e valorização das contribuições e heranças culturais africanas no país.

Nesse sentido, a Lei 10.639/03 surge como um importante instrumento para a promoção da igualdade racial e valorização da diversidade cultural, como destacado por Silva (2014). A implementação da lei permite a inclusão de conteúdos sobre história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Quando perguntados sobre a questão de usos de materiais e utilizados em aula, os professores destacam que não há materiais específicos em suas áreas ou que

tenham conhecimento. Professor Barbosa comenta: *“Procuro outros materiais, a escola em si não nos fornece. Material, né?”*. A busca por materiais complementares é uma prática comum entre professores que desejam enriquecer o conteúdo de suas disciplinas. Segundo Alves (2004), a utilização de diferentes fontes e materiais é uma estratégia importante para tornar o ensino mais significativo e atrativo para os alunos, além de possibilitar a abordagem de diferentes perspectivas e visões de mundo. Nesse sentido, é fundamental que os professores busquem materiais que contemplem a diversidade étnico-racial e cultural, de forma a enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes.

Quando perguntados sobre os materiais utilizados foi possível perceber que os professores buscam por sua conta essas informações, como relata o professor Barbosa: *“Eu busco em outras fontes, sites, às vezes livros, alguns artigos. A gente encontra também na internet, algumas vídeo aulas, nos livros didáticos também, têm algumas coisas. Tem uma época também que eu fiz um curso, e nesse curso tinha alguns materiais, eu salvei algumas apostilas Então, sim, a gente busca diferentes meios de informação”*.

A busca por diferentes fontes de informação é importante para ampliar o repertório e enriquecer as práticas pedagógicas, principalmente, em relação às questões étnico-raciais. Segundo Lopes et al. (2019), o professor deve estar em constante processo de formação e atualização para garantir uma educação mais inclusiva e diversa. Nesse sentido, a busca por materiais em diferentes fontes é uma das formas de se aperfeiçoar e oferecer aos alunos um ensino mais abrangente e crítico. Além disso, segundo Ferreira e Lima (2018), a utilização de diferentes recursos pedagógicos, como vídeos e artigos, pode contribuir para a compreensão de temas complexos e auxiliar na construção do conhecimento dos alunos.

A professora Lima destaca em sua fala: *“Pode, pode porque no caso você leciona 3 disciplinas aí vai ser para as 3 disciplinas sim, na disciplina de arte agora a gente utilizou bastante material livro específico com eles a gente falou sobre ancestralidade e eu pedi para eles pesquisarem, mas é uma pesquisa bibliográfica mesmo dentro do âmbito familiar”*.

A fala da professora destaca a importância de se utilizar materiais específicos e realizar pesquisas bibliográficas para abordar a questão da ancestralidade nas disciplinas. Nesse sentido, é válido destacar que a utilização de diferentes recursos

pedagógicos é fundamental para o ensino das questões étnico-raciais. Segundo Gomes e Silva (2018), a diversidade de recursos didáticos contribui para o desenvolvimento de uma educação antirracista e emancipatória, permitindo a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e democráticos. Além disso, a pesquisa bibliográfica pode ser uma ferramenta importante para que os alunos e professores tenham acesso a diferentes fontes de conhecimento, possibilitando a construção de um repertório mais amplo e diversificado sobre a cultura e história afro-brasileira.

Quando questionados sobre a utilização de materiais em suas aulas para tratar a lei o professor Prazeres cometa: *“Mapas. Geralmente, quando eu vou trabalhar história, cultura afro-brasileira, a gente tem que trabalhar imagens, imagens através de slides, data shows, essas coisas. Eu tenho colegas que são super antenados, que fazem workshop de turbante, de isso, daquilo, que é uma coisa mais prática, que leva o menino a se reconhecer dentro daquilo ali, que faz roda de capoeira, eu nunca chamei de capoeira, até por conta disso, eu já falei disso aqui, eu não vim dessa origem, eu não vim desse limbo familiar, onde a cultura africana foi presta ali desde cedo, não. Então, assim, quando você vai trabalhar com aluno, que você leva o lúdico, é outra realidade. E, assim, o material que eu uso é mais o material mesmo, mais tradicional, dessa forma, acho que resume, mais tradicional mesmo.”*

A fala do professor evidencia a importância do uso de imagens e recursos visuais para trabalhar a história e a cultura afro-brasileira na sala de aula. Segundo Lima e Tavares (2017), o uso de imagens pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, já que elas possibilitam uma compreensão mais ampla e dinâmica do conteúdo. Além disso, a professora também destaca a importância de atividades lúdicas e práticas, como workshops de turbante e roda de capoeira, para que os alunos possam se reconhecer dentro da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, Braga e Souza (2014), afirmam que o uso de atividades lúdicas e práticas pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação antirracista, capaz de promover a valorização da cultura afro-brasileira e o combate ao racismo. No entanto tem professores que não abordam nas suas aulas algo específico.

A fala do professor revela uma preocupação em incluir a história e a cultura africana no ensino de matemática, mas ela ressalta a falta de material específico para

abordar esses temas. Essa questão é relevante porque a matemática foi uma área em que os povos africanos fizeram importantes contribuições, mas essas contribuições são frequentemente negligenciadas na educação ocidental. De acordo com Masingila (2018), a inclusão da história africana no ensino de matemática pode ajudar os estudantes a entender que a matemática é uma área multicultural e que diferentes culturas têm abordagens diferentes para resolução de problemas matemáticos. Além disso, a inclusão de perspectivas africanas na educação matemática pode ajudar a aumentar a representatividade e a diversidade na área, o que é importante para promover a equidade e a justiça social.

A falta de inclusão de conteúdos africanos no ensino resulta em uma "educação ocidentalizada" que ignora a contribuição de outras culturas para a construção do conhecimento. Nesse sentido, é fundamental buscar por materiais que valorizem a diversidade cultural e promovam uma educação mais inclusiva. Talvez seja interessante buscar por artigos e livros que tratem do tema da matemática africana e possam ser utilizados em sala de aula de forma a enriquecer o aprendizado dos estudantes.

Quando questionados sobre atividades realizadas em suas aulas a professora Lima comenta: *“quando eu trabalhei com leis, eu falei sobre algumas leis relacionadas ao racismo. Algumas leis também como o ECA. Já tentei pegar alguma atividade relacionada com o direito da criança e do adolescente, para estar levando para discutir em sala. Algumas atividades interdisciplinares, eu já trabalhei, assim, não ao pé da letra da lei, mas com alguns parágrafos, alguns discursos, nessas leis”*.

A professora menciona a utilização de atividades interdisciplinares relacionadas a leis e direitos, que podem ser uma forma de trabalhar a temática da cultura afro-brasileira em sala de aula. De fato, o uso de leis e normas como ferramentas pedagógicas pode ser uma forma eficaz de conscientizar os alunos sobre a importância da igualdade racial e combate ao racismo. Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é importante que a escola desenvolva uma educação voltada para a formação de cidadãos críticos e atuantes, que compreendam a importância da luta contra a discriminação racial e a promoção da igualdade de direitos (BRASIL, 2009).

Dessa forma, a utilização de leis e normas pode contribuir para o desenvolvimento dessa consciência crítica nos alunos.

No entanto é possível perceber que outros não trabalham em suas aulas essas questões como aponta a professora Barbosa, reconhece que não trabalhou adequadamente o conteúdo relacionado à cultura em suas aulas. Isso pode ser um reflexo da não aplicabilidade da lei que exige o ensino de cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, pois muitas vezes as escolas e os professores não recebem a devida formação e orientação sobre como abordar esse tema em sala de aula.

Segundo a pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, em seu livro "O que é educação antirracista", a falta de formação dos professores é um dos principais obstáculos para a aplicabilidade da lei: "É preciso que os professores sejam formados para compreender e para incorporar nos seus currículos de formação e nos seus currículos de sala de aula a história e a cultura afro-brasileira e africana, e também a cultura indígena". (SILVA, 2018, p. 38).

Além disso, o descumprimento da lei pode levar a perpetuação do racismo na educação brasileira. Como afirmado pela pesquisadora Nilma Lino Gomes, em seu livro "Educação e diversidade étnico-racial":

A não incorporação da história e da cultura afro-brasileira e africana, bem como da história e da cultura indígena nos currículos escolares significa a exclusão, a invisibilização e a deslegitimação das histórias, das culturas, das tradições, dos valores e das identidades desses povos. É a negação da alteridade e, conseqüentemente, do direito à diferença, à igualdade e à cidadania. (GOMES, 2016, p. 66).

Portanto, é necessário que haja um comprometimento por parte das instituições de ensino e dos professores, para a aplicabilidade da lei e para uma educação antirracista e inclusiva.

Mas, podemos destacar o professor Prazeres que busca trabalhar de forma diferente. Quando destaca a forma como trabalha: "*Sim. Atividade breve, uma sequência didática. Um texto, um debate, a leitura da lei, um vídeo explicativo e um outro debate*". Seguindo essa linha de atividades diferenciadas temos, também, a Lima que comenta como realizou uma aula específica. "*Sim. Mesmo que eu não trago direcionado dizendo que [...]. Não, realmente eu já trouxe direcionado, já fiz infográfico, já fiz realmente. Sim, principalmente com o Nuno. Eu fiz infográfico*



*com eles, mostrando, mas principalmente direcionado mais para as mulheres negras, esse infográfico. Ele foi mais direcionado para as mulheres negras, né? Mas tem uma disciplina, no caso tem um conteúdo que fala na disciplina, ele fala sobre os movimentos sociais, aí ele fala negros, indígenas e mulheres aí, nesse conteúdo, eu tentei trazer o máximo que eu pude trazer, mas foi a única coisa que realmente nos possibilita, foi o único momento que nos possibilitou, principalmente no Nuno. Já no sétimo, possibilita um pouquinho mais, quando fala dos bandos, dos marienses, aí eu trouxe um pouquinho, tentei trazer um pouco mais, mas fora isso, você vê que é mais voltado para os europeus”.*

Ainda a professora demonstra uma preocupação em relação à repercussão e aceitação da sociedade sobre determinados temas, o que pode levar a evitar discutilos em sala de aula. *“Eu acho que até mesmo como a própria sociedade vê. Então, a gente tem medo de trabalhar determinadas abordagens, com medo da reação da própria sociedade. Porque são temas que são intrínsecos, né? Estão relacionados com a vida de todo mundo, mas às vezes a sociedade vê de forma muito divergente. Então, todo assunto que ele traz uma certa repercussão, a gente tem medo, às vezes, de estar levando isso para estar discutindo. E também eu não tenho uma formação, tipo, eu não tenho muita formação em relação a esse conteúdo para discutir, entende? ”*

De acordo com Santos (2019), essa questão é reflexo da "colonização mental", onde a sociedade dominante impõe seus valores e perspectivas como universais, marginalizando as perspectivas culturais e históricas de grupos minoritários. Além disso, a falta de formação adequada do docente para lidar com esses conteúdos pode gerar insegurança e receio em abordá-los em sala de aula. Conforme destacado por Araújo (2018), é necessário que o docente tenha uma formação crítica e interdisciplinar para abordar questões culturais e históricas de maneira adequada e respeitosa, valorizando as perspectivas dos grupos minoritários.

Com isso, é possível perceber que os professores se organizam do seu jeito para poder contemplar a lei e trazer o ensino para os alunos envolvendo o uso de diferentes recursos, como texto, debate, leitura de lei e vídeo explicativo. A estruturação de uma sequência didática é uma importante ferramenta para o ensino, pois permite ao professor organizar uma série de atividades com objetivos específicos, que possam contribuir para a aprendizagem do aluno (ALVES, 2011).

Nesse sentido, a inclusão de diferentes recursos pode favorecer a diversificação das estratégias de ensino e aprendizagem, o que pode ser bastante enriquecedor para o processo educativo (PIMENTA; LIMA, 2012).

É importante que os professores abordem essa temática de forma responsável e consciente, trazendo à tona a discussão sobre a igualdade racial e o respeito às diferenças. Segundo Bento (2002), o racismo é um fenômeno histórico que se baseia em estereótipos, preconceitos e discriminações que afetam a vida das pessoas negras em todos os aspectos sociais. Essas atitudes negativas são fruto de uma realidade histórica e social que perpetua a desigualdade racial.

Em relação ao tema do racismo em sala de aula é muito relevante e pode ser vista como uma estratégia eficaz para engajar os alunos na discussão sobre o assunto. Segundo a pesquisadora Meire Cavalcante,

a escola deve promover um ambiente de aprendizagem que estimule o respeito à diversidade étnico-racial e a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, e isso pode ser feito através da utilização de materiais didáticos diversificados, como reportagens, vídeos e outros recursos que possam trazer para a sala de aula a realidade social e histórica do racismo no Brasil. (CAVALCANTE, 2019).

Dessa forma, ao trazer exemplos concretos e atuais sobre o tema, a docente consegue tornar a discussão mais próxima e relevante para os alunos, permitindo que eles se envolvam e reflitam sobre o racismo na sociedade brasileira.

Trago algumas falas dos professores como abordam essa temática, para a professora Cavallera: *“Geralmente, quando eu abordo em relação a isso, a primeira coisa [...]. Isso hoje é [...]. Um crime. Eu tento logo [...]. Eu sou muito aberta. Eu digo logo que é um crime. Eu não tento sempre abordar, trazer um exemplo do que a gente vê. Geralmente, eu sempre abordo isso. Trazendo exemplo de reportagem. Por que através disso? Porque se eu falasse assim, só lá em cima de uma lei, ou só como se fosse uma coisa bem distante, os alunos não se envolvem. Então, quando eu começo a mostrar uma reportagem, aí eles começam a permitir, falar do vizinho, falar de algo que acontecesse, dessa forma que eu geralmente trago em roda de conversa. Cada uma, eu converso, bate papo, que a gente tivesse tem”*.

Através da fala supracitada é possível perceber a importância de uma abordagem que aproxime o professor do aluno. Nesse sentido o professor Barbosa

relata que, *“a abordagem de questões como bullying e racismo é constante em sala de aula, sem a necessidade de uma disciplina específica para tratar o tema. Essa prática informal de trazer o assunto para o ambiente escolar pode ser eficaz na conscientização dos alunos sobre a importância de combater essas práticas discriminatórias”*. Segundo Santos e Andrade (2020), é fundamental que a escola seja um espaço de formação para a cidadania e a promoção da igualdade racial, e isso pode ser alcançado por meio de uma educação antirracista que aborde a diversidade e a luta contra o racismo de forma transversal em todas as áreas do conhecimento. Portanto, a abordagem constante de questões relacionadas ao racismo em sala de aula é uma prática que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O professor Salvador relata: *“Eu faço uma intervenção e tento levar o aluno a reflexão. Já aconteceu o caso na minha aula de um aluno negro chamar uma outra de macaco. E foi lá de hora mesmo, né? Aí eu cheguei e conversei com o aluno e falei assim, você é negro, você está chamando outro negro de macaco, então você está sendo racista. Ele achou que não, mas eu falei assim, se você está fazendo uma piada, sem você perceber [...]. Então, eu gosto de intervir e levar uma reflexão que o que o aluno está fazendo é errado, né? Às vezes até em uma fala que o aluno, dentro da fala, ele verbaliza ali. Eu gosto de fazer uma contextualização, né? Levar uma reflexão. Porque se não levar uma reflexão, não há como ele perceber que ele errou e tentar mudar, né? Então, eu tento gerar uma reflexão, uma discussão reflexiva ali. Para que haja de forma diferente”*.

A abordagem de questões como bullying e racismo é constante em sala de aula, sem a necessidade de uma disciplina específica para tratar o tema. Essa prática informal de trazer o assunto para o ambiente escolar pode ser eficaz na conscientização dos alunos sobre a importância de combater essas práticas discriminatórias. Segundo Santos e Andrade (2020), é fundamental que a escola seja um espaço de formação para a cidadania e a promoção da igualdade racial, e isso pode ser alcançado por meio de uma educação antirracista que aborde a diversidade e a luta contra o racismo de forma transversal em todas as áreas do conhecimento. Portanto, a abordagem constante de questões relacionadas ao racismo em sala de aula é uma prática importante que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sobre as contribuições, construção de uma sociedade mais igualitária e menos racista, o professor Lima contribui ao falar que: *“Mas, enfim, esse impacto é justamente isso, dar esse arcabouço, essa identidade a esse aluno, para que ele possa ir mais além, para que ele possa sair, porque como o Tarzan diz hoje, eu venho de periferia, como nossos alunos aqui da Dinorah, e assim, quem vem de periferia é muito difícil você se dizer assim, eu vou sonhar com coisa melhor. Mesmo que você diga aqui, mas aqui está dizendo, você vai trabalhar na feira, você vai trabalhar na construção, você vai trabalhar no carregador, está sempre dizendo ali isso, ainda que a gente diga assim, não, eu quero ser um jeito, eu sou médico, eu sou professor, eu quero ser isso, eu quero ser aquilo. Mas o que fala na mente ali é outra coisa”*.

Pensar a escola como um espaço para reflexão importante sobre a influência do ambiente e da identidade social na formação das aspirações e expectativas dos alunos, principalmente, daqueles que vêm de periferias e possuem menor acesso a oportunidades educacionais e culturais. Segundo Bourdieu (2015), a posição social que o indivíduo ocupa na estrutura social influencia diretamente na sua percepção de mundo e no desenvolvimento de sua identidade, o que pode impactar nas suas escolhas e perspectivas de futuro. Portanto, é essencial que o educador esteja ciente dessas influências e seja capaz de fornecer aos alunos um arcabouço que possibilite a construção de uma identidade mais ampla e positiva, de forma que eles possam se sentir capazes de sonhar com possibilidades mais diversas e desafiadoras.

No que tange a importância e como pensam a importância da lei e suas futuras contribuições, os professores comentaram que, professor Salvador: *“Bom, minha visão seria que essa temática já tivesse no projeto político-pedagógico, porque tem que estar num documento maior. Porque se não tiver, ficar só dependente do professor, muitos professores não vão trabalhar. Depois, fazer parte do plano de curso de todas as disciplinas, porque a questão da cultura africana e afro-brasileira, você pode trabalhar em diversos conteúdos. Não ficar limitado só a, como está na lei, a história, a disciplina de artes. Então, fica só voltado, muitas vezes, a essas disciplinas. Então, se não tiver num documento maior, depois no plano de curso, dificilmente os professores, alguns professores não vão trabalhar. Então, tem que estar nos documentos, para que se faça presente durante as aulas, não em momentos pontuais, nem datas comemorativas. Porque só a data comemorativa não vai ajudar na implementação da lei e também no objetivo que ela tem, que é criar uma identidade negra positiva e uma sociedade mais igualitária”*.

Nesse sentido Prazeres traz a sua contribuição ao comentar: *“Eu acredito que o nível de futuro tem sim que ser obrigatório. Acredito que sendo obrigatório o debate venha a acontecer. Os alunos vão se sentir mais pertencentes ao ambiente escolar. E, por fim, vai existir mais igualdade e mais respeito”*.

E o professor Lima destaca em sua fala: *“É, eu gostaria de ter uma visão mais otimista, mas, a gente gostaria de ter uma visão mais otimista, mas o problema do ensino de escola, e uma coisa que vem desanimando para meus professores, eu acho que é aquele que não seja só de escola, principalmente professores como a gente que trabalha aqui na Dinorah, em uma escola de comunidade. É justamente o que a gente tem ensinado para jovens que não estão animados a ensinar e aprender. Como é que você vai ensinar história para alguém que não está nem aí para a história? Como é que você vai ensinar algo para alguém que não está dando a mínima para aquilo? Então, assim, nosso trabalho é revolucionário, porque a gente tem que estar ali acreditando ainda que os alunos não acreditem, ainda que eles, mas a gente está assim, esse conteúdo que eu vou trazer hoje, ainda que não faça agora uma diferença na vida desse aluno, ainda que ele não ache que aquilo vai influenciar nada na vida dele, mas vai estar fazendo alguma coisa, vai estar plantando alguma semente dentro dele”*.

Os professores destacam um problema comum na educação, que é o desinteresse dos alunos em relação a determinadas disciplinas ou conteúdos. De acordo com o pesquisador Vasconcellos (2009), esse desinteresse pode estar relacionado com a falta de conexão entre o que é ensinado e a realidade dos alunos. Segundo ele, é preciso que os professores desenvolvam uma prática pedagógica que leve em consideração a vida dos alunos, suas experiências e necessidades, tornando o conteúdo mais significativo e próximo da realidade deles.

Além disso, as falas dos professores, também, destacam a importância do trabalho docente em despertar o interesse dos alunos e plantar sementes que possam germinar no futuro. Nesse sentido, é fundamental que os professores desenvolvam uma postura crítica e reflexiva em relação à sua prática pedagógica, buscando constantemente aprimorar suas metodologias e estratégias de ensino. Conforme afirma Freire (1996), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." (FREIRE, 1996, p. 47).

#### 4.4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A LEI 10.639/03

Formação de professores é um tema crucial para a qualidade da educação em qualquer país. Segundo Pimenta e Anastasiou (2002), a formação docente deve ser vista como um processo contínuo e permanente, que envolve conhecimentos teóricos, práticos e valores éticos e políticos.

É importante que os professores em formação, tenham uma base teórica sólida, que possa ser aplicada na prática, por meio de estágios, pesquisas e outras atividades que permitam a reflexão sobre a prática pedagógica. Segundo Tardif (2002), a formação docente deve levar em conta as dimensões pessoais e profissionais dos professores em formação, bem como, a realidade social e cultural em que estão inseridos.

Além disso, a formação de professores deve estar alinhada às demandas da sociedade e às mudanças no mundo do trabalho, para que os professores estejam preparados para lidar com os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo. Para isso, é fundamental que a formação seja atualizada e inovadora, com práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a autonomia dos alunos (GATTI, 2015).

Portanto, a formação de professores deve ser vista como um processo dinâmico, que busca integrar teoria e prática, valores e competências, em um contexto de mudança e transformação. É necessário que haja uma articulação entre as instituições formadoras, as políticas públicas e as demandas da sociedade, para que os professores possam desempenhar um papel transformador na educação e na sociedade como um todo.

Nesse sentido os professores relataram que em suas formações não foi tratado essa temática. Lima destaca que: *“Disciplina eu não me recordo. Discussão houve, mas eu achei rasa pra mim. O nível de conhecimento que eu tinha na época, eu achei muito rasa”*. Com isso, o professor destaca que não ouviu uma disciplina específica para abordar determinado tema, o que pode indicar uma lacuna na formação do professor e na preparação para lidar com situações em sala de aula que envolvam esse tema. Já na segunda fala, o professor Salvador menciona ter tido acesso a uma disciplina que abordava o tema em questão, o que pode ter contribuído para o seu

desenvolvimento profissional e capacidade de lidar com questões relacionadas as africanidades e educação.

No entanto o professor Salvador destaca que durante a sua formação teve uma disciplina que abordava o tema, Salvador dizendo que: “*Rapaz, o que eu me lembro é que a única disciplina que se aproximou foi capoeira e africanidades e educação. Se eu não estou enganado, né? Capoeira e africanidades e educação. O que eu me lembro é que só teve essas duas disciplinas. E como eu fiz o TCC baseado na lei, aí eu fui buscando mais informações*”. Ressaltando, assim, a importância da formação do professor e a relevância de disciplinas que abordem temas específicos, como a capoeira e as africanidades, para a compreensão de questões importantes para a educação e para o desenvolvimento de habilidades que permitam lidar com situações em sala de aula que envolvam esses temas de forma adequada e sensível. O acesso a informações e conhecimentos específicos pode contribuir para a formação de um profissional mais preparado e capacitado para lidar com a diversidade e a complexidade do contexto escolar.

A fala do professor destaca a importância da formação docente e a relevância de disciplinas que abordem temas específicos, como a capoeira e as africanidades, para a compreensão de questões importantes na educação e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao lidar com situações em sala de aula relacionadas a esses temas de forma adequada e sensível.

O fato de o professor lembrar apenas dessas duas disciplinas, capoeira, africanidades e educação, sugere que, infelizmente, outras áreas de conhecimento ainda não têm se aproximado o suficiente dessas temáticas. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem mais ampla e abrangente nos currículos escolares, que promova uma educação inclusiva e que valorize a diversidade cultural e étnico-racial.

Ao mencionar que fez seu trabalho de conclusão de curso baseado na lei, o professor demonstra o seu comprometimento em buscar informações adicionais sobre a legislação e a importância de aprofundar seus conhecimentos nessas áreas. Essa atitude é fundamental para um profissional mais preparado e capacitado, capaz de promover uma educação antirracista e inclusiva.

Durante a entrevista também destaca, a importância do acesso a informações e conhecimentos específicos sobre capoeira e africanidades. Esses recursos

contribuem para a formação de professores mais conscientes e sensíveis às questões étnico-raciais, permitindo-lhes abordar tais assuntos de maneira adequada, respeitosa e enriquecedora no contexto escolar.

Portanto, a análise da entrevista do professor enfatiza a relevância da formação docente, a importância de disciplinas específicas que abordem temas como capoeira e africanidades, e o acesso a informações e conhecimentos relacionados a essas temáticas. Esses elementos são fundamentais para promover uma educação que valorize a diversidade, combata o racismo e prepare os professores para lidar com as complexidades e demandas da sala de aula de maneira inclusiva e equitativa.

É possível perceber a importância da formação de professores na abordagem de temas como diversidade e questões étnico-raciais. Enquanto uma das falas aponta a falta de disciplinas específicas durante a formação, outra destaca a relevância de uma disciplina que abordou o assunto.

De acordo com Tavares e Lisboa (2016), a formação inicial e continuada de professores deve contemplar o estudo das questões étnico-raciais e a promoção da diversidade, para que os docentes possam lidar com situações de discriminação e preconceito em sala de aula. Isso é essencial para que possam atuar de forma crítica e consciente, respeitando as diferenças culturais e combatendo estereótipos e estigmas.

Por outro lado, como destacado na fala do professor Salvador, a falta de disciplinas específicas pode ser suprida por meio da busca por informações e aprofundamento por parte dos próprios docentes. Segundo Canen et al. (2018), a formação continuada deve ser vista como um processo constante de atualização e aprimoramento, em que os professores devem buscar recursos e estratégias para lidar com as diversidades e demandas da atualidade.

Assim, é fundamental que as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela formação de professores estejam atentos à necessidade de uma formação mais abrangente e atualizada, contemplando as demandas da sociedade atual e preparando os docentes para lidar com situações de discriminação e preconceito. Porém, também é fundamental que os próprios professores estejam dispostos a buscar conhecimentos e aprimorar sua prática, por meio de estudos e formação continuada.



A formação dos professores é um aspecto fundamental no enfrentamento das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Isso porque, como destacado pela socióloga Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, "a escola não é neutra e não pode ser neutra em relação às desigualdades sociais e raciais". (SILVA, 2003, p. 72). Relatos dos professores falam sobre a questão de não apropriação da temática, falta de materiais, Lima cometa.

A formação dos professores deve contemplar uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as relações étnico-raciais, para que estes profissionais possam reconhecer e combater o racismo presente na sociedade e, principalmente, dentro da própria escola. Como afirma Nilma Lino Gomes,

a formação inicial e continuada dos professores deve contemplar uma perspectiva intercultural e antirracista que permita uma reflexão sobre os valores culturais, as relações sociais e os processos educativos que têm impacto na vida e na trajetória de alunos e alunas. (GOMES, 2017, p. 42).

Para isso, é importante que os professores tenham acesso a materiais e recursos que possibilitem uma reflexão crítica sobre as relações raciais, a história e cultura afro-brasileira. O livro "Pequeno Manual Antirracista", de Djamila Ribeiro, por exemplo, pode ser uma ferramenta valiosa para a formação dos professores, já que apresenta de forma clara e acessível conceitos importantes para a compreensão do racismo e de suas manifestações na sociedade brasileira.

Além disso, é fundamental que a formação dos professores contemple uma abordagem interdisciplinar, que possibilite a compreensão da dimensão étnico-racial em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, como destaca Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, "a formação de professores deve ser pensada em perspectiva intercultural, de modo que seja possível integrar o conhecimento específico das áreas de atuação com a dimensão social e cultural da diversidade". (SILVA, 2003, p. 71).

Portanto, a formação dos professores é um elemento fundamental no enfrentamento das desigualdades raciais na educação brasileira. É necessário que os professores sejam capacitados de forma crítica e reflexiva, para que possam compreender a dimensão étnico-racial na sociedade brasileira e atuar de forma consciente e comprometida na luta contra o racismo e pela promoção de uma educação antirracista.

Como já dissemos a Lei 10.639, promulgada em 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, visando a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo. No entanto, a implementação da lei tem sido marcada por diversas dificuldades. Como relata Lima: *“Desafios? Desafios são pouco materiais, a gente já se bate nisso, livro didático, ele não contempla. O que é o livro didático? O que é que o livro didático ensina sobre a África? Egito, mas essa história antiga, ele não contempla a história atual, pelo menos o livro didático que a gente tem aqui, ele não contempla essa história atual. E quando a gente vai para o programa de concorrência, também é muita dificuldade a gente achar um material que a gente possa trabalhar com esses alunos, sem contar que a gente já luta contra o próprio currículo”*.

Podemos elencar alguns desafios enfrentados na abordagem da história e cultura africana nas escolas. O primeiro desafio mencionado é a falta de material didático adequado, especialmente nos livros didáticos, que muitas vezes não contemplam a história atual da África, limitando-se a abordar apenas o antigo Egito. Isso evidencia a necessidade de uma maior atualização e inclusão de conteúdos que reflitam a diversidade e complexidade da história africana contemporânea.

Além disso, a fala menciona as dificuldades encontradas no programa de concorrência para encontrar materiais que possam ser utilizados para trabalhar com os alunos. Isso ressalta a escassez de recursos educacionais disponíveis que abordem de forma apropriada a história e cultura africana, o que reforça a importância de investimentos e esforços na produção e disponibilização desse tipo de material.

Outro desafio mencionado é a luta contra o próprio currículo, sugerindo que o currículo escolar muitas vezes não contempla de forma adequada a história e cultura africana, o que pode resultar em lacunas no ensino e na falta de informações essenciais para uma educação antirracista e inclusiva.

Além de destacar a importância de superar esses desafios, fornecendo materiais didáticos atualizados e inclusivos, revisando e adaptando o currículo escolar para garantir uma abordagem mais abrangente e precisa da história e cultura africana. Isso permitiria aos alunos uma compreensão mais completa e precisa da diversidade cultural e da contribuição do continente africano para a formação da sociedade atual.

Colaborando com o mesmo pensamento o professor Barbosa comenta: *“Sinto, porque eu acho que poderia ser melhor preparado pra poder debater essa temática”*. Contribuindo a professora Guerra relata: *“então, esse tem momentos que se tornam um pouco mais respeito, mas eu tenho que passar para eles como uma realidade. É aquilo que acontece. Esse é um dos meus maiores desafios não vou mentir para você, não. Então, o teu principal desafio é a questão da religiosidade, né? ”*.

A professora expressa uma autocrítica ao reconhecer que poderia estar mais bem preparada para debater a temática da religiosidade com seus alunos. Ela sente que precisa transmitir aos estudantes uma compreensão realista daquilo que ocorre no contexto religioso. A professora destaca que enfrenta desafios significativos nessa área e admite que a questão da religiosidade é um dos seus maiores desafios como educadora. Essa afirmação sugere que a professora reconhece a importância de lidar com sensibilidade e conhecimento aprofundado em relação às questões religiosas, buscando proporcionar aos alunos uma compreensão abrangente e respeitosa da diversidade de crenças e práticas religiosas.

Uma das principais dificuldades é a resistência por parte dos próprios professores em incluir esses conteúdos em suas práticas pedagógicas. Muitos professores não se sentem preparados para lidar com questões raciais em sala de aula, seja por falta de conhecimento sobre o tema, seja por receio de desagradar a comunidade escolar ou mesmo por resistência pessoal. Essa resistência pode levar a uma abordagem superficial ou até mesmo à exclusão dos conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana.

Outra dificuldade é a falta de materiais didáticos adequados para o ensino desses conteúdos. Muitos livros didáticos e outros materiais não contemplam de forma adequada a história e cultura afro-brasileira e africana, reproduzindo estereótipos e preconceitos. Além disso, muitos professores não têm acesso a materiais de qualidade que possam ajudá-los a incluir esses conteúdos em suas práticas pedagógicas.

Também é essencial destacar a falta de capacitação e formação continuada para os professores sobre o tema. A formação inicial dos professores muitas vezes não contempla a questão racial de forma adequada, deixando-os despreparados para lidar com essas questões em sala de aula. Além disso, muitos professores não têm acesso a cursos de formação continuada que possam ajudá-los a aprofundar seus

conhecimentos e desenvolver estratégias pedagógicas para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Para enfrentar essas dificuldades, é fundamental que haja um compromisso efetivo das escolas e das autoridades educacionais com a implementação da Lei 10.639, garantindo formação e capacitação adequadas para os professores, além da produção e distribuição de materiais didáticos de qualidade.

As escolas desempenham um papel crucial na formação dos estudantes, não apenas no aspecto acadêmico, mas também, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É essencial que as instituições de ensino assumam a responsabilidade de desconstruir os estereótipos, a discriminação, o preconceito e o racismo presentes em suas práticas pedagógicas e cotidianas.

A educação tem o poder de moldar as mentes jovens e influenciar a forma como percebem a si mesmos e aos outros. Portanto, é fundamental que as escolas promovam um ambiente inclusivo, onde todas as formas de diversidade sejam valorizadas e respeitadas. Isso significa desafiar os estereótipos prejudiciais que perpetuam a desigualdade e o preconceito, tanto em relação a raça, gênero, orientação sexual, origem étnica, religião, deficiência, entre outros.

Uma abordagem efetiva para desconstruir estereótipos e preconceitos é integrar essas questões no currículo escolar. Isso envolve incluir conteúdos e discussões que promovam a consciência sobre a diversidade, a história de diferentes grupos e a importância da igualdade. Além disso, é essencial que os professores recebam formação adequada para lidar com esses assuntos de maneira sensível e construtiva, permitindo que os estudantes compreendam a complexidade das questões sociais e desenvolvam uma consciência crítica.

No entanto, a desconstrução de estereótipos e preconceitos não deve se limitar apenas ao currículo escolar. É necessário que as escolas também analisem suas práticas cotidianas, como a política de contratação de professores, as relações interpessoais entre funcionários e estudantes, e as políticas de disciplina. Ao criar um ambiente inclusivo e respeitoso, as escolas podem transmitir aos estudantes a importância de valorizar a diversidade e combater qualquer forma de discriminação ou exclusão.

Além disso, as escolas devem buscar parcerias com organizações e comunidades locais que possam fornecer recursos e expertise na promoção da igualdade e no combate ao racismo e à discriminação. Ao se envolverem em projetos conjuntos, as escolas podem ampliar o impacto de suas ações, criar redes de apoio e promover uma mudança mais significativa na sociedade.

As escolas desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao assumirem a responsabilidade de desconstruir estereótipos, discriminação, preconceito e racismo presentes em suas práticas pedagógicas e cotidianas, elas têm a oportunidade de educar os estudantes para se tornarem cidadãos conscientes, respeitosos e comprometidos com a promoção da igualdade e a construção de um mundo melhor.

O livro "Pequeno Manual Antirracista", de Djamila Ribeiro, também é uma importante contribuição para o debate sobre a implementação da Lei 10.639. Ao trazer reflexões e orientações práticas para o combate ao racismo e à discriminação, o livro pode auxiliar os professores a desenvolver estratégias pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às questões raciais. Temos um relato positivo, o do professor salvador, pois o mesmo busca trabalhar a de forma que os alunos consigam compreender a sua proposta: *“Como eu venho ensinando, eu venho tendo uma resposta positiva. Os alunos vêm aceitando bem, vêm desmistificando algumas visões que eles tinham, entendeu? Da história que foi contada, né? Que foi uma história baseada no eurocentrismo, né? No próprio europeu. Então assim, eles vêm aceitando bastante bem. Pelo menos no que eu venho trabalhando, tá tranquilo.”*

Vale ressaltar as experiências positivas que o professor compartilha ao abordar temáticas diversas em sala de aula. Ele relata que os alunos têm aceitado bem as informações apresentadas e estão questionando visões anteriormente enraizadas, as quais foram influenciadas pelo eurocentrismo. Ao adotar uma abordagem mais inclusiva e ampla, o professor tem proporcionado aos estudantes a oportunidade de expandir seu conhecimento e superar estereótipos e preconceitos. Ele expressa satisfação com os resultados obtidos até o momento e confirma que sua abordagem está gerando um impacto positivo na aprendizagem dos alunos. Essa fala destaca a importância de promover uma educação que valorize a diversidade cultural e questione perspectivas dominantes, contribuindo para uma compreensão mais crítica e inclusiva da história e da sociedade.

Em resumo, a implementação da Lei 10.639 é um desafio importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para enfrentar as dificuldades, é necessário o compromisso efetivo das escolas e das autoridades educacionais, além da formação e capacitação adequadas dos professores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa assegura sua relevância por visar a compreensão do trabalho com dados referentes à identidade, cultura negra e representações vivenciadas no cotidiano escolar, especialmente no que se refere ao currículo, formação, ensino de história e da importância de seu conhecimento como documentos orientadores para as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito de uma escola municipal da cidade de Amargosa/BA.

Ao longo das últimas décadas, houve uma crescente preocupação em relação à inclusão e valorização da diversidade étnico-racial nas escolas brasileiras. Nesse sentido, a Lei 10.639/03 representa um marco na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial, ao instituir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

No entanto, a implementação dessa lei tem enfrentado diversas dificuldades no contexto educacional brasileiro. Uma das principais barreiras é a falta de formação e capacitação adequada dos professores para abordar de forma satisfatória as questões étnico-raciais em sala de aula. Ainda há muita resistência e desconhecimento por parte de alguns educadores em relação a essa temática.

Além disso, é importante destacar que muitos professores ainda não reconhecem a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Ainda há uma visão eurocêntrica predominante nas escolas, que prioriza a história e cultura europeias em detrimento das demais culturas presentes no Brasil.

Por fim, é fundamental que sejam identificadas e legitimadas práticas docentes eficazes e que promovam uma abordagem adequada e enriquecedora do ensino da história, cultura afro-brasileira e africana. A promoção da diversidade étnico-racial deve ser uma preocupação constante das escolas e dos educadores, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, é necessário que haja um esforço conjunto de instituições educacionais, professores, pesquisadores e gestores públicos para superar as dificuldades na implementação da Lei 10.639/03 e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista. Somente, assim, poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando e valorizando a diversidade étnico-racial presente em nosso país.

Com base nas análises realizadas, é possível concluir que a abordagem acerca da diversidade étnico-racial contida no currículo da instituição por nos pesquisada em relação à formação e capacitação dos professores ainda é insuficiente. Muitos professores ainda relatam dificuldades em incorporar o ensino de história, cultura afro-brasileira e africana proposto na lei 10.639/03 em suas práticas pedagógicas.

No entanto, é importante destacar que os professores reconhecem a importância do ensino desses temas para a formação de seus alunos e, em muitos casos, buscam se capacitar e aprimorar suas práticas docentes. Isso indica que há um reconhecimento gradual da relevância da abordagem da diversidade étnico-racial na educação e na formação dos alunos.

Porém, é preciso ir além do reconhecimento da importância do tema e promover a implementação efetiva da lei 10.639/03, bem como, uma formação contínua e adequada dos professores para o ensino de história, cultura afro-brasileira e africana. É fundamental que as práticas docentes sejam legitimadas e operacionalizadas em sala de aula, proporcionando aos alunos um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade étnico-racial.

Dessa forma, é necessário que as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela educação se comprometam com a implementação da lei e com a formação dos professores para a abordagem da diversidade étnico-racial. Somente, assim, será possível promover uma educação mais inclusiva e valorizar a pluralidade cultural presente em nosso país.

No entanto, há evidências de que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana pode ser extremamente valioso para a formação dos alunos, ajudando-os a desenvolver uma consciência crítica sobre as questões raciais no Brasil e a combater o racismo. Como afirma a pesquisadora Petronilha Gonçalves, citada e referenciada nessa dissertação.

Sendo assim, é fundamental que as escolas invistam em formação contínua dos professores e na implementação de práticas pedagógicas que valorizem a história e cultura afro-brasileira e africana. Isso pode ser feito por meio da revisão dos currículos escolares, da inclusão de materiais didáticos relevantes e da promoção de debates e reflexões sobre a temática em sala de aula.

Portanto, ainda há muito a ser feito para garantir que a Lei 10.639 seja aplicada de forma efetiva e que a história e cultura afro-brasileira e africana sejam valorizadas em nossa escola. É preciso que haja um esforço coletivo para superar as barreiras existentes e para promover uma educação mais inclusiva e consciente da diversidade étnico-racial.

Considerando as análises realizadas sobre a implementação da Lei 10.639/03 e a importância da formação dos professores para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, algumas possibilidades de intervenção podem ser propostas.

Uma primeira possibilidade é a criação de cursos de formação continuada para professores, com o objetivo de ampliar seus conhecimentos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, bem como sobre as práticas pedagógicas que podem ser adotadas para o ensino desses temas. Esses cursos podem ser oferecidos tanto pelas secretarias de educação quanto por organizações da sociedade civil que atuem na área.

Outra possibilidade é a realização de atividades pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial, tais como projetos de pesquisa e extensão que promovam a valorização da cultura afro-brasileira e africana. Essas atividades podem ser desenvolvidas em parceria com instituições culturais e organizações da sociedade civil, de forma a enriquecer o repertório dos estudantes e dos professores.

Além disso, é importante incentivar a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana nos materiais didáticos utilizados nas escolas, bem como, a adoção de práticas pedagógicas que levem em consideração a diversidade étnico-racial na sala de aula. Para tanto, é necessário que as secretarias de educação tenham um papel mais ativo na seleção e no acompanhamento dos materiais didáticos utilizados nas escolas.

Por fim, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que garantam a implementação da Lei 10.639/03 e a valorização da diversidade étnico-racial no



âmbito da educação. Isso implica em investimentos em formação de professores, elaboração de materiais didáticos adequados, promoção de atividades pedagógicas que valorizem a diversidade, entre outras ações. Desta forma será possível garantir uma educação mais justa e inclusiva, que respeite e valorize a história e a cultura de todos os grupos étnico-raciais presentes em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. *A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar*. In: GOMES, ALVES, José Augusto Lindgren. *Os direitos humanos na pós- modernidade*. São Paulo: Perspectiva,

2005. ALVES, N. F. O que é uma sequência didática? Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/778/o-que-e-uma-sequencia-didatica>. Acesso em 30 abr. 2023.

NILMA, Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2010. p. 111-130.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. “*Não basta ser legal: legislação, historiografia e ensino de história*”, In *História: Curso de aperfeiçoamento para professores das séries finais do ensino fundamental*. Salvador - BA: Instituto Anísio Teixeira, 2011.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 3ª reimpressão da 1ª edição de 2011. Lisboa, Edições 70, 2011.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SILVA, Marta Regina Paulo da. *Educação e diversidade: reflexões sobre o contexto brasileiro*. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília-DF, Junho, 2005.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. ***Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.***

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais*. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 142, 8 nov. 2019

CANDAUI, Vera Lúcia. *Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. -Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CANDAUI, Vera Maria. *Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica*. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAUI, Vera Maria (orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 10ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 13-37.

CANEN, Ana. *Universos Culturais e Representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural*. Novembro de 2020. Artigo disponível em: [www.scielo.br/Acesso](http://www.scielo.br/Acesso) 05-11-2020.

COMPARATO, F. K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

FELDMANN, Marina Graziela. (Org.) *Formação de professores e escola na contemporaneidade*. In SANTANA, Gisele dos Santos. *Multiculturalismo: educação e miscigenação*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. *Fazer e ensinar História*. Belo Horizonte - MG: Dimensão, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, M. (1998). Projeto Político pedagógico da escola cidadã. In: Ministério da Educação. Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto.

GADOTTI, Moacir. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro – RJ: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

\_\_\_\_\_, *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Mello Joselyne. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

GIUGLIANI, Beatriz. *O estigma da raça: um estudo etnográfico em escola municipal de Cachoeira (Bahia)*. Dissertação: repositório da UFRB. Cachoeira (BA), 2013.

GOMES, Alessandra. SILVA, Erica Bastos da. SILVA, Monica Gomes da. *Entre olhares, escutas e palavras: o direito a arte e à educação*. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020.

GOMES. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 67-89.

GOMES, N. L. Educação e identidade negra. In: LOPES, E. M. T. (Org.). *O negro e o ensino de história*. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. 1. ed. -- Brasília: MEC; Unesco, 2012. 421 p., il. - (Educação para todos; 36)

GOMES, Nilma Lino et al. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v. 17, 2007. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira, Lopes Louro – 11ª. ed. - Rio de Janeiro-RJ: DP&A, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos, Currículos sem fronteiras**, v.12, n. 01, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. Portal Geledés: Instituto Da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Google mapa. **Localização geográfica do município de Amargosa** Fonte: <https://www.google.com/search?q=google+mapas+localiza%C3%A7%C3%A3o+geografica+de+amargosa&sxsrf=>. Acesso em 02-10-2021

LIBÂNEO. José Carlos. **O essencial da didática e o trabalho de professor em busca de novos caminhos**: Disponível em: [http://www.ucg.br/site\\_docente/edu/libaneo;pdf.ensino.pdf](http://www.ucg.br/site_docente/edu/libaneo;pdf.ensino.pdf). acesso em 23/02/2020.

LOPES, Araújo (et al). **A lei 10.639/03 e o cotidiano escolar**. Artigo disponível em [periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/download/14157/8754](http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/download/14157/8754). Acesso 12-01-2021.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. 2003.** Disponível em: Acesso em: 15 de março de 2022.

NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação continuada de professores: In: Nóvoa A. (org.). **Formação contínua de professores: realidade e perspectivas.** Portugal: Universidade de Aveiro, 1991. NÓVOA, A. 2002. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa, Educa.

NÓVOA, Antônio. Professores: **imagens do futuro presente.** Lisboa: Porto Editora, 2009.

OLIVEIRA, Margarida Dias de (Coord.). **História: ensino fundamental.** In: O trabalho em sala de aula com história e a cultura afro-brasileira no ensino de história. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v.21,2010.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação.** São Paulo - SP: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Marcia Moreira e SILVA, Maurício. **Percurso da lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos.** Disponível em <https://doi.org/10.12957/redoc.2021.57479> Acesso em: 14 de setembro de 2021.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2012.

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno manual antirracista.** Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

\_\_\_\_\_, Ensino da História Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECADI/MEC, out. 2004.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação de temas Transversais. In: **Pluralidade Cultural.** Brasília: MEC/SEF,1998.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF,1997.

\_\_\_\_\_. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Trad. Vera Mello Jocelyne. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

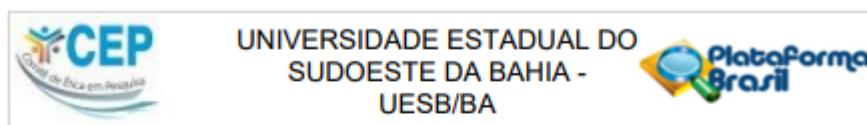
SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política.** 42ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora (et al). *Ensinar História*. In: O saber e o fazer históricos em sala de aula. O professor de história e o cotidiano em sala de aula. São Paulo - SP: Scipione, 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (**Org.**). *Superando o racismo na escola*. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 155-172.

V. J. SANTANA, V. M. SANTOS, M. F. A. FERREIRA. Concepções de professoras sobre o ensino para as relações étnico-raciais em uma escola pública do município de Itapetinga-BAJ. Educação, Gestão e Sociedade: **Revista da Faculdade Eça de Queirós**, 6: 1-30, 2016

## ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO NA PLATAFORMA BRASIL



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA PROPOSTO PELA LEI 10.639/03: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR PROFESSORES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL II EM AMARGOSA-BA.

**Pesquisador:** Elisângela da Silva Pindobeira

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 59548722.5.0000.0055

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

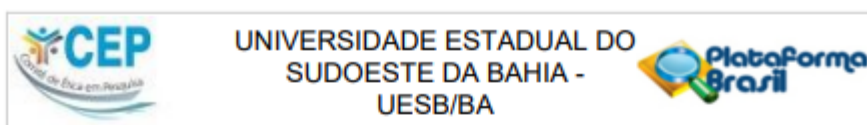
**Número do Parecer:** 5.481.018

**Apresentação do Projeto:**

Nas palavras da autora:

"Esta pesquisa situa-se na temática Identidade, História e Cultura Negra em uma perspectiva de investigação sobre as representações e experiências vivenciadas no espaço escolar pelos professores. Trata-se de uma reflexão sobre a forma como é trabalhado pedagogicamente o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em sala de aula, buscando dar atenção especial aos problemas em relação às experiências dos professores, tendo em vista a desarticulação dos valores civilizatórios entre o discurso e a ação acerca das questões que envolvem o ensino de História e Cultura Negra no espaço escolar. Em nossa pesquisa, buscar-se-á uma maior compreensão sobre os elementos que compõem as resistências dos professores em trabalhar com esse tema em sala de aula. A pesquisa será desenvolvida especificamente no âmbito da Educação Básica, com os professores do Ensino Fundamental II de uma Escola Municipal em Amargosa –Bahia. Assim o objetivo é analisar as práticas desenvolvidas por professores do Ensino Fundamental II de Amargosa/BA acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana proposto pela Lei 10.639/03. (...) Este trabalho está pautado em uma abordagem de pesquisa de natureza qualitativa de cunho etnográfico".

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.481.018

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Analisar as práticas desenvolvidas por professores do Ensino Fundamental II de Amargosa/BA acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana proposto pela Lei 10.639/03 .

**Objetivo Secundário:**

Investigar a abordagem acerca da diversidade étnico-racial contida no currículo da instituição escolar;  
Entender o valor que os professores atribuem ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana proposto na lei 10.639/03;  
Identificar as práticas docentes legitimadas e operacionalizadas em sala de aula referentes ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana;

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Os riscos mínimos se referem apenas a possíveis desconfortos ao responder perguntas que envolvam memórias/vivências/experiências e trajetória, já que a memória e trajetória da docência será exploradas. No TCLE explícita o que será feito para evitar/minimizar os riscos.

**Benefícios:**

A pesquisa irá contribuir para o processo de valorização das experiências dos professores em uma Escola Municipal de Amargosa-Ba, assim, favorecendo do status de aplicação de leis recentes e importantes, mas fomentam nesses espaços também o despertar para a implementação, a formação e o pertencimento dos sujeitos que compõem a escola, especialmente do professor e do aluno.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa de mestrado ligada ao PPGREC (UESB), que versa sobre a Identidade, História e Cultura Negra em uma perspectiva de investigação sobre as representações e experiências vivenciadas no espaço escolar pelos professores.

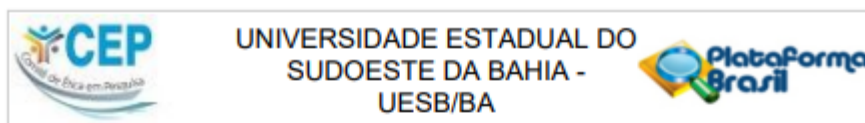
**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados os seguintes documentos:

- 1) PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1936326.pdf (OK)
- 2) termo\_tcle\_.pdf (OK)
- 3) projeto\_completo\_.pdf (OK)

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br





Continuação do Parecer: 5.481.018

- 4) autorizacao\_coleta\_de\_dados.pdf (OK)
- 5) declaracao\_de\_compromisso.pdf (OK)
- 6) Cronograma\_das\_atividades.pdf (OK)
- 7) Folha\_de\_rosto.pdf (OK)

**Recomendações:**

Ver conclusões.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências éticas.

Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

**Considerações Finais a critério do CEP:**

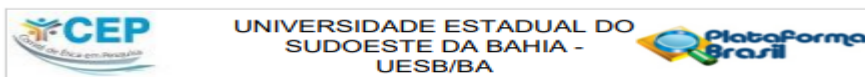
Em reunião realizada no dia 20/06/2022, por videoconferência autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB aprovou o parecer do relator.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1936326.pdf	25/04/2022 21:16:58		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_tcle_.pdf	25/04/2022 21:13:32	Elisangela da Silva Pindobeira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_completo_.pdf	25/04/2022 21:12:30	Elisangela da Silva Pindobeira	Aceito
Declaração de concordância	autorizacao_coleta_de_dados.pdf	25/04/2022 21:12:15	Elisangela da Silva Pindobeira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_compromisso.pdf	25/04/2022 21:07:26	Elisangela da Silva Pindobeira	Aceito
Cronograma	Cronograma_das_atividades.pdf	25/04/2022 20:59:04	Elisangela da Silva Pindobeira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	25/04/2022 20:56:44	Elisangela da Silva Pindobeira	Aceito

**Situação do Parecer:**

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
 Bairro: Jequiezinho CEP: 45.206-510  
 UF: BA Município: JEQUIE  
 Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.481.018

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**  
Não

JEQUIE, 21 de Junho de 2022

---

**Assinado por:**  
**Leandra Eugênia Gomes de Oliveira**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

**ANEXO B- AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS****AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS**

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, Jorsilene Santana dos Santos Souza, ocupante do cargo de Gestora Escolar do(a) Escola Municipal Professora Dinorah Lemos da Silva, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA PROPOSTO PELA LEI 10.639/03: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR PROFESSORES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM AMARGOSA-BA, dos pesquisadores Elisangela da Silva Pindober e ProfºDrº Itamar Pereira de Aguiar (Orientador) após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

Em tempo, asseguro dispor da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea "h" do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

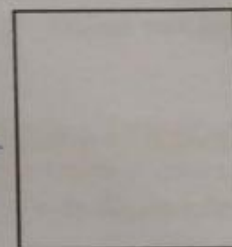
AMARGOSA, 20/04/2022

Jorsilene Santana dos Santos Souza

Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo:

Jorsilene Santana dos Santos Souza  
Diretora Escolar  
Escola Mun. Profª Dinorah Lemos da Silva  
Ponto nº 042 de 18 de janeiro de 2021  
Prefeitura Municipal de Amargosa



Impressão Digital  
(Se for o caso)

## APENDICE A- TERMO LIVRE ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde– CNS

CARO (A) SENHOR (A),

Este documento é um CONVITE ao (à) Senhor (a) (ou à pessoa pela qual o (a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine a última, na linha “Assinatura do participante”.

### QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: *Elisangela da Silva Pindobeira*

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: *Prof. Dr. Itamar Pereira de Aguiar*

### QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

#### 2.1. TÍTULO DA PESQUISA

*ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA PROPOSTO PELA LEI 10.639/03: EXPERIÊNCIAS VIVÊNCIADAS POR PROFESSORES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL II EM AMARGOSA-BA.*

#### 2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

*Esta pesquisa assegura sua relevância por visar a compreensão da relevância do trabalho com dados referentes à identidade, cultura negra e representações vivenciadas no cotidiano escolar, especialmente no que se trata em termos de currículo, formação e o ensino de história e da importância de seu conhecimento como documentos orientadores para as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar de uma escola municipal da cidade de Amargosa/BA.*

#### 2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

*Investigar a abordagem acerca da diversidade étnico-racial contida no currículo da instituição escolar;  
Entender o valor que os professores atribuem ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana proposto na lei 10.639/03;  
Identificar as práticas docentes legitimadas e operacionalizadas em sala de aula referentes ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana;*

### 2. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

#### 3.1 O QUE SERÁ FEITO:

*Você participará de uma entrevista, onde responderá três perguntas a respeito do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana proposto na lei 10.639/03;*

**3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:**

*As entrevistas foram pensadas para acontecer na Escola Municipal Professora Dinorah Lemos da Silva na cidade de Amargosa-BA. A entrevista será realizada de forma presencial no campo da pesquisa. A entrevista semi - estruturada de cunho etnográfico. A data será definida após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.*

**3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO**

*A entrevista semi-estruturada será executada em torno de 40 minutos.*

**HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?**

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO

MODERADO

ALTO

**4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)**

*Este estudo apresenta risco mínimo, pois não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que irão participar do estudo, visto que só serão realizadas aplicações de questionário de associação livre e entrevistas semi estruturadas que nortearão o processo de análise de dados e contribuirão para esclarecer a questão de pesquisa.*

**4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):**

*A entrevista foi pensada para dar maior liberdade e conforto aos sujeitos ao relatar suas experiências vivenciadas.. Visando essa segurança, o roteiro de entrevista, depois de gravado, só serão acessados pelo pesquisador em local de inteira privacidade, para ser feito a transcrição e demais materiais, como: fotos, vídeos, só terão utilidade para a realização da pesquisa, sendo que depois da realização do projeto os dados de multimídia serão deletados do computador do pesquisador.*

**O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)****5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):**

*A pesquisa irá contribuir para o processo de valorização das experiências dos professores em uma Escola Municipal de Amargosa-Ba, assim, favorecendo o status de aplicação de leis recentes e importantes, mas fomentam nesses espaços também o despertar para a implementação, a formação e o pertencimento dos sujeitos que compõem a escola, especialmente do professor e do aluno.*

**5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):**

*A pesquisa buscará fortalecer as discursões a respeito do ensino e cultura afro brasileira e africana proposto pela lei 10.639/03, diversidade étnica, e seus conhecimentos, saberes, experiências e vivências, assim como influenciar o diálogo da com a comunidade escolar e com as escolas dos municípios.*

**3. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):****6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?**

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

**6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?**

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

**6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?**

*R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*

**6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)**

*R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*

**6.5. Da pra desistir de participar no meio da pesquisa:**

*R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*

**6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?**

*R: Nenhum.*

**6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?**

*R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.*

**6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?**

*R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.*

**6.9. Qual a “lei” que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?**

*R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.*

**6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa:**

*R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.*

## CONTATOS IMPORTANTES:

**Pesquisador(a) Responsável:** Elisângela da Silva Pindobeira

**Endereço:** Rua 15 de Novembro- Nº 74 Bairro: São Roque Amargosa-Bahia.

**Fone:** (75) 98851-8474 / **E-mail:** elis.angela2010@hotmail.com

## Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

## CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

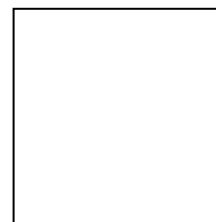
em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista, 08/02/2022

*Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)*



Impressão Digital

*(Se for o caso)*

## **CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Amargosa, 22 de abril de 2022.

---

*Assinatura do(a) pesquisador*

## **APENDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTÃO**

### **PROJETO: ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DINORAH LEMOS DA SILVA NAS SERIES FINAIS EM AMARGOSA-BA.**

Objetivo geral: Analisar as práticas desenvolvidas por professores do Ensino Fundamental II de Amargosa/BA acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana proposto pela Lei 10.639/03.

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Etnia: \_\_\_\_\_

Dados para contato:

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Formação \_\_\_\_\_

Quanto tempo de formado \_\_\_\_\_

1) Como a Lei 10.639/03 é contemplada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que você leciona?

2) Como o PPP da escola define e aborda a questão da diversidade étnico-racial?

3) Em que medida a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no PPP da escola contribui para a formação de uma consciência crítica e cidadã dos alunos?

4) De que forma a proposta pedagógica da escola estimula a reflexão sobre a história e cultura afro-brasileira e africana?

5) Como o PPP da escola aborda a questão do racismo e da discriminação racial?

6) De que forma os objetivos, metas e ações do PPP da escola se relacionam com os princípios da Lei 10.639/03?

7) Que atividades, projetos ou iniciativas relacionadas à Lei 10.639/03 são desenvolvidos na escola?

8) Qual é a importância do envolvimento dos professores, alunos e comunidade escolar na implementação da Lei 10.639/03?

9) Como o PPP da escola pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação antirracista e inclusiva?

10). Quais são as perspectivas futuras para a incorporação dos conteúdos e práticas relacionadas à Lei 10.639/03 no PPP da escola?



**APENDICE C– ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORES****PROJETO: ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DINORAH LEMOS DA SILVA NAS SERIES FINAIS EM AMARGOSA-BA.**

Objetivo geral: Analisar as práticas desenvolvidas por professores do Ensino Fundamental II de Amargosa/BA acerca do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana proposto pela Lei 10.639/03.

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Etnia: \_\_\_\_\_

Dados para contato:

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Formação \_\_\_\_\_

Disciplina (s) que leciona:

Séries e turmas em que leciona nessa escola:

Quanto tempo de formado \_\_\_\_\_

Qual Faculdade: \_\_\_\_\_

Você concorda com a obrigatoriedade do Ensino de História e da Cultura Africana? Justifique.

Em seu curso de licenciatura houve alguma disciplina ou discussão sobre as relações étnico-raciais? Ou você buscou se aperfeiçoar sozinho?

3-Você acha que o currículo da escola considera o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade afrodescendente? Justifique.

4-Descreva as atividades que você já desenvolveu baseadas na lei 10.639.

5-Você procura outros materiais que lhe servem no trabalho com os conteúdos dos componentes curriculares História e Cultura Afro-Brasileira? Quais?

6-Se não houvesse a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, você se sentiria motivado (a) a tratar esses componentes curriculares (História e Cultura Afro-Brasileira) em suas aulas? Por quê

7- Há algum material específico que você utiliza para trabalhar os conteúdos de História Cultura Afro-Brasileira?

8- Você sente alguma dificuldade em tratar dessa temática na sala de aula? Qual (is)?

9- Qual é a importância da Lei 10.639/03 para a educação brasileira?

10- Como você inclui a história e cultura afro-brasileira e africana em suas aulas?

11- Que materiais e recursos você utiliza para ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira e africana?

12- Quais são os principais desafios que você enfrenta ao ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira e africana?

13- Como você avalia se seus alunos estão compreendendo e aprendendo sobre a história e cultura afro-brasileira e africana?

14- Que impacto você acredita que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana tem sobre a identidade e autoestima dos alunos afrodescendentes?

15- Como você aborda a questão do racismo em suas aulas, especialmente no contexto da história e cultura afro-brasileira e africana?

16- Você já participou de algum tipo de formação ou capacitação relacionada ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana? Como essa formação ajudou em seu trabalho?

17- Em sua opinião, como o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e menos racista?

18- Qual é a sua visão para o futuro do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras?